Trabalho Segurança

Educação Moradia

Renda Saúde

Radar Social 2006

Principais Iniciativas do Governo Federal

Brasília, junho de 2006

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Departamento de Planejamento de Programas Sociais

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAULO BERNARDO SILVA

Secretário-Executivo
JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL

Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos
ARIEL CECÍLIO GARCES PARES

Secretário-Adjunto.
DENIS SANT'ANNA BARROS

Departamento de Gestão do Plano Plurianual
BEATRICE KASSAR DO VALLE

Departamento de Planejamento de Infra-estrutura
ERNESTO CARRARA JUNIOR

Departamento de Planejamento e Gestão Territorial
MARIANA MEIRELLES NEMROD GUIMARÃES

Departamento de Planejamento de Programas Sociais
DÉBORA NOGUEIRA BESERRA

Coordenadores Setoriais do Departamento de Planejamento de Programas Sociais
ALEXANDRE FURTADO DE AZEVEDO
VALÉRIA REZENDE DE CARVALHO FERREIRA

RADAR SOCIAL

2 0 0 6

PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

Junho 2006

Este documento foi elaborado e editado no âmbito do Departamento de Planejamento de Programas Sociais, com a participação dos Analistas das áreas responsáveis pelo monitoramento das iniciativas e programas selecionados do Governo Federal

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RADAR SOCIAL 2006 - PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

Coordenação
Valéria Rezende de Carvalho Ferreira

Equipe Técnica
Alexandre Furtado de Azevedo
André Arantes Luciano
Andréia Rodrigues dos Santos
Bruno Moretti
Débora Nogueira Beserra
Eduardo Rodrigues da Silva
Eugenio Andrade Vilela dos Santos
Evandro Macedo
Fábia Oliveira Martins de Souza
Gustavo Teixeira Lino
Igor Vinicius de Souza Geracy
João Carlos Gonçalves Barreto
Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos
Jose Guilherme de Carvalho Giannelli
José Martins Rodrigues
Luiz Fernando Arantes Paulo
Marcos Antonio Pereira de Oliveira Silva
Marcos Santos Kroll
Maria do Rosário de Holanda Cardoso
Mauro Cezar Nogueira do Nascimento
Olga Cristina Lopez de Ibáñez Novion

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.
Radar Social 2006 : Principais Iniciativas do Governo Federal / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. – Brasília : MP, 2006.

140 p. : il. color.

1. Plano Econômico. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Orçamento Público. I. Título.

CDU 338.26

APRESENTAÇÃO

Nesta segunda edição do Radar Social - Principais Iniciativas do Governo Federal, elaborada pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, permanece o objetivo precípuo de apresentar os principais programas e ações do Plano Plurianual 2004-2007 voltados ao enfrentamento dos maiores problemas sociais do país. É resultado de parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA que publica concomitantemente o Radar Social - 2006 Condições de Vida no Brasil, apontando os problemas sociais mais significativos para a população com indicadores e informações recentes.

O "Radar Social - Principais Iniciativas do Governo Federal" atualiza a identificação e os resultados dos programas e ações de cunho econômico e social, selecionados na primeira edição, e que têm a potencialidade de reduzir e/ou mitigar os problemas apontados nas seis áreas de abrangência do Radar: trabalho, renda, educação, saúde, moradia e segurança.

As iniciativas selecionadas não abarcam toda a política social do Governo Federal, pois guardam consistência com os problemas identificados nas seis áreas do Radar. Foram citadas iniciativas dos anos de 2005 e 2006 do PPA 2004-2007 que repercutiram diretamente na qualidade de vida da população, embora o diagnóstico do IPEA diga respeito ao ano de 2004, em vista da temporalidade das estatísticas disponíveis.

Para cada problema, foram descritas as principais iniciativas, sem preocupação de ordem hierárquica de importância e sem repetição. Mesmo que algumas iniciativas causem impactos sobre mais de um problema, a opção foi por correlacionar cada iniciativa a um problema, à exceção dos programas de saneamento que aparecem vinculados a problemas nas áreas de moradia e saúde.

Em sintonia com a metodologia adotada no Plano Plurianual 2004-2007, que está baseada na construção de desafios e na problematização para formulação de programas, o Radar

Social apresenta-se como instrumento importante para o planejamento da ação social do Estado no Brasil. O presente trabalho pretende também oferecer subsídios para o debate sobre as políticas sociais implementadas pela esfera federal frente aos diversos problemas existentes na sociedade brasileira.

Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O *Radar Social - Principais Iniciativas do Governo Federal* tem por objetivo apresentar as iniciativas - implementadas por meio de programas e ações do PPA 2004 – 2007 - relacionadas com os principais problemas sociais identificados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, de modo a fomentar o debate com a sociedade sobre as formas de enfrentamento desses problemas. Com atualização anual, o Radar é também instrumento de planejamento que contribui para o monitoramento da ação governamental.

Embora as estatísticas que evidenciam os problemas sejam referentes ao ano de 2004, as iniciativas listadas foram implementadas nos anos de 2005 e 2006. São iniciativas presentes nos programas e ações do PPA 2004 - 2007 que contrapõem problemas sociais não abarcando toda a política social do Governo Federal. *O Radar Social - Principais Iniciativas do Governo Federal*, portanto, não traduz toda a ação governamental na área social, mas sim aquelas cujo objetivo vai ao encontro do enfrentamento dos problemas identificados pelo IPEA, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população. A idéia fundamental consiste em identificar e mostrar a atuação governamental face aos problemas nacionais, em sintonia com a metodologia adotada no Plano Plurianual 2004-2007, que está baseada na construção de desafios e na problematização para formulação dos programas.

Neste documento são apresentados os dados físicos e, apenas quando é parte do resultado alcançado, são citados valores financeiros, a exemplo da concessão de crédito, como no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, nos investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e nas iniciativas de microcrédito.

De forma articulada com o Radar Social do IPEA, são seis as áreas prioritárias: trabalho, renda, educação, saúde, moradia e segurança. Para cada problema foi feita a correspondência com um ou dois Desafios do PPA 2004-2007.

A apresentação das iniciativas não pressupôs ordenamento por relevância, e, mesmo sabendo que podem impactar mais de um problema, procurou-se não repeti-las. A opção foi por citar cada iniciativa uma única vez correlacionando-a ao problema onde ela tem maior impacto. A exceção são os programas de saneamento, que aparecem vinculados a problemas nas áreas de saúde e moradia. No entanto, uma iniciativa pode trazer várias ações, a exemplo do Fome Zero, que contempla o programa Bolsa Família, a construção de cisternas, o apoio a estados e municípios para instalação de restaurantes populares e bancos de alimentos, dentre outras ações.

O presente documento está estruturado na forma de um Quadro Síntese por área, que: indica os problemas e aponta as principais estatísticas do Radar Social do IPEA; faz uma associação com os Desafios do PPA 2004-2007; e lista as principais iniciativas. Seqüencialmente, o texto traz uma pequena descrição do que consiste a iniciativa e dados sobre a sua implementação nos anos de 2005 e 2006.

Por fim, deve-se ressaltar que o enfrentamento real dos problemas sociais do país demanda iniciativas tanto do Governo Federal, quanto dos demais entes da Federação e da sociedade, que devem trabalhar sinergicamente rumo à transformação social do país e à construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

SUMÁRIO

O sumário é separado por dimensão social
e por problema detectado pelo Radar Social/IPEA,
com o registro das principais iniciativas do Governo Federa.l

DIMENSÃO SOCIAL: TRABALHO 15

MATRIZ DE REFERÊNCIA: **TRABALHO** *16*

PROBLEMA: **DESEMPREGO** *17*
PRINCIPAIS INICIATIVAS:

1 - Crescimento do emprego *17*

2 - Política de recuperação dos investimentos públicos *18*

3 - Investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para geração de emprego e renda *(MTE)* *20*

4 - Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra *(MTE)* *22*

5 - Programa Primeiro Emprego *(MTE)* *22*

6 - Programa Economia Solidária em Desenvolvimento *(MTE)* *24*

PROBLEMA: **INFORMALIDADE** *25*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

7 - Projeto de Lei Complementar que prevê novo regime tributário, previdenciário e trabalhista para microempresa *25*

8 - Rede de Proteção ao Trabalho - Fiscalização do Trabalho *(MTE)* *26*

9 - Medida Provisória que permite a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Física de registro de empregado doméstico *27*

10 - Educação Previdenciária *(MPS)* *27*

PROBLEMA: **QUEDA DA RENDA REAL** *29*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

11 - Política de recuperação do Salário Mínimo *29*

12 – Programa de Qualificação Social e Profissional *(MTE)* *31*

13 - Seguro Desemprego *(MTE)* *32*

14 - Abono Salarial *(MTE)* *32*

15 – Salário Família *(MTE)* 33

PROBLEMA: **TRABALHO INFANTIL** 34

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

16 - Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – PETI *(MDS – MTE - SEDH)* 34

DIMENSÃO SOCIAL: RENDA: POBREZA E DESIGUALDADE 37

MATRIZ DE REFERÊNCIA: **RENDA: POBREZA E DESIGUALDADE** 38

PROBLEMA: **ALTA INCIDÊNCIA DE POBREZA** 38

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

1 - Fome Zero 38

1.1 – Bolsa Família *(MDS)* 41

1.2 – Política de Acesso à Alimentação *(MDS-CONAB-MEC)* 45

1.3 - Eliminação de impostos sobre a cesta básica (*MF)* 48

1.4 - Construção de Cisternas *(MDS)* 48

2 - Ações de Assistência Social *(MDS-CONAB)* 49

3 - Benefícios de Prestação Continuada *(MDS)* 50

4 - Previdência Social (*MPS)* 51

5 - Programa Luz para Todos (*MME)* 52

6 - Tarifas diferenciadas de energia elétrica (*MME)* 54

7 - Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento *(SEDH)* 55

PROBLEMA: **ELEVADA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** 56

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

8 - Política de acesso ao crédito 56

8.1 – Pronaf 57

8.2 – Microfinanças 59

8.3 - Crédito Consignado 61

8.4 – Microcrédito Produtivo Orientado 61

9 – Cooperativismo 62

10 - Reforma Agrária *(MDA)* 63

11 - Pontos de Cultura *(MinC)* 65

11 – Programa Brasil Quilombola *(Seppir)* 66

DIMENSÃO SOCIAL: EDUCAÇÃO 67

MATRIZ DE REFERÊNCIA: **EDUCAÇÃO** *68*

PROBLEMA: **ANALFABETISMO** *69*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

1 - Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos *(MEC)* *69*

PROBLEMA: **BAIXA QUALIDADE DO ENSINO BÁSICO** *72*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

2 - Programa Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação *(MEC)* *72*

3 - Livro Didático *(MEC)* *75*

4 - Proposta de criação do FUNDEB *76*

PROBLEMA: **ACESSO RESTRITO AOS NÍVEIS DE ENSINO NÃO OBRIGATÓRIOS** *78*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

5 - Programa Desenvolvimento da Educação Infantil *(MEC)* *78*

6 - Programa Desenvolvimento do Ensino Médio *(MEC)* *79*

7 - Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica *80*

8 - Programa Universidade para Todos - ProUni *(MEC)* *81*

9 - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES *(MEC)* *82*

10 - Expansão da Rede de Universidades Federais *(MEC)* *82*

11 – Universidade Aberta do Brasil *(MEC)* *83*

PROBLEMA: **BAIXA ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO (REPROVAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR)** *84*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

12 – Ensino Fundamental de Nove Anos *(MEC)* *84*

13 - Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem *(SG/PR)* *85*

14 – Proeja *(MEC)* *85*

15 – Escola de Fábrica *(MEC)* *86*

16 – Escola Aberta *(MEC)* *86*

17 - Transporte Escolar *(MEC)* *87*

18 - Programa Segundo Tempo *(ME)* *87*

Dimensão Social: SAÚDE 89

MATRIZ DE REFERÊNCIA: **SAÚDE** *90*

PROBLEMA: **ELEVADAS TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA** *91*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

1 - Programas de Saneamento *(MS/MCid)* *91*

2 - Saúde da Criança *(MS)* *93*

3 - Saúde da Família *(MS)* *94*

4 - Humanização do Pré-natal e Nascimento *(MS)* *95*

5 - Comitês de Mortalidade Materna *(MS)* *96*

PROBLEMA: **ELEVADAS TAXAS DE MORTALIDADE POR DOENÇAS NÃO-TRANSMISSÍVEIS** *97*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

6 - Prevenção e Detecção Precoce das Doenças Não-Transmissíveis *(MS)* *97*

7 - Assistência Farmacêutica *(MS)* *98*

8 - Centros de Alta Complexidade em Oncologia - Cacons *(MS)* *99*

9 - Atenção Hospitalar *(MS)* *100*

10 - Qualificação da Atenção em Saúde – Qualisus *(MS)* *101*

PROBLEMA: **ELEVADAS TAXAS DE MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS (TRANSPORTE, VIOLÊNCIA E SUICÍDIOS)** *102*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

11 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu *(MS)* *102*

DIMENSÃO SOCIAL: MORADIA 105

MATRIZ DE REFERÊNCIA: **MORADIA** *106*

PROBLEMA: **ESCASSEZ DA OFERTA E ELEVADO PREÇO DA HABITAÇÃO** *107*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

1 – Criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social *107*

2 - Desoneração tributária e modernização do setor habitacional *109*

3 - Ampliação dos recursos destinados ao mercado imobiliário *111*

4 - Investimentos para aquisição, construção, reforma ou conclusão de unidades habitacionais e lotes urbanizados *(Mcid /CAIXA)* *111*

4.1 – Carta de Credito Associativo e Carta de Crédito Individual *111*

4.2 – Programa de Subsídio Habitacional - PSH *112*

4.3 – Programa de Arrendamento Residencial - PAR *113*

4.4 – Pró-Moradia *113*

4.5 – Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional *114*

4.6 – Crédito Solidário *114*

PROBLEMA: **ELEVADA INFORMALIDADE E IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA** *115*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

5 - Programa de Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários *(MCid)* *115*

6 – Regulamentação da utilização de imóveis federais para fins de regularização fundiária *116*

PROBLEMA: **ESCASSEZ DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO** *118*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

7 - Programas de Saneamento (*MS/MCid)* *118*

DIMENSÃO SOCIAL: SEGURANÇA 121

MATRIZ DE REFERÊNCIA: **SEGURANÇA** *122*

PROBLEMA: **ALTA TAXA DE HOMICÍDIOS E ELEVADAS TAXAS DE VITIMIZAÇÃO** *123*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

1 - Campanha Nacional do Desarmamento *(MJ)* *123*

2 - Implantação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP *(MJ)* *124*

2.1 Força Nacional de Segurança Pública *125*

3 – Apoio a Serviços de Atendimento Jurídico-Social a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte *(SEDH)* *126*

4 - Programas de Apoio à Prevenção e Atendimento a Vítimas de Grupos Vulneráveis *(SEDH)* *127*

5 – Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher *(SEPM)* *130*

PROBLEMA: **CRIME ORGANIZADO** *131*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

6 - Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas *(SEDH-MJ)* *131*

7 – Ações de Combate a Criminalidade *(MJ)* *133*

8 - Combate a Lavagem de Dinheiro *(MJ)* *134*

9 - Combate à Pirataria *(MJ)* *134*

PROBLEMA: **CRISE DO SISTEMA DE SEGURANÇA E JUSTIÇA CRIMINAL** *136*

PRINCIPAIS INICIATIVAS:

10 – Reforma do Judiciário *136*

11 - Modernização do Sistema Penitenciário Nacional (*MJ)* *137*

12 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita *(MJ)* *139*

13 - Pintando a Liberdade *(ME)* *139*

Trabalho

Radar Social		Plano Plurianual 2004-2007	
Problemas	Situação 2004	Desafios	Principais Iniciativas do Governo Federal
Desemprego	▪ Taxa de desemprego: 9,3% em 2004 (9,6% em 2001 e 6,2% em 1995) ▪ Taxa de participação: 75,7% em 2004 (73,6% em 2001 e 73,2% em 1995)	*Megaobjetivo II* Crescimento com Geração de Emprego e Renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades Regionais. *Desafio 13* Ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade.	**1** - Crescimento do emprego **2** - Política de recuperação dos investimentos públicos **3** - Investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para geração de emprego e renda *(MTE)* **4 -** Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra *(MTE)* **5** - Programa Primeiro Emprego *(MTE)* **6** - Programa Economia Solidária em Desenvolvimento *(MTE)*
Informalidade	▪ Grau de informalidade: 45,4% em 2004 (46,1% em 2001 e 44,7% em 1995) ▪ Sem carteira assinada: 24,7% em 2004 (24,7% em 2001 e 22,1% em 1995) ▪ Por conta própria: 20,7% em 2004 (21,4% em 2001 e 22,6% em 1995)	*Megaobjetivo II* Crescimento com Geração de Emprego e Renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades Regionais. *Desafio 13* Ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade.	**7** - Projeto de Lei Complementar que prevê novo regime tributário, previdenciário e trabalhista para microempresa **8** - Rede de Proteção ao Trabalho - Fiscalização do Trabalho *(MTE)* **9** - Medida Provisória que permite a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Física de registro de empregado doméstico **10** - Educação Previdenciária *(MPS)*
Queda da Renda Real	▪ R$ 675,80 em 2004 (R$ 750,20 em 2001 e R$ 754,00 em 1996)	*Megaobjetivo II* Crescimento com Geração de Emprego e Renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades Regionais. *Desafio 13* Ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade.	**11** - Política de recuperação do Salário Mínimo **12** – Programa de Qualificação Social e Profissional *(MTE)* **13** - Seguro Desemprego *(MTE)* **14** - Abono Salarial *(MTE)* **15** – Salário Família *(MTE)*
Trabalho Infantil	▪ 1,7 milhão de crianças entre 10 e 14 anos em 2004. 3,3 milhões em 1995	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades. *Desafio 7* Reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos.	**16** - Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – PETI *(MDS/MTE/SEDH)*

Radar Social:

Problema:

DESEMPREGO

Situação 2004:

- **Taxa de desemprego: 9,3% em 2004** (9,6% em 2001 e 6,2% em 1995).
- **Taxa de participação: 75,7% em 2004** (73,6% em 2001 e 73,2% em 1995).

Iniciativas do Governo Federal:

1 - Crescimento do emprego

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE, nos anos de 2003 e 2004, foram criados 3,9 milhões de empregos no País. A taxa de ocupação alcançou, em 2004, o maior nível desde 1996, ou seja, 90,7% de pessoas ocupadas em relação à população economicamente ativa.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED também aponta para expressiva criação de empregos formais. Apesar da economia ter apresentado crescimento modesto em 2005, 2,3% em relação ao ano anterior, os dados do CAGED mostram que foram abertas mais de um milhão e duzentas mil vagas, confirmando a trajetória de recuperação do emprego formal. O Quadro abaixo mostra a evolução do crescimento do emprego formal, entre 2003 e 2005.

Postos de trabalho gerados

Ano	Vagas
2003	0,645 milhão
2004	1,523 milhão
2005	1,254 milhão

Fonte: Caged/MTE.

Assim, entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005, o saldo entre admissões e desligamentos do CAGED registrou a criação de 3,422 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada.

O processo de formalização do mercado de trabalho no Brasil é importante na medida em que aumenta a parcela da força de trabalho que conta com proteção social. Assim, no caso da ocorrência de algum risco (como o desemprego ou um acidente de trabalho), uma parcela maior de trabalhadores terá acesso a benefícios como o seguro-desemprego, o auxílio acidente e a aposentadoria.

2 - Política de recuperação dos Investimentos Públicos

Visando garantir os investimentos em infra-estrutura necessários à manutenção do crescimento econômico, cabe destacar duas iniciativas importantes implementadas pelo Governo Federal: as parcerias público-privadas (PPP) e os Projetos-Piloto de Investimentos (PPI).

As parcerias público-privadas (PPP) têm por objetivo atrair o setor privado para a prestação de serviços públicos e a realização de obras, compensando as atuais limitações da capacidade de investimento do setor público. A Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui as normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública federal, estadual e municipal, foi sancionada após grande debate com o Congresso Nacional, entidades de classes e outros segmentos da sociedade.

Em 2005, do ponto de vista institucional e regulamentar, cabe destacar: a criação do Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal - CGP, por meio do Decreto n.º 5.385/05; a autorização para a integralização de cotas no Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, totalizando um montante aproximado de R$ 4 bilhões em ações, por meio do Decreto n.º 5.411/05; a publicação da Resolução n.º 1 do CGP, determinando o Banco do Brasil como administrador e gestor do FGP; e a publicação da Resolução n.º 2 do CGP, que prevê a constituição de forças-tarefa para implementação de projetos de parceria público-privada.

Foram constituídas duas forças-tarefa com o objetivo de coordenar o processo de modelagem e auxiliar na condução dos projetos da Ferrovia Norte-Sul e das BR 116 e 324 e assinados dois convênios de cooperação técnica: um com a Corporação Andina de Fomento - CAF, em junho de 2005, para estruturação financeira do projeto da Ferrovia Norte-Sul; e outro com a Corporação Financeira Internacional (International Finance Corporation - IFC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em novembro de 2005, para estruturação, modelagem e avaliação do Projeto da rodovia BR 116 e BR 324.

Em dezembro de 2005, foram concluídos os estudos de modelagem econômico-financeira do projeto da Ferrovia Norte-Sul que indicaram a viabilidade de implementação do projeto sob a forma de concessão comum, ou seja, sem necessidade de aporte de recursos públicos.

A segunda iniciativa importante foi a discussão com o Fundo Monetário Internacional para o estabelecimento de novos critérios de contabilização das despesas com investimentos em infra-estrutura para fins de cálculo do resultado primário, que resultaram nos Projetos-Piloto de Investimentos (PPI), com a liberação de recursos adicionais para investimentos da ordem de R$ 10 bilhões no período compreendido entre 2005 e 2007. Os projetos executados no âmbito do PPI sujeitam-se a um monitoramento intensivo com nova metodologia que incide na evolução dos contratos, permitindo maximizar a alocação, sendo os valores dotados liberados mediante autorização prévia, após a verificação da execução física e financeira dos projetos, inclusive com monitoramento *in loco*.

A escolha dos projetos que compõem sua carteira foi objeto de processo seletivo que priorizou a manutenção de ativos estratégicos em infra-estrutura; a finalização de projetos; a redução dos gargalos em infra-estrutura e de logística; a alavancagem da competitividade do país; e a ampliação direta da arrecadação ou redução das despesas públicas garantindo alto impacto e retorno financeiro.

Setorialmente, a dotação orçamentária final autorizada para os projetos do PPI, em 2005, abrangeu R$ 3,668 bilhões, sendo R$ 3,308 bilhões para Transportes; R$ 57 milhões para Perímetros Públicos de Irrigação; R$ 15 milhões para Meteorologia; R$ 225 milhões para a Modernização da Administração Fazendária; R$ 2,6 milhões para Biotecnologia; R$ 46 milhões para Geologia e Geofísica do Petróleo; e R$ 14,1 milhões para a Gestão de Recursos Hídricos. Os resultados alcançados, em termos de emissão de empenhos, foram altamente expressivos - praticamente 100% dos recursos alocados foram utilizados -

contrastando com a média geral dos projetos que é da ordem de 53%, reafirmando a adequação do modelo de monitoramento adotado.

3 - Investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para geração de emprego e renda *(MTE)*

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituído pelos recursos do PIS-PASEP e outras receitas financeiras provenientes dos juros recebidos pelo seu patrimônio, tem por objetivo financiar o pagamento do seguro desemprego, do abono salarial e de outras ações voltadas para a geração de emprego e renda. Do ponto de vista da alocação, os recursos do FAT estão divididos em quatro grandes grupos.

O primeiro, previsto constitucionalmente, engloba 40% dos recursos do PIS/PASEP e destina-se ao BNDES para operações de financiamentos de projetos de desenvolvimento econômico e social. Além do pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial, os demais grandes grupos do FAT são: política nacional de qualificação; intermediação de mão-de-obra e disponibilidade de linhas de crédito para diversos programas de geração de emprego e renda. Neste último grupo, desde que foi criada a figura jurídica do depósito especial, o FAT vem alocando seus recursos em instituições financeiras federais servindo de lastro para operações de financiamentos de programas que propiciam a geração de emprego e renda, a exemplo do Proger Urbano e Rural, Pronaf, Proemprego e FAT-Material de Construção.

Em 2005, foram contratadas 2,9 milhões de operações de crédito com recursos do FAT somando cerca de R$ 21 bilhões. Destaque-se o PROGER Urbano, que tem como público alvo micro e pequenos empreendimentos urbanos. Em 2003, foram realizadas 470,2 mil operações, com valor total de R$ 2,2 bilhões. Em 2004, o número de operações saltou para 1,6 milhão, com valor contratado de R$ 4,4 bilhões. Em 2005, mais de 2,3 milhões de operações foram realizadas, com valores contratados de R$ 6,4 bilhões.

O Quadro a seguir mostra a evolução da ampliação das aplicações dos recursos do FAT e do alcance das linhas de crédito, em 2003, 2004 e 2005, por modalidade e número de operações.

Programas	2003		2004		2005	
	Operações (Quantidade)	Recursos (valor em R$ 1,00)	Operações (Quantidade)	Recursos (valor em R$ 1,00)	Operações (Quantidade)	Recursos (valor em R$ 1,00)
PROGER Urbano	470.199	2.199.910.289	1.571.269	4.387.229.692	2.319.155	6.438.665.797
FAT - Empreendedor Popular	110.854	289.676.287	108.520	130.252.523	6.116	31.231.077
PROGER Turismo	59	3.369.360	491	24.391.419	999	50.905.249
PROGER - Bens de Consumo Duráveis	9.959	7.518.253	63	47.182	-	-
PROGER Exportação	-	-	33	2.069.918	110	6.090.360
PROGER Rural	17.916	270.720.973	9.103	224.141.203	2.562	67.333.776
PRONAF	390.931	1.298.899.539	119.764	781.296.255	384.992	1.685.666.833
PROEMPREGO	147	2.067.529.063	112	2.100.933.662	409	964.132.486
PROTRABALHO	16	2.946.382	-	-	-	-
PCPP	47.097	56.219.000	-	-	-	-
FAT - Habitação	3.046	165.961.234	853	46.934.944	340	22.546.935
FAT - Material de Construção	53.926	130.577.653	401.216	935.712.245	259.886	589.599.255
FAT - Revitalização	-	-	-	-	2	363.800
FAT - Fomentar	4.080	501.261.836	3.905	882.220.873	2.347	2.331.557.447
FAT - Integrar	-	-	63	31.430.933	781	424.300.348
FAT Giro Rural	-	-	-	-	1.086	537.462.685
FAT Inclusão Digital	-	-	-	-	1.290	1.517.797
IE Econômica	-	-	-	-	1.334	3.795.931.366
IE Insumos Básicos	-	-	-	-	610	786.607.587
FAT Vila Panamericana	-	-	-	-	1	189.379.602
FAT - Exportar*	186	926.584.004	182	2.547.613.208	208	3.186.340.507
FINEP	25	246.541.000	-	-	66	73.337.470
TOTAL	1.108.441	8.167.714.873	2.215.574	12.094.274.058	2.982.294	21.182.970.378

Fonte: MTE

4 - Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra *(MTE)*

O Sistema Nacional de Emprego – SINE objetiva realizar a intermediação entre trabalhadores em busca de emprego e empresas que precisam contratar mão-de-obra, como forma de reduzir o tempo de desemprego, conseguir para o trabalhador uma melhor inserção no mercado de trabalho e diminuir o desemprego friccional, contribuindo para o funcionamento mais eficiente do mercado de trabalho.

As ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra de trabalhadores têm contado com um aumento da rede de atendimento. Em 2002, haviam 949 postos de atendimento do SINE. Hoje, existem 1.150 postos em todo o país. O SINE inscreveu, em 2005, 5.007.752 trabalhadores. Neste período, captou 1.718.641 vagas, encaminhou para entrevistas com empregadores 3.869.666 trabalhadores, tendo colocado 893.655 trabalhadores.

5 - Programa Primeiro Emprego *(MTE)*

Criado em 2003, o Programa Primeiro Emprego tem por objetivo combater o desemprego entre jovens de 16 a 24 anos de idade, considerando que esse público representa cerca de 47% do total de desempregados no país.

Na criação do Programa, a política implementada estava voltada para a relação juventude - qualificação - mercado de trabalho, sendo que o mesmo era composto de quatro eixos: fomento à geração de postos de trabalho formal, estímulo ao empreendedorismo, preparação para o primeiro emprego e articulação com a sociedade civil. Entretanto, nos últimos dois anos, verificou-se que o problema para a inserção do jovem no mundo do trabalho era prioritariamente derivado da baixa qualificação apresentada pelos jovens e não da falta de incentivo às empresas, tendo em vista a redução de custos para sua contratação.

Assim, em 2005, houve uma reorientação do Programa no sentido de privilegiar o eixo da qualificação, voltada à inserção no mundo do trabalho, ao invés de concentrar a atenção no eixo da subvenção econômica às empresas.

Atualmente, o Programa é implementado por meio das seguintes modalidades:

- qualificação de jovens com vistas à inserção no mundo do trabalho por meio dos "consórcios sociais da juventude – via parcerias com entidades da sociedade civil", "empreendedorismo juvenil – via parcerias com o SEBRAE e bancos públicos" e "juventude cidadã – via parcerias com as secretarias de trabalho dos estados e prefeituras";

- concessão de auxílio-financeiro aos jovens em situação de risco social atendidos pelas linhas da ação de qualificação, mediante prestação de serviço voluntário;

- responsabilidade social, que se trata de parcerias com empresas para contratação de jovens cadastrados em contrapartida ao recebimento do certificado "Empresa Parceira do Programa Primeiro Emprego";

- subvenção econômica, que consiste da concessão de incentivo financeiro às empresas para contratação de jovens na faixa etária entre 16 e 24 anos com renda familiar per capita até meio salário mínimo, sendo 70% das vagas destinadas a jovens com ensino fundamental ou médio incompleto.

Em 2005, o Programa inseriu cerca de 40.000 jovens no mercado de trabalho, destacando-se 3.716 na modalidade subvenção econômica, 2.604 na modalidade responsabilidade social e 29.605 contratações de jovens na condição de aprendiz. Além disso, foram qualificados cerca de 31.000 jovens.

Cabe ainda destacar o Projeto Soldado-Cidadão, criado em 2004, que tem por objetivo oferecer aos jovens incorporados às Forças Armadas cursos profissionalizantes que lhes proporcionem capacitação técnico-profissional básica e formação cívica, visando o ingresso no mercado de trabalho em melhores condições. São ministrados cursos em diversas áreas, em parceria com entidades públicas e da sociedade civil. Em 2005, foram capacitados 23.373 jovens.

6 - Programa Economia Solidária em Desenvolvimento *(MTE)*

Criado em 2003, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento é composto por oito ações distintas e complementares voltadas para a promoção do desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

O Programa procura apoiar a economia solidária por meio da constituição de novos empreendimentos autogestionários, do fortalecimento de empreendimentos já existentes, da constituição de Redes de Economia Solidária, da implementação de arranjos criativos para a comercialização de bens e serviços, da transferência e adequação de tecnologia aos empreendimentos solidários e suas formas de articulação, feita por processos de incubagem de empreendimentos e de redes de economia solidária.

No biênio 2004-2005, foram realizadas 43 feiras de economia solidária para estimular o comércio justo e solidário e, ainda, apoiados cerca de 2 mil empreendimentos cooperativados. Além disso, em 2005, foram apoiadas 139 empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão, significando a manutenção de cerca de 13.000 postos de trabalho. Cabe ainda destacar, o trabalho já iniciado junto a 200 comunidades quilombolas, atingindo uma população de 76 mil famílias, e o apoio a 50 incubadoras universitárias de cooperativas populares que formam e assistem grupos de produção associadas e cooperativas, formadas, predominantemente, por desempregados e pessoas socialmente excluídas.

Para o conhecimento preciso dos empreendimentos de economia solidária, foi realizado, em 2005, mapeamento de cerca de 15 mil empreendimentos de economia solidária, nos quais participam cerca de 1,25 milhão de trabalhadores, dos quais 35% são mulheres. Entre as atividades econômicas, predominam agricultura e pecuária, realizadas por 64% dos empreendimentos. Ainda, 44% dos empreendimentos encontram-se na Região Nordeste, seguida da Região Sul, com 17%, Região Sudeste, com 14%, Norte, com 13%, e Centro-Oeste, com 12%.

Radar Social:

Problema:

INFORMALIDADE

Situação 2004:

- **Grau de informalidade: 45,4% em 2004** (46,1% em 2001 e 44,7% em 1995).
- **Sem carteira assinada: 24,7% em 2004** (24,7% em 2001 e 22,1% em 1995).
- **Por conta própria: 20,7% em 2004** (21,4% em 2001 e 22,6% em 1995).

Iniciativas do Governo Federal:

7 - Projeto de Lei Complementar: novo regime tributário, previdenciário e trabalhista para microempresas

Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, em regime de prioridade, o Projeto de Lei Complementar - PLC nº 210/2004, que institui regime tributário, previdenciário e trabalhista especial à microempresa com receita bruta anual de até R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), e dá outras providências.

O PLC pretende combater a informalidade das microempresas e inova em vários aspectos: cria um regime tributário simplificado permitindo à microempresa a arrecadação unificada de tributos federais, estaduais e municipais; desonera a microempresa de um conjunto de impostos e contribuições federais, de modo que o recolhimento será apenas o da Contribuição para a Seguridade Social, que fica reduzida a 1,5% do faturamento; possibilita uma escrituração tributária simplificada e de baixo custo; possibilita ao microempresário, aos trabalhadores por conta-própria e aos contribuintes facultativos, a opção de se filiar à Previdência Social e ter direito a todos os benefícios assegurados pelo Regime Geral da

Previdência Social (à exceção da aposentadoria por tempo de contribuição) mediante contribuição de 11% sobre o salário mínimo.

8 - Rede de Proteção ao Trabalho /Fiscalização do Trabalho *(MTE)*

Em 2004, as ações de fiscalização das condições de trabalho realizadas pelos fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego resultaram no registro em Carteira de Trabalho de 708.957 trabalhadores, dos quais 173.641 na agricultura (24,49%), 146.899 (20,72%) na indústria e 127.592 (17,99%) no comércio, garantindo seus direitos trabalhistas e previdenciários. No ano de 2005, foram 746.272 trabalhadores registrados sob ação fiscal, sendo 115.560 na agricultura (15,48%), 154.884 (20,75%) na indústria e 155.228 (20,80%) no comércio.

Em relação ao trabalho escravo que ainda existe no Brasil, vale destacar a instituição do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e a criação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR. Foram implantadas equipes especiais de fiscalização nos estados do Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Bahia que contribuíram com ações para a libertação de trabalhadores. Desde 2003, foram realizadas 218 ações fiscais, com 13.079 trabalhadores libertados.

Merece destaque, ainda, a criação, em 2003, da chamada “lista suja” com o objetivo de informar aos diversos órgãos do Governo Federal os nomes daqueles que mantiveram trabalhadores em condições análogas à escravidão, para que cada instituição adote as medidas cabíveis em seu respectivo âmbito de competência. O empregador que está na lista suja perde, entre outras coisas, acesso ao crédito bancário para a produção agrícola. Em sua quinta atualização, de novembro de 2005, a lista totaliza 159 empregadores rurais flagrados que mantinham trabalhadores em condições análogas à escravidão. Ressalte-se que 2006 será o primeiro ano em que todos os bancos públicos terão respaldo do CODEFAT para restringir o acesso dos infratores ao crédito com recursos do FAT.

Finalmente, vale apontar o importante mecanismo de estímulo à participação sindical no planejamento anual da fiscalização do trabalho, instalado em 2003, a Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), que atua junto às Delegacias Regionais de Trabalho e Emprego - DRTs. Trata-se de um canal de comunicação com o Estado para

denunciar irregularidades trabalhistas e participar na elaboração do planejamento e avaliação da fiscalização.

9 - Medida Provisória que permite a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Física de registro de empregado doméstico *(MPS)*

Visando impulsionar a formalização do emprego doméstico, que tem cerca de 65% dos trabalhadores sem Carteira de Trabalho assinada, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 284, de 06/03/2006, que autoriza àqueles que assinam a Carteira de Trabalho de empregado doméstico deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física a contribuição patronal ao INSS - de 12% do salário do empregado – a partir de abril de 2006. O benefício é limitado a um salário mínimo e a um emprego por Declaração feita no modelo completo.

O desconto passará a valer para as Declarações de 2007, tendo como base pagamentos de 2006, e deverá vigorar até 2012. O benefício procura estimular o registro em carteira para reduzir o trabalho informal no setor, que tem 94,3% dos postos ocupados por mulheres, e tem como meta inicial atingir cerca de 1,2 milhão de empregados domésticos dos 4,8 milhões que atuam na informalidade, em um universo de 6,5 milhões, segundo cálculos do Ministério da Previdência Social.

10 - Educação Previdenciária *(MPS)*

O Programa Educação Previdenciária tem por objetivo informar a população sobre a importância da previdência social para suas vidas ao garantir a reposição da renda nas situações de perda da capacidade para o trabalho, temporária ou permanente, em virtude de idade avançada, doença, invalidez, maternidade, acidente ou morte. Pretende-se não apenas expandir a cobertura e elevar a arrecadação previdenciária, reduzindo a informalidade de trabalhadores e empresas, mas fundamentalmente proteger o cidadão.

O Programa atua por meio de ações de conscientização, tais como cursos de capacitação e de formação de disseminadores e distribuição de material informativo e didático. Possui uma

rede de colaboradores espalhados por todo o país, servidores do INSS e parceiros como o SENAC e a Confederação Nacional da Agricultura - CNA.

Em 2003, foram realizadas palestras para 304 mil pessoas; cursos com a participação de 7.868 representantes de segmentos da sociedade civil e órgãos públicos; inclusão de módulo referente à previdência social nos cursos de qualificação profissional oferecidos pelo SENAC; seminários e cursos ministrados para mais de 20 mil produtores e empregadores rurais, em parceria com a CNA.

Em 2004, foram treinados 320 instrutores do SENAC e 811 servidores da previdência social em cursos disseminadores do conhecimento previdenciário e ministradas palestras para 5.300 pessoas. Foram realizados também 161 cursos destinados a representantes de entidades da sociedade civil e profissionais de diversas áreas (em especial, assistentes sociais de prefeituras, sindicalistas, professores, líderes comunitários e agentes comunitários de saúde) que resultaram no treinamento de 7.672 pessoas. Além disso, foram realizadas atividades voltadas para o processo de conscientização de cerca de 8 mil mulheres trabalhadoras rurais, no que se refere aos seus direitos e deveres em relação à previdência social.

Em 2005, o Programa realizou 5.128 ações educativas, em eventos como palestras, feiras, exposições, encontros e seminários; orientando 708.438 cidadãos, em sua maioria, autônomos, líderes comunitários, trabalhadores rurais, idosos, assistentes sociais, estudantes de cursos profissionalizantes e universitários, sindicalistas e pequenos produtores rurais. Em parceria com o SENAC, foram treinados mais 317 instrutores, totalizando 637 instrutores responsáveis pela inserção do tema previdência social nos cursos oferecidos pelo SENAC. Além disso, foram treinados 9.261 representantes de entidades da sociedade civil, órgãos públicos e profissionais de diversas áreas.

Cabe ainda registrar, em 2005, a orientação para cerca de 6.500 pequenos e médios produtores rurais e a realização de 6 cursos na região de Belo Horizonte, Manaus, São Luís, Petrópolis e João Pessoa, com a participação de 279 representantes de federações e de sindicatos de produtores rurais, em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura. E, por último, a orientação e atendimento previdenciário para 640 descendentes de quilombolas e a realização de curso para 32 representantes dessas comunidades, de todo o país, por ocasião da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Radar Social:

Problema:

QUEDA DA RENDA REAL

Situação 2004:

- **R$ 675,80 em 2004 (R$ 750,20 em 2001 e R$ 754,00 em 1996).**

Iniciativas do Governo Federal:

11 - Política de recuperação do Salário Mínimo

A recuperação do salário mínimo é uma conquista importante para os trabalhadores. Nos últimos anos, o reajuste do mínimo superou a variação dos preços: em 2003, o aumento real foi de 0,5%; em 2004, 2,2%; e em 2005, 7,9%. A partir de abril deste ano, o valor do salário mínimo passou para R$ 350,00, com crescimento real de 13,7% em relação ao ano de 2005.

Em três anos, o valor nominal (sem descontar a inflação) do salário mínimo cresceu 75%, passando de R$ 200,00 (em vigor até março de 2003) para R$ 350,00 em abril de 2006. Já o crescimento real (descontada a inflação projetada para o período) foi de aproximadamente 26%.

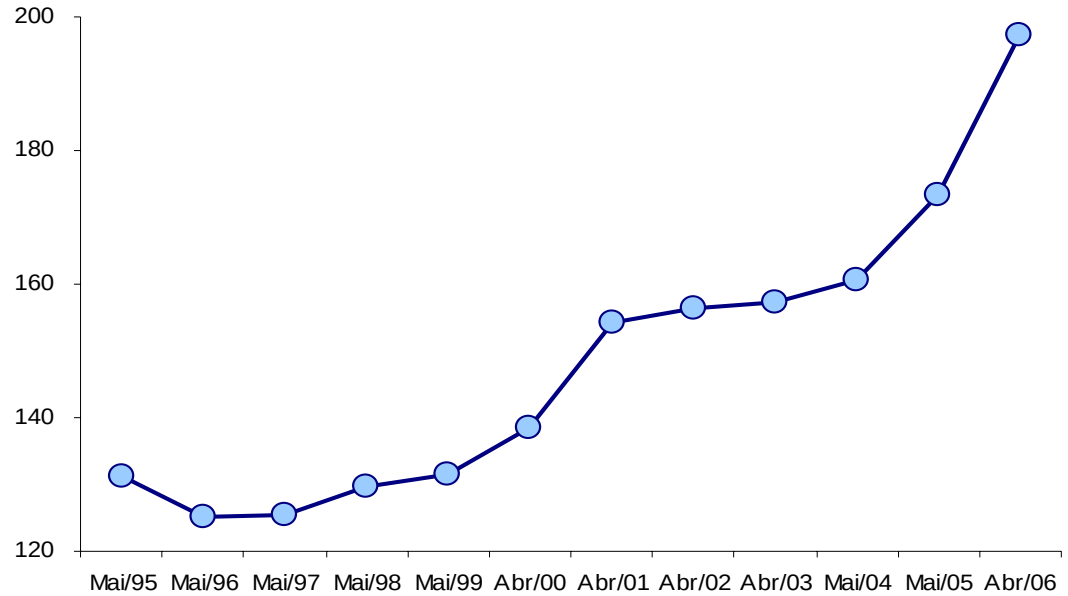
Outro aspecto importante da evolução recente do salário mínimo é a relação entre seu valor real e o custo da cesta básica do DIEESE. Em janeiro de 2003, um salário mínimo permitia adquirir 1,3 cesta, relação que se elevou para 2,04 em outubro de 2005, e 2,3 cestas em abril de 2006. Para esse resultado, além dos aumentos reais do salário mínimo, também contribuiu a desoneração tributária de vários produtos que compõem a cesta básica promovida a partir de 2003.

O salário mínimo tem impacto na vida de cerca de 40 milhões de pessoas. Desse total, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE, 23,8 milhões são trabalhadores que recebem até um salário mínimo. O restante – cerca de 15,7 milhões – são beneficiários da Previdência e Assistência Social que também ganham até um salário mínimo. Em termos regionais, no Nordeste estão 37% dos trabalhadores que recebem um salário mínimo. Na seqüência está a região Sudeste, com 36%, a Sul com 10% dos trabalhadores, a Norte com 8% e a Centro Oeste com 9%.

O valor atual de R$ 350,00 reflete o consenso alcançado na buscar de conciliar a melhoria das condições de vida da população e os efeitos dinamizadores da economia que advêm do aumento real do salário mínimo com as limitações impostas pelo orçamento da União, em especial, as derivadas do aumento dos gastos com benefícios pagos pela Previdência Social.

O Gráfico abaixo mostra a evolução do valor real do salário mínimo, desde 1995, evidenciando o crescimento dos anos, em especial a partir de 2003.

Evolução do Salário mínimo Real
1995 - 2006



Nota: Deflator utilizado: INPC, Base: Dez / 94 = 100.
Elaboração: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

12 - Programa de Qualificação Social e Profissional *(MTE)*

O Programa de Qualificação Social e Profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, tem por objetivo promover a qualificação social e profissional, a certificação e a orientação do trabalhador, com prioridade para as pessoas discriminadas no mercado de trabalho por questões de gênero, raça/etnia, faixa etária e/ou escolaridade. Desse modo, articulado às políticas de educação, desenvolvimento e inclusão social, o Programa busca ampliar a probabilidade de acesso do trabalhador ao mundo do trabalho e de sua permanência nele.

O Programa vem apresentando resultados satisfatórios de efetividade social. Um primeiro dado relevante é o da priorização de públicos específicos. Com efeito, a participação de jovens, mulheres, negros, indígenas e pessoas com déficit educacional (grupos com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho brasileiro) superou suas respectivas participações na PEA nacional. Houve, ainda, aumento da participação dos trabalhadores desempregados nos cursos de qualificação.

As ações de qualificação social e profissional são implementadas de forma descentralizada, por meio de Planos Setoriais e Territoriais de Qualificação (em parceria com estados, municípios e consórcios municipais) e de Projetos Especiais de Qualificação (em parceria com entidades do movimento social e organizações não-governamentais).

Uma inovação importante é a possibilidade de municípios com mais de 1 milhão de habitantes ou consórcios intermunicipais conveniarem diretamente com o Ministério do Trabalho e Emprego. Desse modo, tornou possível aos estados direcionar maior volume de recursos às demandas de seus municípios de médio e pequeno porte.

A carga horária média dos cursos oferecidos no âmbito do Programa, que eram de 62,4 horas, em 2002, evoluiu para 195,6 horas, consolidando o aumento da qualidade pedagógica das ações de qualificação social e profissional. Em 2005, foi contratada a qualificação de 100,4 mil trabalhadores. Além disso, foram firmados convênios com 23 entidades para o desenvolvimento metodológico e curricular do Programa.

13 - Seguro Desemprego *(MTE)*

O Seguro Desemprego consiste em um benefício temporário concedido ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa. Atualmente, existem as seguintes modalidades:

- Formal, que assiste ao trabalhador desempregado por dispensa sem justa causa ou por paralisação das atividades do empregador, e que atendeu, em 2005, 5,2 milhões de trabalhadores;
- Pescador Artesanal, que com a flexibilização do tempo de inscrição como pescador artesanal (Lei 10.779/03), teve o número de beneficiários (que recebem um salário mínimo durante o período de defeso) elevado de 91.973, em 2003, para 206.000, em 2005;
- Empregado Doméstico com acesso ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que atendeu 9.358 trabalhadores, em 2005;
- Resgatados da Condição Análoga à de Escravo, que beneficiou 3.043 trabalhadores, em 2005;
- Bolsa-Qualificação, ao trabalhador com contrato suspenso, atendeu em 2005, 3.922 trabalhadores.

14 - Abono Salarial *(MTE)*

Abono Salarial é um benefício, previsto no artigo 239, § 3º da Constituição Federal, no valor de um salário mínimo anual, assegurado aos empregados que recebem até dois salários mínimos de remuneração mensal de empregadores que contribuem para o PIS/PASEP.

Em 2005, foram identificados 10,2 milhões de trabalhadores com direito ao Abono, tendo sido pagos 95% do previsto - maior quantidade de trabalhadores identificados e pagos desde a criação do benefício.

15 - Salário Família *(MPS)*

O salário-família é um benefício previdenciário concedido ao segurado de baixa renda para auxiliar nas despesas de custeio de seu(s) filho(s). É pago aos trabalhadores com salário mensal de até R$ 654,61 que tenham filhos com até 14 anos de idade ou incapacitados de qualquer idade. Também têm direito, os aposentados por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 anos (se homem) e 60 anos (se mulher), nas mesmas condições do segurado ainda em atividade. O valor da quota do salário-família é apurado de acordo com o salário de contribuição e é devido por filho ou equiparado. O direito ao recebimento é tanto do pai quanto da mãe, desde que estejam nas categorias e faixa salarial previstos na legislação.

Os empregados recebem o salário-família mensalmente, diretamente da empresa empregadora, sendo este valor deduzido pela empresa do recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social sobre a folha de salários. Já os trabalhadores avulsos recebem dos sindicatos, mediante convênio com o Ministério da Previdência Social.

Em abril de 2006, o salário-família foi novamente reajustado, passando para R$ 22,33 por filho, para os empregados (exceto o doméstico) e trabalhadores avulsos com remuneração mensal até R$ 435,52. Para aqueles que recebem entre R$ 435,52 e R$ 654,61, o valor atual do benefício é de R$ 15,74 para cada filho. Vale ainda mencionar que, para a faixa de menor renda, o salário-família, em 2003, era de R$ 13,47, o que significa um crescimento de cerca de 66% nos últimos três anos.

Radar Social:

Problema:

TRABALHO INFANTIL

Situação 2004:

- **1,7 milhão de crianças entre 10 e 14 anos em 2004 (3,3 milhões em 1995).**

Iniciativas do Governo Federal:

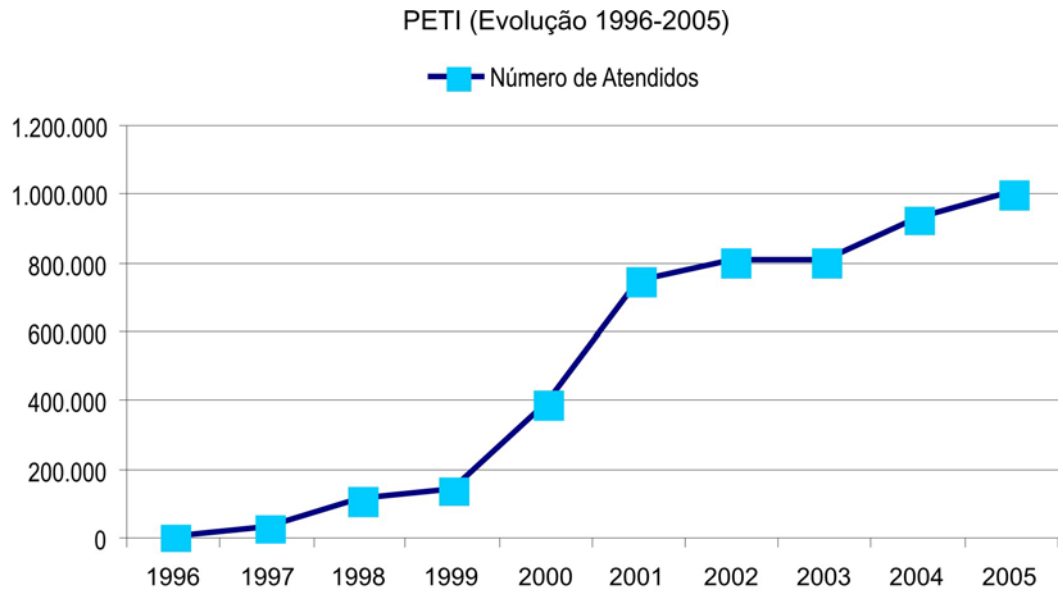
16 - Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - PETI *(MDS / MTE/ SEDH)*

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI tem por objetivo combater o trabalho de crianças e adolescentes até 16 anos incompletos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

O Programa é implementado por meio da concessão de bolsas mensais por criança e adolescente, no valor de R$ 40,00 na área urbana e de R$ 25,00 na área rural, e do desenvolvimento de atividades sócio-educativas em horário complementar ao da escola. Em contrapartida, as famílias devem garantir a freqüência escolar dos beneficiários.

Em dezembro de 2005, o Programa estava atendendo a 1.010.057 crianças e adolescentes de até 16 anos de idade incompletos que se encontravam em situação de trabalho ilegal, em 3.312 municípios, representando uma taxa de crescimento no atendimento, com relação a 2004, de 9%.

Vale destacar a evolução do número de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI. Por exemplo, de 2000 a 2005, houve expansão de 156% do número de beneficiários do Programa, como mostra o gráfico abaixo.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

As crianças e adolescentes em situação de trabalho ilegal são, muitas vezes, identificadas por meio da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2004, foram encontradas 4.040 crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos trabalhando em condições ilegais; em 2005, 7.748.

Em 2004, foram admitidos como aprendizes 25.215 adolescentes entre 14 e 18 anos. Devido à ação da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2005, esse número foi de 29.605 adolescentes. A ação fiscal também obteve o registro em Carteira de Trabalho de 5.120 adolescentes empregados, em 2004, e de 4.101 no ano de 2005.

É importante mencionar, por fim, a integração do PETI com o Programa Bolsa Família, que permitirá, entre outros, a racionalização do processo de execução dos dois programas, já que todas as famílias beneficiárias do PETI deverão ser inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, evitando sobreposições e duplicidades de pagamento. Com a integração, o Bolsa Família passa a ser o responsável pela transferência de renda às famílias pobres inscritas no Cadastro Único. As famílias que não têm o perfil de renda para integrar o público-alvo do Bolsa Família seguirão sendo atendidas pelo PETI. Por outro lado, as ações sócio-educativas e de convivência passam a ser obrigatórias para todas as crianças e adolescentes, não apenas as oriundas do PETI, mas todas aquelas beneficiárias do Bolsa Família que apresentem situação de trabalho infantil.

No final de 2005, foi publicada, no Diário Oficial da União, Portaria nº 666/MDS, que disciplina a integração entre os dois programas. Segundo a referida portaria, a integração persegue os seguintes objetivos: racionalização e aprimoramento dos processos de gestão do Bolsa Família e do PETI; ampliação da cobertura do atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil do PETI; extensão das ações sócio-educativas e de convivência do PETI para as crianças e adolescentes do Bolsa Família em situação de trabalho infantil; universalização do Bolsa Família para as famílias que atendem aos seus critérios de elegibilidade.

Renda

Pobreza e Desigualdade

Radar Social		Plano Plurianual 2004-2007	
Problemas	Situação 2004	Desafios	Principais Iniciativas do Governo Federal
Alta Incidência de Pobreza	▪ 52,5 milhões de pobres vivem em domicílios com renda per capita inferior a ½ salário mínimo, atingindo 30,17% da população. ▪ 19,8 milhões de muito pobres/indigentes vivem em domicílios com renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo, atingindo 11,3% da população.	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades. *Desafio 1* Combater a fome promovendo a segurança alimentar e nutricional, garantindo o caráter de inserção e cidadania. *Desafio 2* Ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar os seus mecanismos	**1 -** Fome Zero: **1.1** – Bolsa Família *(MDS)* **1.2** – Política de Acesso à Alimentação *(MDS-CONAB-MEC)* **1.3** - Eliminação de impostos sobre a cesta básica (*MF)* **1.4** - Construção de Cisternas *(MDS)* **2** - Ações de Assistência Social *(MDS-CONAB)* **3** - Benefícios de Prestação Continuada *(MDS)* **4** - Previdência Social (*MPS)* **5** - Programa Luz para Todos (*MME)* **6** - Tarifas diferenciadas de energia elétrica (*MME)* **7** - Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento *(SEDH)*
Elevada Desigualdade na Distribuição de Renda	▪ 1% dos brasileiros mais ricos se apropriam de parcela da renda total semelhante àquela detida por 50% dos mais pobres: 12,8% e 14,0%, respectivamente.	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades. *Desafio 2* Ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar os seus mecanismos.	**8** - Política de acesso ao crédito: **8.1** - Pronaf **8.2** – Microfinanças **8.3** - Crédito Consignado **8.4** – Microcrédito Produtivo Orientado **9 -** Cooperativismo **8** - Reforma Agrária *(MDA)* **10** - Pontos de Cultura *(MinC)* **11** – Programa Brasil Quilombola *(SEPPIR)*

Radar Social:

Problema:

ALTA INCIDÊNCIA DE POBREZA

Situação 2004:

- 52,5 milhões de pobres vivem em domicílios com renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo, atingindo 30,1% da população.
- 19,8 milhões de muito pobres e indigentes vivem em domicílios com renda *per capita* inferior a 1/4 salário mínimo, atingindo 11,3% da população.

Iniciativas do Governo Federal:

1 - Fome Zero

Em 2003, o Governo Federal lançou o Fome Zero, concebido como estratégia para assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. O diagnóstico que deu origem ao Fome Zero identifica que a fome no país decorre da desigualdade de acesso e não de disponibilidade dos alimentos. Por essa razão, o desafio assumido foi integrar e articular ações das três esferas de governo e da sociedade civil, visando acabar com a fome e, ao mesmo tempo, enfrentar a questão da pobreza.

O Fome Zero se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional e contribui para a erradicação da extrema pobreza e o fortalecimento da cidadania da população mais vulnerável à fome. É composto por quatro eixos: acesso à alimentação; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda; e articulação, mobilização e controle social. A esses eixos estão vinculados programas e ações de diferentes órgãos do Governo Federal, tal como demonstra o quadro a seguir.

Fome Zero: iniciativas do Governo Federal por eixo

Eixo 1: acesso aos alimentos

- Bolsa Família
- Alimentação escolar
- Cisternas
- Bancos de alimentos
- Agricultura Urbana
- Distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos
- Restaurantes populares
- Cozinhas Comunitárias
- Educação alimentar e nutricional
- Alimentação saudável/Promoção de hábitos saudáveis
- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)
- Distribuição de Vitamina A e de Ferro
- Alimentação do trabalhador (PAT)
- Alimentação e nutrição dos povos indígenas
- Desoneração da cesta básica de alimentos

Eixo 2: fortalecimento da agricultura familiar

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF
- Seguro da agricultura familiar
- Garantia-safra
- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)

Eixo 3: geração de renda

- Qualificação social e profissional
- Economia solidária e inclusão produtiva
- Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consads
- Organização produtiva de comunidades pobres (PRODUZIR)
- Desenvolvimento de cooperativas de catadores
- Microcrédito produtivo orientado

Eixo 4: articulação, mobilização e controle social

- Centros de Referência da Assistência Social (Casa das Famílias)
- Educação Cidadã e Mobilização social
- Mutirões e doações
- Parcerias com empresas e entidades

- Capacitação de agentes públicos e sociais em políticas de desenvolvimento social e combate à fome
- Controle social – conselhos da área social

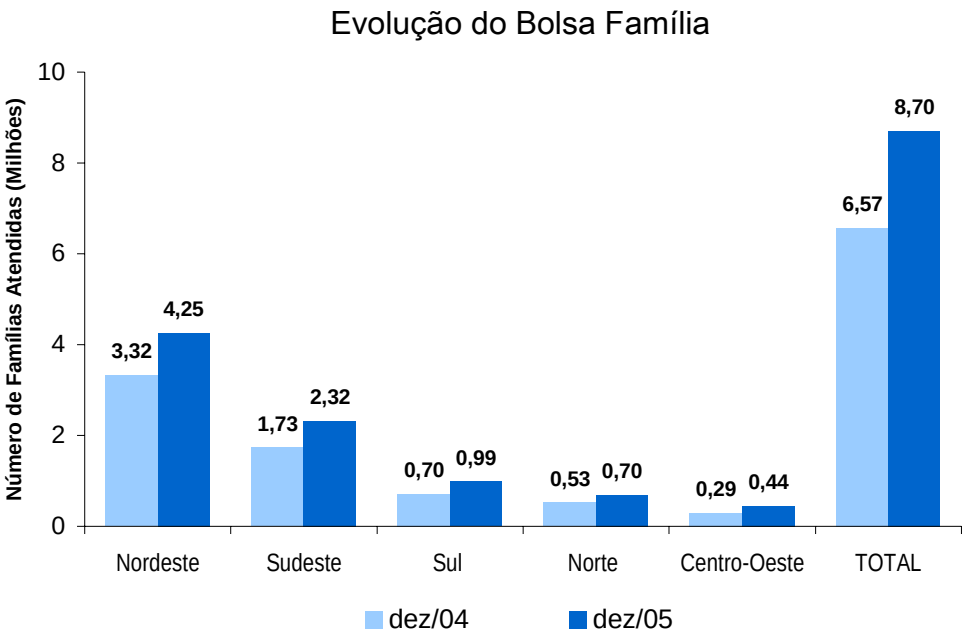
Na seqüência são detalhadas algumas das principais iniciativas do Fome Zero. Outras iniciativas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, estão detalhados em associação com outros problemas.

1.1 - Programa Bolsa Família *(MDS)*

O Programa Bolsa Família tem por objetivo a inclusão social das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza por meio da transferência direta de renda e da promoção do acesso a serviços sociais de saúde e educação, induzida pelas condicionalidades do Programa. Criado em 2004, a partir da unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação, consiste da concessão de benefícios mensais às famílias que recebiam até R$ 100,00 “per capita” por mês, segundo os critérios abaixo, em contrapartida ao compromisso dessas famílias de garantir a freqüência escolar e cuidados com a saúde das crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes.

Renda “per capita”	Benefício Fixo	Renda Variável
Até R$ 50,00	R$ 50,00	R$ 15, R$ 30 ou R$ 45, conforme o número de crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes e nutrizes em cada família.
De R$ 51,00 até R$ 100,00	não recebem	

Em 2005, o Bolsa Família apresentou resultados expressivos em termos de expansão do atendimento, conforme mostra o gráfico abaixo. O Programa vem atendendo a 77,6% do seu público, constituído por 11,2 milhões de famílias, segundo projeções feitas a partir de dados do IBGE (PNAD, 2001), e está presente em todos os municípios brasileiros. Além disso, o valor médio do benefício passou de R$ 24,75, em 2003, para R$ 64,67 em 2005, o que representa um crescimento de quase 170%.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

É importante mencionar que, a partir de abril de 2006, o Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema-pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R$ 120,00 e R$ 60,00, respectivamente, beneficiando também as famílias remanescentes dos quilombos. Além disso, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 - PNAD/IBGE, o público-alvo do programa foi redimensionado para 11,1 milhões de famílias com renda familiar per capita inferior a R$ 120,00.

Além do Bolsa Família, em dezembro de 2005, ainda existiam 5,29 milhões de famílias remanescentes dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação, que continuam recebendo seus benefícios enquanto o processo de migração para o Cadastro Único de Programas do Governo Federal, que registra os beneficiários do Programa Bolsa Família, está sendo finalizado, evitando que tais famílias sejam prejudicadas.

O Bolsa Família considerou, em sua estratégia inicial de expansão, as desigualdades regionais, priorizando as regiões mais pobres. De cada 10 (dez) famílias atendidas pelo Programa, no final de 2005, quase 6 (seis) estavam nas regiões Norte e Nordeste, totalizando 4,94 milhões de famílias. Tendo em vista que até o final de 2006 a meta é universalizar a cobertura da população alvo, em 2005, alcançou-se um piso de cobertura de 70% em pouco mais de 4.000 municípios brasileiros.

Número de Famílias Atendidas pelo Bolsa Família e Programas Remanescentes

Região	Bolsa Família (*)	Estimativa de Famílias Pobres (**)	A / B	Remanescentes (*)
	(A)	(B)		
Nordeste	4.245.574	5.259.839	80,7%	538.466
Sudeste	2.325.379	3.045.159	76,4%	2.578.904
Sul	987.068	1.098.279	89,9%	1.289.587
Norte	697.644	1.134.478	61,5%	584.305
Centro-Oeste	444.786	668.456	66,5%	301.465
TOTAL	8.700.451	11.206.211	77,6%	5.292.727

(*) Informações referentes a dezembro de 2005 (**) PNAD 2001/IBGE (Revisada)
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Programa também impacta a receita dos municípios. O quadro abaixo mostra o impacto dos programas de transferências de renda (Bolsa Família mais remanescentes do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) na receita dos municípios, por região, em novembro de 2005. Em relação ao Fundo de Participação dos Municípios, por exemplo, esses programas representam 40% dos recursos recebidos na região nordeste.

Transferências constitucionais para os Municípios e transferência de renda do MDS (novembro de 2005)

REGIÃO	Transferências constitucionais para o Município				
	FPM	Total das Transferências Constitucionais	Total dos Programas de Transferência de Renda	PTR / FPM	PTR / Transferência Constitucional
	(A)	*(B)*	*(C)*	*(C/A)*	*(C/B)*
Centro-Oeste	169.575.746,84	269.976.862,97	29.273.056,00	0,17	0,11
Nordeste	826.076.527,95	1.389.901.568,10	323.310.850,00	0,39	0,23
Norte	241.735.201,14	354.852.962,89	55.865.506,00	0,27	0,16
Sudeste	733.767.608,56	1.377.385.379,18	156.254.017,00	0,21	0,11
Sul	407.508.215,33	660.376.258,39	63.167.509,00	0,16	0,10
Total Geral	2.344.548.113,40	4.052.493.031,53	627.870.938,00	0,27	0,15

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria do Tesouro Nacional.

Importa, ainda, mencionar o avanço do Bolsa Família no que diz respeito ao acompanhamento das condicionalidades do programa, em particular, de educação. As

crianças/adolescentes com idade de 6 a 15 anos, cujas famílias recebem o benefício, devem estar na escola, tendo freqüência mínima de 85%. Mais de 97% das crianças/adolescentes que tiveram freqüência informada nos meses de maio a julho garantiram a freqüência mínima requerida. O quadro abaixo demonstra a evolução do registro das informações.

Acompanhamento das Condicionalidades de Educação

REGISTRO DE INFORMAÇÕES POR PERÍODO DE APURAÇÃO	2004 Out - Nov		2005 –Out – Nov		2006 –Fev – Mar – Abr	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Total de crianças e adolescentes no Bolsa Família	12.393.146	100	13.352.733	100	13.639.563	100
Total de crianças e adolescentes com registro de freqüência	6.301.753	51	10.169.611	76	8.886.516	65
Escolas que informaram	114.141	55	185.556	90	203.318	86
Municípios que informaram	3.872	70	5.380	97	5.510	99

Fonte: Ministério da Educação

Por último, um dos pilares do Bolsa Família consiste da relação entre os entes federativos e a sociedade civil. Neste sentido, no ano de 2005 houve importantes avanços na efetiva parceria e co-responsabilização entre estes atores com vistas a uma gestão/execução compartilhada do Programa. Dentre os mais importantes, podemos destacar os seguintes:

- foram aprovados os instrumentos necessários à formalização da adesão dos municípios ao Bolsa Família, que pressupõe a designação dos gestores municipais do Programa e a informação sobre sua instância local de controle social;

- foram estabelecidos critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros aos municípios, estados e Distrito Federal, destinados à implementação e desenvolvimento do Programa Bolsa Família e ao aprimoramento do Cadastro Único de Programas Sociais. Os entes receberam repasse de recursos do Governo Federal pela efetuação de cadastramento das famílias e atualização das bases de dados dos seus cidadãos incluídas no

Cadastro Único. Os recursos repassados para fins de apoio às ações de atualização cadastral resultaram na inserção e/ou atualização no Cadastro Único de mais de 5,2 milhões de cadastros válidos até o fim de novembro de 2005;

- os municípios que assinaram o Termo de Adesão ao Programa obtiveram acesso ao Sistema Descentralizado de Gestão dos Benefícios, que permite acessos diferenciados, por exemplo, a gestores e membros das instâncias de controle social. Assim, é possível a esses atores obter informações sobre a situação dos benefícios, como cancelamentos e bloqueios. Ademais, aqueles que aderiram formalmente ao Programa podem realizar procedimentos, tais como bloqueio, desbloqueio e cancelamento de benefícios.

1.2 - Política de Acesso à Alimentação *(MDS - CONAB - MEC)*

Criado em 2003, o "Programa de Aquisição de Alimentos – PAA" visa incentivar a agricultura familiar por meio da compra de sua produção, até o limite de R$ 2,5 mil por agricultor, e distribuir esses produtos agropecuários às pessoas em situação de insegurança alimentar ou ainda utilizá-los para a formação de estoques. Dentre as várias modalidades do PAA, o "Programa do Leite", até dezembro de 2005, atendeu, em 1.152 municípios do semi-árido, a 19 mil pequenos agricultores e beneficiou com a distribuição diária de um litro de leite 651 mil famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, que correspondem a 3,2 milhões de pessoas, nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

As modalidades "Compra Direta" e "Compra Antecipada Especial", operacionalizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, beneficiaram, até dezembro de 2005, 46,8 mil agricultores familiares. Por último, a "Compra Direta Local", operacionalizada por intermédio de convênios com os estados, até dezembro de 2005, atendeu a 15,38 mil agricultores familiares e beneficiou 1,11 milhão de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Ainda no âmbito da política de acesso a alimentos, em 2005, foram apoiados estados, municípios e entidades da sociedade civil para implantação e modernização de cerca de 200 equipamentos de segurança alimentar, dentre os quais: restaurantes populares; cozinhas

comunitárias; bancos de alimentos, que fazem intermediação entre doadores de alimentos (supermercados, Ceasas etc.) e entidades assistenciais; e hortas comunitárias.

Além disso, grupos populacionais mais vulneráveis e em situação de insegurança alimentar (comunidades indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária, comunidades de terreiros, atingidos por barragens e vítimas de calamidades públicas) foram beneficiados com a distribuição de cestas de alimentos. Foram entregues, em 2005, 1.950.914 cestas de alimentos (42,9 mil toneladas) atendendo a 505.375 famílias, por meio de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a CONAB.

Por último, vale mencionar a alimentação escolar**.** Após quase dez anos sem aumento, em 2003, o valor per capita da alimentação escolar da pré-escola e escolas filantrópicas foi corrigido, com aumento de 116%, igualando-o ao valor do ensino fundamental. O repasse para a pré-escola e para as escolas filantrópicas, que era de R$ 0,06, passou para R$ 0,13. A alimentação escolar também foi estendida às creches públicas e filantrópicas, que não recebiam este benefício. Passaram a ser atendidas 870 mil crianças de 18 mil creches, com valor de R$ 0,18 por aluno/dia. Os alunos indígenas, reconhecidamente em grave situação de insegurança alimentar, também foram beneficiados com um aumento do valor per capita para R$ 0,34 por aluno/dia.

Em agosto de 2004, foi concedido novo aumento, de 15,38%, para a merenda da pré-escola e ensino fundamental, que passou de R$ 0,13 para R$ 0,15 por aluno/dia, beneficiando 36,9 milhões de alunos, diariamente.

A partir de maio de 2005, o valor per capita repassado para pré-escola, ensino fundamental e escolas filantrópicas passou para R$ 0,18, representando um acréscimo na ordem de 20%. Em continuidade à atenção aos alunos de comunidades que estão em insegurança alimentar, em junho de 2005, houve a diferenciação do per capita repassado para escolas de comunidades quilombolas de R$ 0,18 para R$ 0,34, representando um aumento de 89%.

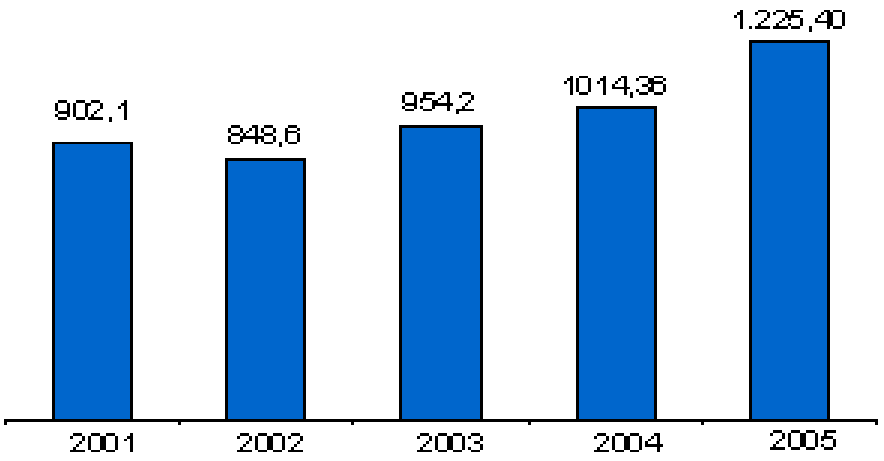
Em 2005, foram atendidos aproximadamente 37 milhões de alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental da rede pública e de entidades filantrópicas; cerca de um milhão de crianças em creches; 131 mil estudantes de escolas indígenas; e 40 mil estudantes quilombolas.

Valores per capita / dia da alimentação escolar

	2002	2003	2004	2005
Ensino fundamental	R$ 0,13	R$ 0,13	R$ 0,15	R$ 0,18
Pré-escola	R$ 0,06	R$ 0,13	R$ 0,15	R$ 0,18
Creches públicas e filantrópicas	—	R$ 0,18	R$ 0,18	R$ 0,18
Escolas indígenas	—	R$ 0,34	R$ 0,34	R$ 0,34
Escolas quilombolas	—	—	—	R$ 0,34

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Valores repassados pela Alimentação Escolar
2001 a 2005 – (R$ milhão)



Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Por último, no início de 2006, o valor per capita para os alunos de creches públicas e filantrópicas teve novo aumento, passando para R$ 0,22 por dia. Com relação às escolas indígenas e remanescentes de quilombos, tiveram aumento no valor per capita para R$ 0,42 por dia. A partir de maio de 2006, os valores aumentaram novamente, ficando em R$ 0,22 também para o ensino fundamental e a pré-escola, e em R$ 0,44 para escolas indígenas e quilombolas.

1.3 - Eliminação de imposto sobre a Cesta Básica *(MF)*

A redução do custo de produtos essenciais ao consumo, a exemplo da cesta básica de alimentos e medicamentos, beneficia principalmente a parcela da população de baixo poder aquisitivo, que dispende grande parte de sua renda na compra desses produtos.

Em 2003 e 2004, foram tomadas medidas no campo tributário com impacto positivo na redução dos preços dos alimentos. Cabe destacar a eliminação da cobrança do PIS e da COFINS incidentes sobre os alimentos da cesta básica, como arroz, feijão, farinha de mandioca, ovos e hortifrutigranjeiros, bem como sobre os produtos essenciais à agricultura, como adubos, fertilizantes, defensivos, sementes e vacinas. Além disso, foi concedido crédito presumido do PIS e da COFINS para a agroindústria em relação às aquisições dos insumos adquiridos de pessoas físicas.

O projeto de lei da Reforma Tributária, em tramitação no Congresso Nacional, prevê a isenção ou a cobrança de alíquota mais baixa de ICMS para os produtos da cesta básica e medicamentos.

1.4 - Construção de Cisternas *(MDS)*

A construção de cisternas para armazenamento de água contribui fundamentalmente para a melhoria das condições de vida e de acesso à água para o consumo humano das populações rurais do semi-árido brasileiro, facilitando o acesso a uma estrutura simples e eficiente de captação da água da chuva e de aproveitamento sustentável de recursos pluviais.

De julho de 2003 a dezembro de 2005, foram construídas 118 mil cisternas com recursos investidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Federação Brasileira de Bancos - Febraban e demais parceiros, beneficiando 590 mil pessoas em municípios do semi-árido.

2 - Ações de Assistência Social *(MDS)*

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, implementado em 2005, consiste de um modelo de gestão descentralizada e participativa que visa à regulação e organização, em todo o território nacional, das ações da política de assistência social, de acordo com o nível de proteção e a complexidade dos serviços – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, fundamentadas na centralidade da família, na participação social e na transferência automática de recursos (fundo-a-fundo), respeitando as especificidades territoriais.

A implementação do SUAS ocorreu por meio da expansão de programas da Proteção Social Básica, segundo critérios técnicos que favorecem a priorização no repasse de recursos a municípios com maior proporção de população vulnerável (indicado pela taxa de pobreza), menor capacidade de investimento (receita corrente líquida municipal per capita) e menor investimento do Governo Federal na Proteção Social Básica (recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para a Proteção Social Básica per capita).

Sob essa perspectiva, vale destacar a expansão: do "Programa de Atenção Integral à Família", desenvolvido em 1.980 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, instalados em 1.355 municípios (em 2004, havia 652 CRAS em 901 municípios), com capacidade instalada de atendimento a cerca de 1,6 milhão de famílias por meio de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias e pessoas em vulnerabilidade social; do "Programa Agente Jovem", que concede bolsas de R$ 65,00 a adolescentes entre 15 e 17 anos para o desenvolvimento de atividades comunitárias e capacitação profissional.

A partir de outubro de 2005, viabilizou-se o financiamento ao atendimento a 112,5 mil adolescentes em 1.712 municípios. No início de 2005, 57 mil adolescentes eram atendidos pelo programa em 1.077 municípios.

É importante ainda mencionar que no âmbito da ação Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias (ação do Programa Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH/PR), foi atingida, em 2005, a capacidade instalada de atendimento a 51,4 mil crianças e adolescentes vítimas desses crimes e suas famílias, em 1.104 municípios.

Destaca-se também: Serviços de Proteção Sócio-assistencial à Infância e à Adolescência, que apóia estados e municípios na atenção ao público infanto-juvenil, principalmente em creches e pré-escolas, beneficiando, em 2005, cerca de 1,7 milhão de crianças; Serviços de Proteção Sócio-assistencial à Pessoa com Deficiência, que apóia estados e municípios nas ações voltadas para a promoção da autonomia, inclusão e participação na sociedade das pessoas com deficiência, atendendo, em 2005, a 153 mil pessoas; Serviços de Proteção Sócio-assistencial à Pessoa Idosa, que apóia estados e municípios na atenção a esse público em atividades físicas, laborativas, recreativas e culturais, atendendo, em 2005, a 308,5 mil pessoas idosas.

3 - Benefícios de Prestação Continuada *(MDS)*

O Benefício de Prestação Continuada – BPC é um benefício assistencial não contributivo, assegurado constitucionalmente e regulamentado pela Lei 8.472/93. Consiste no repasse mensal de um salário mínimo às pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, cuja renda mensal familiar per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo. Este benefício constitui provisão de renda que traduz o princípio da certeza na assistência social, como política não contributiva de responsabilidade do Estado. Temproduzido impacto importante na sustentabilidade das famílias e na economia dos municípios

A coordenação nacional, o financiamento, o acompanhamento e a avaliação da prestação do benefício competem ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A operacionalização, no que se refere à concessão, revisão e pagamento do BPC, é efetuada pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

A cada dois anos é realizado processo de revisão dos benefícios concedidos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem, em parceria com estados e municípios.

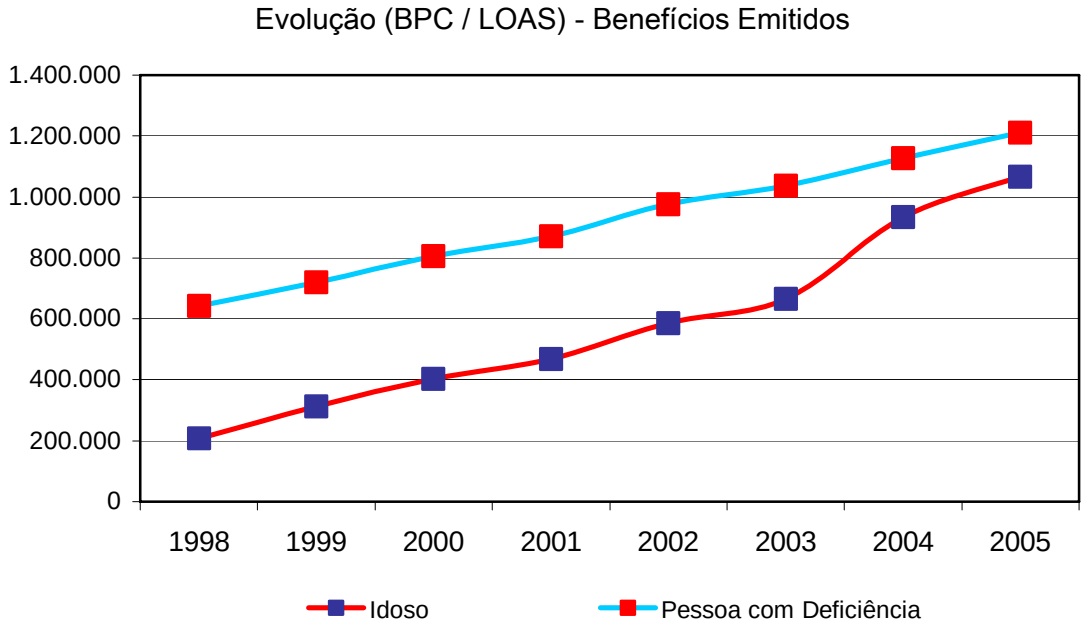
No exercício de 2005, foram mantidos 2,78 milhões de beneficiários (incluindo a Renda Mensal Vitalícia, extinta em 1996), sendo 1,56 milhão de pessoas com deficiência e 1,22 milhão de idosos.

Número de Benefícios Assistenciais Ativos – Dezembro 2005(*)

Região	Pessoa com Deficiência	Idoso	Total
Norte	143.972	102.575	246.547
Nordeste	610.082	406.361	1.016.443
Sudeste	519.108	471.165	990.273
Sul	157.483	123.922	281.405
Centro-Oeste	121.831	119.441	241.272
TOTAL	1.552.476	1.223.464	2.775.940

(*) Benefício de Prestação Continuada + Renda Mensal Vitalícia
(**) Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Vale destacar a evolução do número de Benefícios de Prestação Continuada emitidos nos últimos anos. De 1998 a 2005, o número de benefícios emitidos cresceu 168%.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

4 - Previdência Social *(MPS)*

A previdência social pública básica é hoje amplamente reconhecida como instrumento fundamental de proteção social, especialmente para os brasileiros mais idosos e de baixa renda. Nos últimos anos, em decorrência das mudanças do padrão demográfico brasileiro com o envelhecimento da população, dentre outros fatores, os gastos com a previdência social vêm aumentando gradativamente, assim como a importância dos benefícios previdenciários na composição da renda das famílias.

Em 2005, dos 23,9 milhões de benefícios emitidos pela previdência social, 21,1 milhões (88%) eram relativos ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, sendo que cerca de 18,9 milhões eram aposentadorias e pensões.

Estudos mostram que as aposentadorias e pensões do RGPS têm impacto direto na renda dos domicílios brasileiros, com repercussões sobre o nível de pobreza. Por exemplo, estima-se que entre 7,5% e 11,9% da população brasileira, entre o período de 1992 e 2003, tenham deixado a condição de pobreza (renda per capita domiciliar inferior a ½ salário mínimo) em razão do recebimento dos benefícios pagos pela Previdência Social.

Assim, além de manter um nível mínimo de renda para uma parcela significativa da população, majoritariamente idosa, que contribuiu para o RGPS, a previdência social também atende a cerca de 7,1 milhões de pessoas residentes em áreas rurais, que receberam aposentadorias como segurados especiais. Estes segurados especiais são pessoas que trabalharam na área rural e contribuíram de forma reduzida ou não contribuíram para o RGPS, mas que têm direito à aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo, por se tratar de parcela extremamente vulnerável da população, que a Constituição Federal buscou proteger. Também é relevante o impacto destes benefícios para o desenvolvimento das economias dos municípios de menor porte, principalmente nas regiões norte e nordeste do Brasil.

Entre 1997 e 2005 (meses de dezembro), a quantidade de benefícios pagos pela previdência social aumentou 37,9%, passando de 17,4 milhões para 23,9 milhões. Destes, 14 milhões estão na área urbana; 7,1 milhões, na área rural; 2,8 milhões são benefícios assistenciais. O valor médio real dos benefícios atingiu R$ 541,75 em 2005, significando crescimento real, relativamente a 1998, de 16,2%.

Finalmente, vale destacar que dos benefícios previdenciários pagos em dezembro de 2005, 65,7% tinham o valor de 1 salário mínimo, alcançando 15,7 milhões de beneficiários diretos.

5 - Programa Luz para Todos *(MME)*

O Programa Luz para Todos tem como objetivo levar, até 2008, energia elétrica a 12 milhões de pessoas sem acesso ao serviço, dos quais 10 milhões residem em áreas rurais.

Dessa forma, espera-se universalizar o acesso à energia, proporcionando, além do conforto, a possibilidade de desenvolvimento econômico e social das comunidades beneficiadas.

Até dezembro de 2005, o Programa conseguiu beneficiar 2,2 milhões de pessoas. Somente em 2005, levou energia elétrica, gratuitamente, para 1,89 milhão de pessoas, tendo sido priorizados os assentamentos rurais (187 mil beneficiados), as comunidades indígenas (10,8 mil beneficiados) e os remanescentes de quilombos (24 mil).

A tabela a seguir exibe o número de domicílios atendidos pelo Programa, por Unidade da Federação, nos dois últimos anos.

Estado	Ano 2004	Ano 2005	Variação %
Rio Grande do Sul	2.397	13.031	443,64
Santa Catarina	1.000	11.134	1.013,40
Paraná	821	12.748	1.452,74
São Paulo	2.019	19.142	848,09
Rio de Janeiro	492	5.022	920,73
Espírito Santo	3.353	8.974	167,64
Minas Gerais	18.365	34.726	89,09
Alagoas	532	16.829	3.063,35
Bahia	5.107	58.718	1.049,76
Ceará	6.162	23.702	284,65
Maranhão	2.957	38.653	1.207,17
Paraíba	1.321	12.728	863,51
Pernambuco	7.260	23.114	218,37
Piauí	261	5.552	2.027,20
Rio Grande do Norte	2.217	9.111	310,96
Sergipe	1.340	12.446	828,81
Acre	553	5.979	981,19
Amazonas	1.230	7.517	511,14
Amapá	-	-	-
Pará	6.000	17.313	188,55
Rondônia	86	1.567	1.722,09
Roraima	317	299	- 5,68
Tocantins	79	8.334	10.449,17
Goiás	591	9.058	1.432,66
Mato Grosso do Sul	4.298	6.108	42,11
Mato Grosso	1.241	16.763	1.250,77
Total	**69.999**	**378.568**	**440,82**

Obs.: Para efeito de cálculos, consideram-se, para cada domicílio, cinco beneficiários.

A universalização do acesso à energia elétrica deverá ser concluída, em 2006, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Sergipe, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com 1,45 milhão de pessoas atendidas.

6 - Tarifas diferenciadas de energia elétrica *(MME)*

A Tarifa Social de Energia Elétrica caracteriza-se pela redução em até 65% do valor da conta original e destina-se aos domicílios classificados conforme a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002:

- Residencial monofásica com média mensal de consumo (calculado com base nos últimos 12 meses) entre 0 e 80 kWh e que não apresente nesse período consumo superior a 120 kWh. Para estes casos o cadastramento é feito automaticamente pela distribuidora. Este benefício independe da renda do consumidor.

- Residencial monofásica com média mensal de consumo entre 80 e 220 kWh (calculado com base na média dos últimos 12 meses), inscrito no "Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal", que inclui os beneficiários do Programa Bolsa Família e os remanescentes dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Este benefício está associado à renda da família e beneficia diretamente as famílias em situação de pobreza.

A redução obedece aos seguintes parâmetros de consumo: até 30 Kwh, 65 % de redução; entre 30 e 100 Kwh, 40 % de redução; e, acima de 100 Kwh, 10 % de redução.

A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, fixa os recursos para suportar a subvenção econômica da Tarifa Social, que são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético, e a Resolução ANEEL nº 44, de 26 de fevereiro de 2004, estabelece os critérios para classificação das unidades consumidoras (domicílios) com consumo mensal entre 80 e 220 kWh na Subclasse Residencial Baixa Renda.

A Tarifa Social beneficia atualmente cerca de 17,8 milhões de domicílios, sendo que 13,7 milhões estão enquadrados na faixa de até 80 Kwh.

7 - Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento *(SEDH)*

O registro e a certidão de nascimento são direitos básicos e iniciais de cidadania. Eles são a porta para o acesso a uma série de outros direitos e de benefícios que o Estado presta aos seus cidadãos. Sem eles, por exemplo, uma pessoa não pode obter qualquer outro documento obrigatório (carteira de identidade, CPF, título de eleitor), não pode matricular-se na escola e sequer receber os benefícios dos Programas Bolsa Família, Luz para Todos e outros. Sua ausência é grave fator de exclusão social.

Apesar desses direitos serem garantidos na legislação brasileira e de serem gratuitos, ainda são muitos os brasileiros que não os possuem. Em 2002, estimava-se que cerca de 830 mil nascidos vivos, não eram registrados no ano de seu nascimento.

O Governo Federal, em parceria com governos estaduais e 63 entidades de âmbito nacional, vem implementando um conjunto de ações que têm apresentado os seguintes resultados: segundo dados do IBGE, os registros tardios estão sendo recuperados e verificou-se uma queda de 4,5 pontos percentuais no índice de subregistro, que passou de 20,9% (2002) para 16,4% (2004).

Outra ação desenvolvida são os Balcões de Direitos**,** que consiste em apoiar projetos para implantação e manutenção de postos fixos ou itinerantes, onde os segmentos de baixa renda possam ter acesso a serviços essenciais - assistência jurídica e documentação civil básica – com o objetivo de promover o exercício da cidadania.

Radar Social:

Problema:

ELEVADA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Situação 2003:

- **1% dos brasileiros mais ricos se apropria de parcela da renda total semelhante àquela detida por 50% dos mais pobres - 12,8% e 14,0%, respectivamente.**

Iniciativas do Governo Federal:

8 - Política de Acesso ao Crédito

Nos últimos anos, o Governo Federal vem conferindo ênfase ao marco regulatório e a medidas que permitam ampliar o acesso ao sistema financeiro e ao crédito, a custos aceitáveis, por parte dos pequenos empreendedores, formais e informais, e das famílias de baixa renda, de modo a fortalecer a estratégia de inclusão social e redução da desigualdade de renda e a difundir a cultura do crédito e da produção. Ao potencializar a capacidade produtiva da parcela mais pobre da população e elevar o padrão de consumo das famílias, essa política têm impacto positivo sobre a redução das desigualdades sociais.

No conjunto dessas medidas voltadas ao acesso da população de baixa renda ao crédito e aos serviços bancários, destaca-se: a ampliação dos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que passaram de R$ 4,5 bilhões na safra 2003/2004 para R$ 6,1 bilhões na safra 2004/2005, podendo alcançar R$ 9,0 bilhões na safra 2005/2006; a criação das contas bancárias simplificadas; o estímulo ao desenvolvimento das cooperativas de crédito; e a criação, em 2005, do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Também merecem destaque:

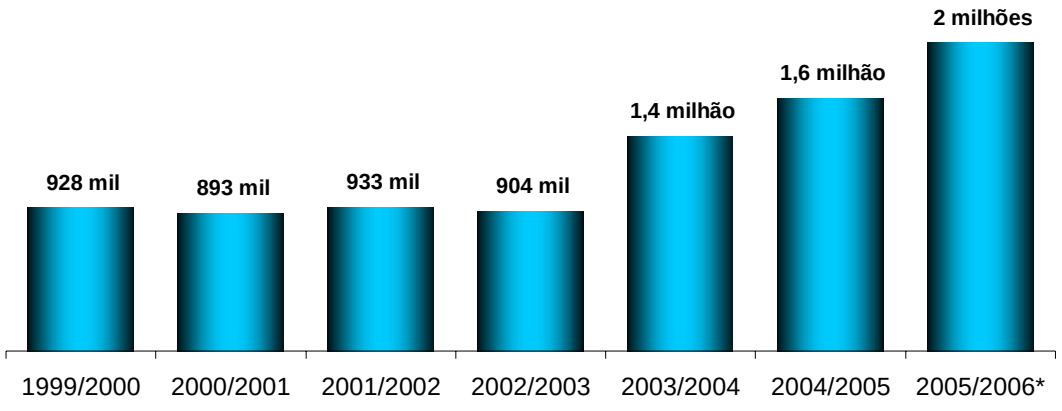
- a elevação das fontes de financiamento para microcrédito;
- a facilitação do acesso ao crédito por parte das comunidades remanescentes dos quilombos;
- a regulamentação do crédito com desconto em folha de pagamento
- a ampliação da atuação dos bancos públicos em microfinanças;
- a criação do Banco Popular do Brasil, voltado eminentemente para operações de microfinanças;
- a ampliação do CrediAmigo do Banco do Nordeste e adoção da mesma metodologia de Microcrédito Produtivo Orientado pelo BASA.

8.1 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf disponibiliza crédito ao agricultor familiar com taxas de juros mais baixas e prazos especiais de pagamento. Na última safra foram realizados 1,6 milhão de contratos, podendo chegar a 2 milhões na safra 2005/2006. O gráfico abaixo mostra o crescimento dos contratos realizados.

Plano Safra da Agricultura Familiar

(Contratos Realizados - em unidades)



* Estimativa

Fonte: MDA/PRONAF

O Pronaf atualmente chega a quase todos os municípios brasileiros. O quadro abaixo mostra a evolução dos contratos e valores por região.

Desempenho do Pronaf por Região

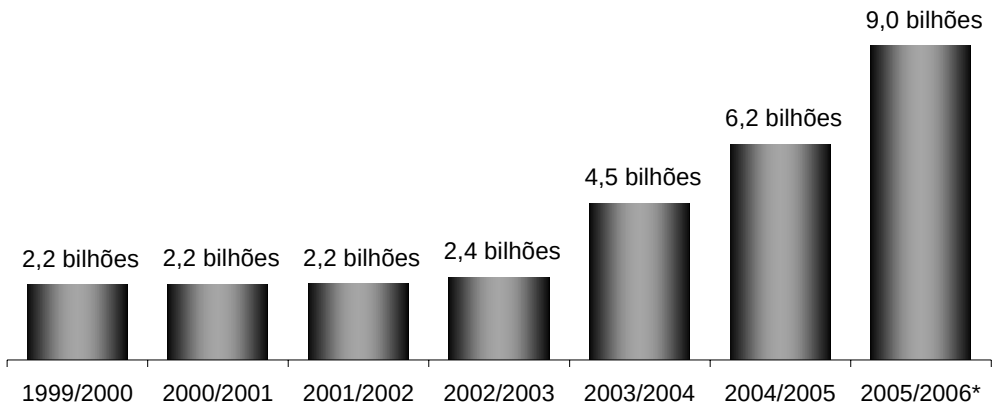
REGIÃO	SAFRA 2002 / 2003		SAFRA 2004 / 2005		VARIAÇÃO (%)	
	Contratos	Valores (R$)	Contratos	Valores (R$)	Contratos	Valores
SUL	435.009	1.205.702.271	678.312	2.887.090.668	56%	139%
SUDESTE	118.358	389.899.633	236.370	1.046.935.249	100%	169%
CENTRO-OESTE	30.104	186.663.776	57.704	381.263.745	92%	104%
NORTE	35.145	201.081.157	98.959	591.630.812	182%	194%
NORDESTE	285.595	393.094.834	568.156	1.266.315.125	99%	222%

Fonte: MDA/ PRONAF

Seus recursos, nas últimas safras, foram significativamente aumentados, conforme o quadro abaixo. Para a safra 2005/2006, estão disponibilizados R$ 9 bilhões em crédito, 30% a mais que a safra anterior.

Plano Safra da Agricultura Familiar

(Valores Contratados - em R$)



* Estimativa

Fonte: MDA/PRONAF

O Banco do Brasil segue como o principal operador do Pronaf, mas as aplicações feitas por outros bancos públicos foram ampliadas, como é o caso do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia. Além disso, o Governo definiu a destinação obrigatória de 10% da exigibilidade bancária para aplicações do Pronaf, diminuindo seus custos para o Tesouro Nacional. Até então, apenas o Banco do Brasil tinha essa obrigatoriedade. Procurou-se também, a partir da safra 2003/2004, desburocratizar o acesso ao financiamento e permitir a ampliação da vigência do contrato para cinco anos.

Cabe ainda destacar que, a partir da safra 2004/2005, os agricultores que se inscrevem no Pronaf passaram a ter acesso a um seguro agrícola adequado à sua realidade, garantindo 100% do valor financiado e 65% da receita líquida estimada. Assim, no caso de perda da safra, o Seguro da Agricultura Familiar permite a continuidade das atividades produtivas. No seu primeiro ano de existência (safra 2004/2005), 550 mil agricultores aderiram ao Seguro e boa parte deles comprovou sua importância diante dos efeitos da seca que atingiu a região Sul do país, especialmente o Rio Grande do Sul.

Para atender a especificidade do semi-árido, criou-se o “Programa Garantia-Safra” que atende as famílias que têm dificuldade de acessar os programas de crédito e que possuem renda mensal de até um salário mínimo e meio. O programa garante uma renda de R$ 550,00 aos atingidos pela seca, abrangendo as culturas de algodão, milho, feijão, arroz e mandioca. Na safra 2004/2005, 287 mil famílias de 365 municípios aderiram ao programa.

Além disso, o Governo Federal pagou um auxílio financeiro emergencial no valor de R$ 300,00 para 197.060 famílias de trabalhadores rurais atingidas pela seca que não estavam cobertas pelo Seguro da Agricultura Familiar.

8.2 - Microfinanças

As microfinanças são formas de garantir o acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros, garantindo cidadania e contribuindo para a geração de trabalho e renda.

As operações de microfinanças vêm aumentando, desde 2003, em decorrência, principalmente, de duas medidas: a criação das contas correntes e de poupança

simplificadas e a destinação de 2% de todos os depósitos à vista dos bancos públicos e privados para operações de microcrédito.

A primeira medida levou à ampliação do acesso ao crédito à população de baixa renda, no âmbito do sistema financeiro nacional, já que as contas correntes e de poupança simplificadas são abertas, gratuitamente, em instituições financeiras sem exigência de comprovação de renda, além de serem isentas de tarifas e CPMF. Desde a implantação dessa medida, em 2003, até outubro de 2005 foram abertas nos bancos públicos (CEF, BB, Banco Popular do Brasil, BNB e BASA) 6,3 milhões de contas simplificadas.

Quanto à segunda medida, que fixou o percentual mínimo de 2% dos depósitos à vista para operações de microcrédito, caso os bancos (públicos e privados) não emprestem tais recursos estes são recolhidos ao Banco Central sob a forma de depósito compulsório. As taxas cobradas nas operações realizadas com tais recursos são limitadas a 2% ao mês e o valor máximo dos empréstimos é de R$ 1.000,00 para micro-empreendedores e R$ 600,00 para pessoa física.

Essa modalidade de microfinanças já realizou, segundo o Banco Central, mais de 11 milhões de contratos, com R$ 2,3 bilhões emprestados. A maior parte desse crédito é de uso livre (basicamente para consumo) e cerca de 7% é tomado por pequenos empreendedores, o que pode ser classificado como crédito produtivo.

Outra iniciativa importante no campo das microfinanças foi a adaptação pela Caixa Econômica Federal do tradicional empréstimo sob penhor, visando oferecer crédito fácil e juros baixos a parcela da população de baixo poder aquisitivo.

Além disso, cabe destacar a atuação dos correspondentes bancários, que prestam serviços de microfinanças às pessoas de baixa renda, que também cresceu nos últimos anos. A criação do Banco Popular do Brasil, por exemplo, que começou a operar em julho de 2004, foi um dos fatores que favoreceu tal expansão, sendo que, em dezembro de 2005, o Banco Popular do Brasil contava com 5.530 pontos de atendimento.

Outro exemplo, o Banco Postal, gerido pela Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, em 2005, tinha 5.445 unidades operadoras de seus serviços. Atualmente, 96% das agências da rede dos Correios, em 86% dos municípios brasileiros, contam com o Banco Postal implantado. Somente em 2005, foram abertas dois milhões de contas correntes.

8.3 - Crédito Consignado

Por meio das Leis 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 10.953, de 27 de setembro de 2004, foram criadas as condições legais para a concessão de empréstimos com desconto em folhas de pagamento para trabalhadores assalariados e aposentados e pensionistas da previdência social, com o estabelecimento de linhas de crédito especiais, contribuindo para ampliar o acesso ao crédito, especialmente à população de baixa renda, e reduzir a taxa de juros cobrada, devido à maior segurança que as operações oferecem.

Desde então, o crédito consignado tem crescido mês a mês e essa modalidade de financiamento já representa 45% das operações de crédito pessoal realizadas no Brasil. A taxa de juros cobrada nesse tipo de financiamento tem apresentado uma significativa redução. Para os financiamentos realizados para aposentados e pensionistas do INSS as taxas de juros praticadas têm variado entre 1% a 1,75% ao mês nas operações de até 6 meses; 2% a 2,9% ao mês para operações de 6 a 12 meses; e 2,8% a 3,5% ao mês para operações entre 12 e 36 meses.

Analisando o conjunto das instituições financeiras, dados do Banco Central apontam para uma carteira ativa de R$ 32 bilhões, em dezembro de 2005. Desse valor a CEF foi responsável por R$ 5,5 bilhões e o Banco do Brasil por R$ 3,8 bilhões.

As operações de crédito consignado para os aposentados e pensionistas do INSS, em outubro de 2005, contavam com cerca de 4,9 milhões de contratos ativos, com R$ 9,5 bilhões emprestados.

8.4 - Microcrédito Produtivo Orientado

O microcrédito produtivo orientado destina-se a pequenos empreendedores, sejam pessoas físicas ou jurídicas, principalmente informais, que, devido à carência de opções de crédito e orientação, têm dificuldade em se estruturar e se formalizar. A metodologia empregada está baseada no relacionamento direto de um agente de crédito com os empreendedores, que definem em conjunto as necessidades de crédito e de gestão do empreendimento.

Dentre as iniciativas deste tipo, o maior programa e pioneiro no Brasil, com oito anos de existência, é o CrediAmigo do Banco do Nordeste do Brasil. Atualmente, o CrediAmigo conta com uma rede de 170 agências, 27 postos de atendimento e 892 assessores de crédito, estando presente em 1.198 municípios localizados nos estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. De 2003 a 2005, foram realizadas 1,54 milhão de operações e emprestados R$ 1,35 bilhão.

É importante destacar a instituição do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, por meio da Lei 11.110/2005, que tem por objetivo conceder crédito orientado aos micro-empreendedores com faturamento bruto anual de até R$ 60 mil, por intermédio de instituições de microcrédito como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), as Cooperativas de Crédito, as Sociedades de Crédito ao Micro-empreendedor e as Agências de Fomento, sem a exigência de garantias reais.

Visando alcançar o público mais excluído do acesso ao crédito, o PNMPO pretende fortalecer as instituições que operam com microcrédito produtivo orientado, com o objetivo de aprofundar o grau de profissionalização e oferecer instrumentos de gestão a tais instituições tornando-as mais eficientes.

O PNMPO utiliza recursos do FAT - que destinou R$ 30 milhões para 2006 - e de parcela dos 2% dos depósitos à vista dos bancos públicos e privados. As taxas de juros cobradas são de 2% até 4% ao mês.

Em 2005, o Programa, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, foi regulamentado e iniciado o processo de habilitação das instituições para operá-lo. Até março de 2006, foram habilitadas 91 Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado, que atendem a cerca de 360 mil empreendedores de pequeno porte, em 2.821 municípios, principalmente nas regiões nordeste, sudeste e sul. O relacionamento com os tomadores finais de crédito é feito por 976 agentes de crédito e apurou-se que o crédito médio por operação de microcrédito produtivo orientado encontra-se por volta de R$1.028,00.

9 - Cooperativismo

Desde 2003, o Governo Federal vem trabalhando com o objetivo de fortalecer o cooperativismo como estratégia de inclusão social e geração de emprego e renda. Foi

criado um Grupo de Trabalho Interministerial para o Cooperativismo, que contou com a participação de vários ministérios, tendo sido elaborado o "Plano Brasil Cooperativo". Os trabalhos envolveram treze ramos diferentes de cooperativismo que foram concretizados em linhas de ações gerais e prioritárias para cada área. Dentre os resultados alcançados, cabe destacar:

- Para os ramos de cooperativismo agropecuário, de eletrificação e de crédito, a edição pela Secretaria de Receita Federal/MF da Instrução Normativa IN 635, de 24/03/06, que exclui da base de cálculo do PIS/CONFINS as operações caracterizadas por atos cooperativos;
- Encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei 7.028/2006 que regulamenta o funcionamento das cooperativas de trabalho que atuam nos setores de produção e serviços, estabelecendo regras para seu funcionamento visando dar segurança jurídica, estimular a legalização das já existentes e evitar a sua utilização para burlar leis trabalhistas.
- Criação da Gerência de Supervisão das Cooperativas de Crédito no âmbito do Banco Central do Brasil.
- Criação do "Programa Nacional de Cooperativismo na Mineração Brasileira" com vistas ao fortalecimento do cooperativismo de mineração como proposta alternativa para a organização da produção mineral, com aporte de recursos para o Fundo Cooperativo Mineral.
- Criação do PRONAF cooperativo, com a abertura de linha de crédito específica para a integralização de capital social de pequenas cooperativas a partir do Plano Safra 2004/2005 e implantação do microcrédito rural na região Nordeste pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB.
- Ampliação de linhas de crédito para pequenas cooperativas com recursos do Fundo de Amparo ao trabalhador FAT via Banco do Brasil.

10 - Reforma Agrária *(MDA)*

A Reforma Agrária vem sendo implementada em conformidade com o novo Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, divulgado no final de 2003. Pauta-se por um modelo integral que começa na garantia do acesso à terra e prossegue na criação de infra-estrutura social,

estradas, energia elétrica, acesso a crédito e apoio à produção e à comercialização. As ações empreendidas buscam levar mais qualidade aos assentamentos, reconhecendo as especificidades de cada público e região.

Em 2003, foram assentadas 36,3 mil famílias, em 2004, 81,2 mil famílias e em 2005, 127,5 mil famílias, atingindo 61,26% da meta de 400 mil famílias estabelecida pelo PNRA para o período 2003-2006. Vale destacar que, desde 2004, as famílias assentadas foram incluídas no cálculo do Piso de Atenção Básica do SUS, com adicional de 50% para os agentes comunitários que trabalham nos assentamentos.

As terras para reforma agrária são obtidas por meio de decretos de desapropriação, operações de compra e destinação de terras públicas. Em 2005, a área incorporada foi de 13,2 milhões de ha.

Em 2005, os principais resultados alcançados foram:

- disponibilização de assistência técnica para 314.283 famílias;
- ampliação da concessão de crédito de instalação e recuperação de assentamentos, que passou de R$ 4,5 mil para R$ 11,3 mil por família, tendo sido beneficiadas 155.557 famílias;
- melhoria da infra-estrutura social e produtiva dos assentamentos com a construção/recuperação de 10.948 km de estradas, 3.427 unidades de abastecimento de água e 3.579 Projetos de Assentamento de Trabalhadores Rurais destinados a obras de infra-estrutura diversas, beneficiando, com ações diretas do INCRA, 191,7 mil famílias;
- oferta de eletrificação rural a 75.070 famílias assentadas, viabilizada por meio do Programa Luz Para Todos do Ministério das Minas e Energia.

Ainda no exercício de 2005, 74.276 pessoas tiveram acesso a programas de educação nos assentamentos e 534 profissionais foram capacitados em assistência técnica. Também foram implementadas ações visando promover a igualdade de gênero e raça, como a emissão de documentação civil básica para 129.546 mulheres trabalhadoras rurais, e o reconhecimento de comunidades tradicionais quilombolas, com a certificação de 724 comunidades e a abertura de 337 processos de regularização fundiária dos territórios ocupados.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário, que também integra o PNRA como um instrumento complementar de acesso à terra para associações de agricultores, financia a compra de imóveis rurais que não são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária e investimentos em infra-estrutura produtiva e social. De 2003 a 2005, foram beneficiados com acesso a terra 22 mil famílias.

Cabe destacar a aprovação da Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005 (fruto da conversão da Medida Provisória nº 255, de 1º de julho de 2005), acompanhada dos atos disciplinadores, que possibilitará a implementação de programa de regularização fundiária para os ocupantes de áreas de até 500 ha na Amazônia Legal. O INCRA também vem regularizando o licenciamento ambiental dos projetos de assentamentos da reforma agrária, com 1.066 processos de solicitação de Licença Prévia em andamento e 231 processos de solicitação de Licença de Instalação e Operação.

Finalmente, é importante mencionar o "Programa Nacional de Uso do Biodiesel", que começou a ser implementado pelo Governo Federal em 2005. O Programa visa aumentar a produção e comercialização de combustível vegetal oriundo do cultivo de oleoginosas, contribuindo para a preservação do meio ambiente como fonte alternativa não poluente e renovável, bem como para a diversificação da matriz energética brasileira, para a desconcentração da produção de combustíveis e para a inclusão social. Foi construído para proporcionar novas possibilidades para o desenvolvimento rural, centrado no fortalecimento da agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária. As empresas produtoras têm incentivos (reduções nas contribuições sociais, como PIS e Cofins) quando adquirirem produtos da agricultura familiar, além de certificação social. Esta certificação é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio do Selo "Combustível Social". Em 2005, cerca de 60 mil agricultores e assentados participaram do início do programa na produção de oleaginosas, especialmente das regiões norte e nordeste. Em fins de 2005, eram cerca de 80 postos de seis estados que disponibilizavam o biodiesel para o consumidor.

11 - Pontos de Cultura *(MinC)*

Os Pontos de Cultura buscam a promoção de uma rede horizontal de espaços de gestão, agitação, criação e difusão cultural. São espaços ou unidades de recepção e disseminação

de bens culturais em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais, caracterizadas por situações de pobreza ou de vulnerabilidade social. Surgiram, portanto, da necessidade de consolidar uma rede democrática de acesso à cultura como alternativa à tendência de concentração dos meios de produção e de transmissão que caracterizam a indústria cultural no Brasil.

A implantação dos Pontos de Cultura, permanentes ou provisórios (itinerantes), é viabilizada por meio da disponibilização de infra-estrutura física, técnica e operacional necessária à realização de atividades, tendo como intuito proporcionar ao público e aos artistas ambientes adequados para o florescimento das capacidades criatividades e de fruição. São também instrumentos de inclusão social ao valorizar o potencial da atividade cultural, ainda pouco explorado pelo Poder Público, que é o de se afirmar como instrumento de resgate da auto-estima das populações marginalizadas, e como elemento de afirmação e de cidadania.

Em 2005, foram mantidos e conveniados 442 Pontos de Cultura, distribuídos na Região Centro-Oeste (35); Região Norte (32); Região Nordeste (167); Região Sul (41); e Região Sudeste (167), beneficiando diretamente 18.300 pessoas e, indiretamente, cerca de um milhão e cem mil pessoas. Em parceria com o Programa Primeiro Emprego, foram concedidas 12.500 bolsas para profissionalização de jovens oriundos das comunidades carentes onde os Pontos de Cultura estão inseridos.

Programa Brasil Quilombola *(Sepir)*

O Programa Brasil Quilombola objetiva assegurar às comunidades remanescentes de quilombos, desenvolvimento econômico sustentável e justiça social, bem como a propriedade definitiva de suas terras.

O número de comunidades remanescentes dos quilombos identificadas aumentou de 743, em 2002, para 2.460 em 2005. Estão em curso 337 processos de regularização fundiária, envolvendo mais de 400 comunidades em 21 Estados da Federação. Foram capacitados em elaboração e gestão de projetos 2.694 quilombolas.

Destaca-se a parceria com 21 órgãos do Governo Federal que viabiliza, entre outras iniciativas, a instalação de energia elétrica e a inclusão produtiva, por meio do Programa Bolsa Família.

Educação

Radar Social		Plano Plurianual 2004-2007	
Problemas	Situação 2004	Desafios	Principais Iniciativas do Governo Federal
Analfabetismo	▪ 14,6 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais de idade – taxa de 11,2%. ▪ 3% da população entre 15 e 24 anos é analfabeta. ▪ 19,3% da população de 40 anos ou mais é analfabeta.	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades. *Desafio 4* Ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.	**1** - Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos *(MEC)*
Baixa Qualidade do Ensino Básico	▪ 55,4% dos alunos da 4ª série em estágio crítico ou muito crítico em língua portuguesa. ▪ 51,6% dos alunos da 4ª série em estágio crítico ou muito crítico em matemática..	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades. *Desafio 4* Ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.	**2** - Programa Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação *(MEC)* **3** - Livro Didático *(MEC)* **4** - Proposta de criação do FUNDEB
Acesso Restrito aos Níveis de Ensino Não Obrigatórios	▪ Apenas 13,7% das crianças de 0 a 3 anos e 71,3% das crianças de 4 a 6 anos freqüentam creches e pré-escolas. ▪ Apenas 45,1% dos jovens entre 15 e 17 anos estão no ensino médio, embora o índice de freqüência à escola seja de 82,2%. ▪ Apenas 10,8% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior, embora o índice de freqüência à escola seja de 32,4%.	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades. *Desafio 4* Ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.	**5** - Programa Desenvolvimento da Educação Infantil *(MEC)* **6** - Programa Desenvolvimento do Ensino Médio *(MEC)* **7** - Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica *(MEC)* **8** - Programa Universidade para Todos - ProUni *(MEC)* **9** - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES *(MEC)* **10** - Expansão da Rede de Universidades Federais *(MEC)* **11** – Universidade Aberta do Brasil (MEC)
Baixa Escolaridade Média da População (reprovação e evasão escolar)	▪ 6,8 anos de estudo em média. ▪ Apesar do acesso quase universal à escola, apenas 57% das crianças de sete a 14 anos conseguem concluir a 8ª série do ensino fundamental	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades. *Desafio 4* Ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.	**12** – Ensino Fundamental de Nove Anos (MEC) **13** - Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem *(SG/PR)* **14** – Proeja *(MEC)* **15** – Escola de Fábrica *(MEC)* **16** – Escola Aberta *(MEC)* **17** - Transporte Escolar *(MEC)* **18** - Programa Segundo Tempo *(ME)*

Radar Social:

Problema:

ANALFABETISMO

Situação 2004:

- 14,6 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais de idade - taxa de 11,2%.
- 3% da população entre 15 e 24 anos é analfabeta.
- 19,3% da população de 40 anos ou mais é analfabeta.

Iniciativas do Governo Federal:

01 - Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos *(MEC)*

Ler e escrever são condições básicas para o exercício da cidadania. O Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos tem por objetivo resgatar essa dívida social com cerca de 14,6 milhões de analfabetos e vem desenvolvendo uma política de educação de jovens e adultos que visa garantir a continuidade dos estudos da população de 15 anos ou mais que não completou, no mínimo, o ensino fundamental. Nesse sentido, o Programa articula suas ações para sensibilizar os egressos dos cursos de alfabetização de adultos para o ingresso e permanência nos sistemas de ensino de forma a ampliar a escolaridade da população brasileira.

Alfabetização

Para a alfabetização, o Programa é executado com base na transferência de recursos financeiros a estados, municípios, instituições de ensino superior e entidades da sociedade civil para a formação de alfabetizadores e implantação de cursos de alfabetização, que devem ter duração de oito meses e turmas com no máximo 25 alunos.

Em 2005, consolidou-se a orientação adotada a partir de 2004, que privilegiou o financiamento de projetos desenvolvidos por entes públicos. A novidade foi a possibilidade de garantir apoio financeiro a todos os estados e municípios, levando-se em conta o Índice de Fragilidade em Educação de Jovens e Adultos – IFEJA, elaborado pelo Ministério da Educação - MEC. Como resultado desta estratégia, registrou-se o atendimento a 1.128.088 alfabetizandos jovens e adultos pelos sistemas de ensino estaduais e municipais. Outros 920.971 alfabetizandos foram atendidos com apoio do Governo Federal por 54 organizações da sociedade civil e instituições de ensino superior, totalizando cerca de 2 milhões de alunos em processo de alfabetização em 2005. Para o atendimento a estes alfabetizandos, o Programa apoiou a formação de 99.235 alfabetizadores. Entre os anos de 2003, 2004 e 2005, o Sistema Brasil Alfabetizado – SBA registrou 5.354.698 cadastros de alfabetizandos, de acordo com dados extraídos do sistema no dia 12 de junho de 2006.

Educação de Jovens e Adultos

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino voltada para a população que não teve acesso ou não concluiu o ensino fundamental ou médio na idade própria. O Ministério da Educação apóia técnica e financeiramente estados e municípios para a ampliação do atendimento e a melhoria da qualidade do ensino fundamental para jovens e adultos. Esse apoio financeiro é realizado por meio do “Fazendo Escola”, mediante transferência legal de recursos, em caráter suplementar, aos sistemas estaduais e municipais para aquisição, impressão ou produção de livro didático, material escolar para aluno e professor, pagamento de professores do quadro ou contratados temporariamente, formação continuada de docentes e aquisição de gêneros alimentícios.

Em 2003 e 2004, o “Fazendo Escola” atendeu, respectivamente, 1.549.004 e 1.834.235 alunos do ensino fundamental para jovens e adultos. Até 2004, o critério de atendimento aos estados e municípios estava atrelado ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, com algumas inclusões de municípios participantes do Brasil Alfabetizado, num movimento inicial de integrar as duas iniciativas federais. A partir de 2005, o MEC redesenhou o Programa, passando a utilizar o IFEJA como critériopara aporte técnico e financeiro a estados e municípios, de forma a ampliar a oferta de vagas para essa modalidade de ensino. O “Fazendo Escola” passou a apoiar todos os sistemas de ensino que apresentaram matrícula no ensino fundamental de jovens e adultos no Censo Escolar de 2004. Essa medida permitiu que 4.175 municípios de todos os estados brasileiros fossem contemplados, beneficiando 3.342.531 alunos.

Cabe ainda mencionar o “Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera”, criado em 2003, com o objetivo de contribuir para a redução do índice de analfabetismo e elevação da escolarização de jovens e adultos trabalhadores rurais, a partir de uma proposta pedagógica adaptada à realidade do campo. Implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Pronera atendeu, em 2005, 74,3 mil assentados da reforma agrária.

Radar Social:

Problema:

BAIXA QUALIDADE DO ENSINO BÁSICO

Situação 2004:

- **55,4% dos alunos da 4ª série em estágio crítico ou muito crítico em língua portuguesa.**
- **51,6% dos alunos da 4ª série em estágio crítico ou muito crítico em matemática.**

Iniciativas do Governo Federal:

2 - Programa Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica *(MEC)*

O Programa Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica visa melhorar a qualificação dos professores e é implementado por meio de parcerias com instituições de ensino superior, organizações sociais, estados e municípios que desenvolvem ações de formação e capacitação voltadas para professores da rede pública de ensino e demais profissionais da educação.

Em março de 2005, foi lançado o Plano de Qualidade para a Educação Brasileira, que inclui a criação do Sistema Nacional de Formação de Professores, composto por um conjunto de iniciativas, dentre as quais cabe destacar:

- PRÓ-INFANTIL, que se destina à formação inicial de professores que atuam na educação infantil (creches e pré-escolas da rede pública e da rede privada sem fins lucrativos) e não tenham habilitação legal para o exercício da profissão. A duração do curso de magistério, nível médio, é de dois anos e combina educação a distância

(material impresso e vídeos) com encontros presenciais. Em 2005, o Proinfantil contou com 512 Professores Formadores, 650 Tutores, 16 coordenadores estaduais, 10 assessores técnicos e 63 agências formadoras em todo o país. Esses profissionais foram responsáveis pela formação de 6.500 professores atendidos pelo Proinfantil.

- PROFORMAÇÃO - Programa de Formação de Professores em Exercício, que oferece formação inicial de nível médio com habilitação em magistério a professores que atuam da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, seja no ensino regular ou na educação de jovens e adultos, sem a devida habilitação. O curso é ministrado por professores e tutores especialmente capacitados e oferece material didático impresso e videográfico específicos. Em 2005, foram beneficiados 6.965 professores de 11 estados (AL, AM, BA, CE, GO, MA, PE, PI, RO, RR e SE).

- PRÓ-LICENCIATURA, que propõe a professores de escolas públicas de ensino médio e das séries finais do ensino fundamental, que não têm a qualificação exigida pela legislação, acesso a cursos superiores em suas áreas de atuação. São oferecidos cursos de nível superior a distância com duração mínima de três anos e meio, sendo que parte da carga horária requer atividades presenciais. Em 2004, foram firmados convênios com 39 instituições de ensino superior para a geração de 18,5 mil vagas nos cursos a distância de pedagogia, matemática, física, química e biologia. Em 2005, foi aberta nova chamada para que outras instituições elaborassem projetos de formação de professores a distância, em diversas áreas educacionais, que resultaram na celebração, em 2006, de parcerias com 67 instituições, ampliando o número de vagas em mais 49 mil.

- REDE - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, que propõe, em parceria com estados, municípios e instituições de ensino superior, a oferta de formação continuada a professores das redes públicas municipais e estaduais. Foram selecionadas 19 universidades, em 12 estados – RS, PR, SP, RJ, ES, MG, BA, PE, RN, CE, PA, AM – e no Distrito Federal para a implantação dos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, que serão responsáveis pelo planejamento e elaboração de materiais e metodologias que atendam às necessidades de formação continuada dos professores e de apoio à gestão. Em 2005, as universidades concluíram a primeira etapa de elaboração dos

cursos e ferramentas de ensino. Em 2006, há previsão de formação de 100 mil professores pelos Centros.

- PRÓ-LETRAMENTO é um programa de formação continuada nas áreas de linguagem e alfabetização e matemática, destinado a professores das séries iniciais do ensino fundamental. Seu desenvolvimento se dá a partir da REDE, na modalidade semipresencial, com material didático produzido pelos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação. Lançado em 2005, a iniciativa formou 1.184 professores tutores nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte. Em fevereiro de 2006, 59 mil professores de português e matemática iniciaram os cursos do Pró-Letramento em 451 municípios dos quatro estados.

- FORMAÇÃO CONTINUADA DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO, que se destina a professores da rede pública de ensino, pretende qualificar o profissional no uso das diferentes tecnologias da educação e da comunicação (TV e vídeo, informática, rádio e impressos) no processo de aprendizagem. O curso, ministrado na modalidade de ensino a distancia, possui três níveis: Ciclo Básico (certificação em extensão), Ciclo Intermediário (certificação em aperfeiçoamento) e Ciclo Avançado (certificação em especialização). Lançado em outubro de 2005, já capacitou 1,2 mil profissionais da rede pública de todo o país para atuarem como multiplicadores e tutores.

- PROLIND - Programa de Formação Superior e Licenciatura para Indígenas, que foi lançado em junho de 2005 e tem por finalidade apoiar projetos de cursos de licenciaturas específicas para a formação de docentes indígenas, que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização do estudo de temas indígenas relevantes, tais como línguas maternas, gestão e sustentabilidade das terras e das culturas dos povos indígenas. Os projetos apoiados deverão também promover a capacitação dos professores indígenas como agentes interculturais na promoção das comunidades indígenas. O Prolind apoiará também projetos de permanência de estudantes indígenas nas instituições públicas de ensino superior, que possibilitem o desenvolvimento de ações que integrem ensino, pesquisa e extensão universitária nas comunidades de origem dos estudantes indígenas.

O Programa de Valorização Profissional dos Trabalhadores da Educação Básica desenvolveu e acompanhou em 2005, duas grandes ações, ambas de fundamental importância para a melhoria da qualidade da oferta educacional e, em especial, para os

trabalhadores que exercem funções de apoio nas escolas públicas, estaduais e municipais, de Educação Básica. A primeira foi a criação por proposição da 21ª área de Formação Técnica Profissional, que criou área Profissional de Serviços de Apoio Escolar, com 4 habilitações iniciais (Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Infra-estrutura material e ambiental). A segunda grande ação foi a realização de curso de Formação Técnica, de nível médio, modular e a distância, para 5.000 trabalhadores, que atuam na merenda, administração, biblioteca, laboratórios, vigilância, infra-estrutura, nas escolas das redes estadual e municipal de ensino de 5 Estados (PI, PE, MS, TO e PR).

3 - Livro Didático *(MEC)*

Com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino público brasileiro, preservando a afirmação da diversidade das propostas educacionais e das relações escola, cultura e sociedade, em uma concepção que atribui ao livro didático a condição de instrumento essencial a essa realização, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, implementa o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, que faz aquisição e distribuição de livros didáticos para todos os alunos da rede pública de ensino fundamental.

Em 2004, foram adquiridos 111 milhões de livros didáticos para o ano letivo de 2005, que atendeu 30,9 milhões de alunos, em cerca de 150 mil escolas públicas. Em 2005, foram adquiridos e distribuídos mais de 110 milhões de livros para o ano letivo de 2006, beneficiando 29,8 milhões de estudantes do ensino fundamental público. Esta redução entre 2004 e 2005 se deve, fundamentalmente, à sistemática do PNLD, que, a cada três anos, adquire os livros para todos os alunos do ensino fundamental público e, nos dois anos subseqüentes, apenas os repõe ou complementa.

Cabe destacar que, desde 2004, para utilização em 2005, as escolas de educação especial públicas e privadas definidas pelo Censo Escolar como comunitárias e filantrópicas também estão sendo atendidas pelo PNLD. Também é importante mencionar que, desde 2003, foi instituída a obrigatoriedade de inclusão no material didático do ensino fundamental e médio, das escolas públicas e privadas, a história e cultura afro-brasileira.

Também em 2004, foi criado, de forma piloto, o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio – PNLEM, que, pela primeira vez, distribuiu 2,7 milhões de livros didáticos para os 1,3 milhão de alunos da primeira série do ensino médio das 5,3 mil escolas públicas

das regiões Norte e Nordeste. O PNLEM universalizou a distribuição de livros de português e matemática para o ensino médio, a partir de 2005, para utilização em 2006. Receberam os livros 7,01 milhões de alunos das três séries do ensino médio de 13,2 mil escolas do país, com exceção dos estados de Minas Gerais e do Paraná, que desenvolvem programas próprios.

Assim como ocorreu com o PNLD, a aquisição em escala também assegurou eficiência ao PNLEM e, desse modo, a meta física foi atingida empregando-se 66,8% do que havia sido programado financeiramente. Por se tratar do primeiro ano de execução de forma universal, não havia como fazer referências comparativas. Os indicadores, como preço médio e desempenho econômico, gerados neste exercício, serão os balizadores da avaliação dos exercícios futuros.

Ainda em 2006, serão adquiridos 8,2 milhões de livros de biologia para distribuição em 2007 a todos os estudantes da rede pública de ensino médio no país (inclusive o Paraná, cujo programa estadual não atende a essa disciplina). O desafio para 2007 será a continuidade do avanço no atendimento ao ensino médio, a partir da inclusão de livros de química, física, geografia e história. Para o ensino fundamental, devem ser adquiridos, também em 2006, cerca de 95,1 milhões de livros da 1ª à 4ª série, além de outros 9,8 milhões de livros para complementação e reposição da 5ª à 8ª séries.

4 - Proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

A proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, em substituição ao atual Fundo de Valorização do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – Fundef, visa fundamentalmente equacionar a questão do financiamento da educação básica ampliando os investimentos no setor, de modo a elevar a qualidade desse nível de ensino.

O Fundeb representa um avanço no pacto federativo ao reordenar as relações entre União, Estados e Municípios e estabelecer uma abordagem sistêmica para todo o ciclo da educação básica. Enquanto o Fundef restringe-se ao ensino fundamental, o Fundeb abarca toda a educação básica, que inclui também a educação infantil e o ensino médio. Assim, o

novo Fundo deverá também contribuir para o necessário crescimento dessas duas etapas da educação básica.

Com a implantação do Fundeb prevê-se a ampliação dos recursosapara a educação básica, que deverão ser destinados principalmente para a melhoria da qualificação e da remuneração dos professores e para o aparelhamento e manutenção das escolas públicas, contribuindo para alterar o quadro da qualidade da educação brasileira.

A substituição do Fundef (que tem prazo de duração legal previsto para se encerrar em 2006) pelo Fundeb implicará no aumento do número de alunos atendidos por essa forma de financiamento compartilhada pela União, Estados e Municípios, passando dos atuais 30 milhões para cerca de 48 milhões de alunos. Nos quatro primeiros anos, os recursos da União, Estados e Municípios para o novo fundo serão ampliados gradativamente. Após aprovado e plenamente implantado, o orçamento global do Fundeb deve atingir cerca de R$ 56 bilhões ao ano, contra os atuais R$ 35,5 bilhões (valores estimados para 2006) investidos pelo Fundef. Pelo menos 60% dos recursos serão destinados à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica pública.

Radar Social:

Problema:

ACESSO RESTRITO AOS NÍVEIS DE ENSINO NÃO OBRIGATÓRIOS

Situação 2004:

- 13,7% das crianças de 0 a 3 anos e 71,3% das crianças de 4 a 6 anos estão na escola.
- Apenas 45,1% dos jovens entre 15 e 17 anos estão no ensino médio, embora o índice de freqüência à escola seja de 82,2%.
- Apenas 10,8% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior, embora o índice de freqüência à escola seja de 32,4%.

Iniciativas do Governo Federal:

5 - Programa Desenvolvimento da Educação Infantil (MEC)

Em 2003, em parceria com gestores estaduais e municipais e entidades da sociedade civil, foi elaborada a Política Nacional de Educação Infantil – sendo esta a etapa da educação básica extremamente importante para o desenvolvimento integral do ser humano –, que estabelece as diretrizes, metas e estratégias para ampliação do atendimento de creches e pré-escolas.

Em 2004 e 2005, com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, foram realizados seminários regionais com a participação das secretarias municipais e estaduais de educação e outras entidades que atuam na área para discussão e implementação da Política. Segundo dados do Censo Escolar de 2005, existe 1,4 milhão de crianças matriculadas em creches e 5,7 milhões de crianças na pré-escola em todo o país.

Em 2005, foram atendidas mais de 67 mil crianças até 6 anos de idade com materiais didáticos e 85 creches e pré-escolas com apoio à aquisição de equipamentos.

Na área da assistência social, o Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS repassa, mensalmente, aos fundos municipais, estaduais e do Distrito Federal um valor de referência que deve ser por eles complementado, com vistas ao co-financiamento da rede de creches e pré-escolas. Os recursos são para cobertura de despesas correntes com o atendimento das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas. Em 2005, foram atendidos 1,7 milhão de crianças, em todos os estados brasileiros e em 81% dos municípios.

Em 2005, foi constituído Grupo de Trabalho, pela Portaria Interministerial nº 3.219, de 21 de setembro, com o intuito de apresentar proposta para a transição da gestão do apoio do Governo Federal às creches e pré-escolas atualmente apoiadas, financeiramente, pelo FNAS, do âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, para o Ministério da Educação – MEC. A medida objetiva aprimorar o caráter educativo das creches e pré-escolas e a qualidade e eqüidade no atendimento às crianças de 0 a 6 anos, de modo a cumprir a legislação em vigor e contribuir para que as metas do Plano Nacional de Educação sejam alcançadas.

6 - Programa Desenvolvimento do Ensino Médio *(MEC)*

O Programa Desenvolvimento do Ensino Médio objetiva reforçar as ações desenvolvidas, principalmente, pelos sistemas estaduais de ensino, responsáveis pela oferta de cerca de 85% do ensino médio no país, no esforço de assegurar a progressiva universalização e a qualidade dessa etapa da educação básica, em observância à Constituição Federal e à Lei nº 9.394/06 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB.

Segundo o Censo Escolar 2005, são mais de 9 milhões de alunos matriculados no ensino médio regular em todo o país, dos quais 87,85% na rede pública. Dentre as ações executadas pelo Programa, em 2005, cabe ressaltar as discussões sobre a atualização dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio - PCN e a implantação do ensino médio integrado à Educação Profissional.

A partir de julho de 2006, será distribuído às escolas públicas o documento “Orientações Curriculares do Ensino Médio”, com a intenção de apresentar um conjunto de reflexões que

alimente a prática docente. Foram celebrados convênios com 20 Secretarias Estaduais de Educação, no intuito de apoiar a implementação de ações de melhoria da qualidade do Ensino Médio.

A nova modalidade de integração ensino médio articulado com a educação profissional, instituída pelo Decreto 5.154/04, que revogou o Decreto 2.208/97, propicia aos alunos das escolas públicas ou privadas tanto a formação para dar continuidade aos estudos, quanto uma educação profissional, na mesma grade curricular e escolar. Em 2006, o ensino médio integrado conta com 43.068 matrículas, distribuídas em 15 estados brasileiros.

7 - Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica *(MEC)*

O Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica tem por objetivo ampliar a oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia, com melhoria da qualidade, visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano.

Uma das principais iniciativas que vem sendo implementada pelo Programa, desde 2004, é a expansão da rede federal de ensino profissional. Estão previstas a implantação de cinco novas escolas técnicas federais, quatro novas escolas agrotécnicas e 33 unidades descentralizadas vinculadas aos Centros Federais de Educação Tecnológica - Cefets. São 42 projetos, que deverão alcançar 1.500 municípios com 67 mil novas vagas. Estão previstas a contratação de dois mil professores e três mil servidores técnico-administrativos para o funcionamento dessas novas unidades. Destes, 2,5 mil já tiveram seus concursos públicos autorizados.

Cabe destacar ainda a criação, em 2005, da primeira Universidade Tecnológica Federal do Brasil, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - Cefet/PR. A instituição conta atualmente com cerca de 15,5 mil alunos e 1,3 mil professores distribuídos em sete unidades de ensino. A transformação em universidade tecnológica federal abre novos horizontes para a pesquisa, a pós-graduação e para intercâmbios com instituições congêneres de outros países.

8 - Programa Universidade para Todos - ProUni *(MEC)*

O Programa Universidade para Todos - Prouni consiste da concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública ou com bolsa de estudo integral em escola particular. Além desses critérios, também são considerados os resultados dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio para a seleção dos beneficiados.

O Prouni também prevê a reserva de vagas para alunos com deficiência e para auto-declarados negros e indígenas. As bolsas integrais são para estudantes com renda familiar per capita até um e meio salário mínimo, e as parciais (50% do valor da mensalidade) para aqueles com renda familiar per capita até três salários mínimos. Professores da rede pública, sem diploma, também podem participar do Prouni nos cursos de licenciatura e pedagogia, independente da renda.

Em 2004, 1.142 instituições privadas de ensino superior, que representam mais de 2/3 das existentes no país, aderiram ao Prouni e 343.812 alunos se inscreveram. Foram oferecidas 71.905 bolsas integrais e 40.370 parciais de cinqüenta por cento, totalizando 112.275 bolsas de estudo a universitários de baixa renda para o ano letivo de 2005, em 1.135 instituições privadas e filantrópicas de ensino superior. Para 2006, foram ofertadas mais 138.668 bolsas (98.698 integrais e 39.970 parciais), com a adesão de 1.289 instituições. Em dois anos, o Prouni ofertou 250.943 bolsas para alunos de baixa renda.

Cabe destacar que o Prouni é financiado por meio de isenção fiscal, revertendo impostos em vagas nas instituições privadas de ensino superior.

O Prouni conta ainda com ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições. São elas: 1) a Bolsa Permanência, que consiste de benefício mensal de R$ 300,00 aos alunos dos cursos com três ou mais anos de duração e carga horária diária média de seis ou mais horas de aula – em 2005, foram concedidas 1.500 bolsas; 2) o financiamento, por meio do FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para o bolsista parcial, de 25% do valor total da sua mensalidade; 3) a complementação das bolsas parciais através de parcerias entre o MEC e os estados, por meio das quais os bolsistas participam de programas de monitoria, supervisão escolar e extensão universitária, voltados prioritariamente para a educação básica.

9 - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES *(MEC)*

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES tem por objetivo conceder financiamento a estudantes universitários sem condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. O fundo financia alunos que não se enquadram nos critérios de seleção do ProUni.

Em 2004, foram atendidos 188.664 alunos, cerca de três mil a mais que no ano anterior, quando foram beneficiados 185.740, em 1.370 instituições privadas de ensino superior de todo o país.

Em operação desde 1999, o FIES vem sendo continuamente aperfeiçoado. Atualmente, financia 50% da mensalidade dos estudantes. Com a criação do ProUni, o FIES passou a garantir o financiamento de 25% do valor da mensalidade dos bolsistas parciais daquele programa que, portanto, pagam durante o curso apenas 25% da mensalidade. No processo seletivo referente ao segundo semestre de 2005, o FIES ofertou 100.000 novos financiamentos.

10 - Expansão da Rede de Universidades Federais *(MEC)*

Visando à ampliação da participação do setor público na educação superior, com conseqüente elevação do número de vagas ofertadas, o Governo Federal está criando ou consolidando 40 *campi*, situados em 21 Unidades da Federação, em todas as regiões do país. Estão previstas a criação de oito *campi* na região norte; quinze na região nordeste; três na região sul; nove na região sudeste; e cinco na região centro-oeste. A interiorização tem sido uma das principais diretrizes norteadoras do mapa da expansão, ao lado das necessidades e vocações econômicas de cada região do país.

Além disso, estão em diferentes fases de implantação dez universidades federais: Universidade Federal do ABC; Universidade Federal do Pampa; Universidade Federal da Grande Dourados; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Universidade Federal do

Triângulo Mineiro; Universidade Federal do Semi-Árido, Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e Universidade Federal Tecnológica do Paraná. Em 2005, vale destacar o início da construção dos dois *campi* da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, em Juazeiro e Petrolina, e a autorização para a Universidade Federal de Tocantins - UFT contratar seu quadro de servidores técnico-administrativos.

A expansão permitirá, quando da sua completa implantação, em 2008, o ingresso anual de mais 30.000 novos estudantes em cursos de graduação nas universidades federais.

11 - Universidade Aberta do Brasil *(MEC)*

O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB, criado em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, tem por objetivo a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, ainda em caráter experimental.

A Universidade Aberta do Brasil pretende levar a educação superior a um número maior de estudantes, por intermédio do ensino a distância. A iniciativa começa a ser colocada em prática em 2006, com a realização do vestibular para o curso de Administração, mediante parceria com o Banco do Brasil e universidades federais. Serão oferecidas 10 mil vagas em dez estados e no Distrito Federal.

Cada universidade pública atenderá a um conjunto de cidades localizadas em sua região. Caberá aos municípios a implantação de pólos regionais para o atendimento presencial dos alunos. Os pólos contarão com infra-estrutura adequada, como laboratórios de informática, bibliotecas e salas de aulas.

Em junho de 2006 foram firmados convênios para implantação de 311 pólos, em parceria com Universidades Federais e CEFETs. Com o início das aulas previsto para 2007, serão oferecidas 90 mil vagas por ano.

Radar Social:

Problema:

BAIXA ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO
(reprovação e evasão escolar)

Situação 2004:

- **6,8 anos de estudo em média.**
- **Apesar do acesso quase universal à escola, apenas 57% das crianças de sete a 14 anos conseguem concluir a 8ª série do ensino fundamental.**

Iniciativas do Governo Federal:

12 - Programa Ampliação do Ensino Fundamental para 09 anos *(MEC)*

Com a Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos, o MEC subsidia os sistemas de ensino na ampliação do ensino fundamental obrigatório para nove anos de duração, com início aos seis anos de idade, prevista na LDB e no PNE, desde 2003. Considera-se que tal ampliação contribuirá, significativamente, para a inclusão social das novas gerações, como também trará relevantes benefícios para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem.

O Censo de 2003 indicava 3.863.238 alunos matriculados no ensino fundamental de nove anos distribuídos em 11.510 estabelecimentos; já o Censo de 2004 demonstra um avanço substancial na matrícula do ensino fundamental de nove anos para 7.398.128 alunos distribuídos em 22.728 estabelecimentos públicos e, em 2005, foram matriculados 8.113.819 alunos.

Em 2006 foi aprovada a Lei nº 11.274, determinando a ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos e estabelecendo a matrícula obrigatória das crianças de seis anos de idade

no Ensino Fundamental, bem como garantindo progressividade aos sistemas de ensino para essa mudança, estabelecendo prazo até o ano de 2010 para a implementação.

13 - Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem *(SG/PR)*

Em fevereiro de 2005, foi lançado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem com o objetivo de proporcionar formação integral aos jovens entre 18 e 24 anos, residentes nas capitais, que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do ensino fundamental, e não têm vínculos formais de trabalho.

O ProJovem oferece a oportunidade de conclusão do ensino fundamental, com certificação após avaliação, formação profissional em nível inicial e a prática de ações comunitárias. O curso tem duração de um ano e currículo que integra formação geral, com aulas de inglês e informática. Os alunos, selecionados por sorteio, que cumprem 75% da freqüência e das atividades programadas para o curso recebem auxílio financeiro mensal de R$ 100,00, durante os doze meses do curso, possibilitando ainda a inclusão bancária desses jovens.

O Governo Federal fornece o material didático, compra os computadores e transfere recursos para as Prefeituras para pagamento o de professores, educadores profissionais, assistentes sociais e pessoal de apoio, além de despesas com alimentação e o pagamento do auxílio financeiro aos jovens. As Prefeituras fornecem as instalações e a manutenção da infra-estrutura. Somente nas capitais, em 2005, 92.417 jovens foram matriculados no Programa. Em 2006, o ProJovem foi expandido para 34 cidades das regiões metropolitanas das capitais que possuem mais de 200 mil habitantes.

14 - Proeja *(MEC)*

Visando incentivar os jovens e adultos que terminaram o ensino fundamental e desejam concluir o ensino médio com uma formação profissional inicial, o MEC está implementando o “Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja”. O Proeja consiste, basicamente, da disponibilização de vagas das instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica aos alunos egressos da educação de jovens e adultos. Serão 10% de vagas em

2006 e 20% a partir de 2007. Em 2006, são ofertadas 6.010 vagas, sendo 1.885 em CEFETs, 740 em Escolas Agrotécnicas Federais – EAFs, 2.295 em Secretarias de 16 Estados e 1.090 em escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais.

15 - Escola de Fábrica *(MEC)*

Em parceria com empresas dos mais variados ramos de atividade, o MEC iniciou a implementação do projeto "Escola de Fábrica" que tem por objetivo oferecer formação profissional inicial a jovens de baixa renda. As aulas começaram em setembro de 2005, com 558 turmas em 17 estados, beneficiando cerca de 11 mil jovens. Nessa primeira etapa, houve a adesão de 700 empresas, sendo sete empresas estatais.

A "Escola de Fábrica" é voltada a jovens entre 16 e 24 anos com renda familiar per capita até um salário mínimo e meio. Para participar, o jovem precisa estar matriculado em um curso regular da educação básica pública (ensinos fundamental ou médio), ou em um curso de educação de jovens e adultos. As empresas fornecem alimentação, transporte, seguro de vida e uniforme aos estudantes. O MEC, por meio de convênios com órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos com experiência comprovada em gestão de projetos educacionais ou sociais, apóia a implantação dos cursos. Como auxílio, cada aluno recebe uma bolsa mensal de R$ 150,00 durante um semestre, desde que freqüente pelo menos 85% das aulas. Para 2006 estão previstos 830 cursos, atendendo 18 mil alunos, em 250 municípios dos 24 estados.

16 - Escola Aberta *(MEC)*

Em 2004, o Governo Federal lançou uma iniciativa conhecida por "Escola Aberta", cuja finalidade é ampliar a integração entre a escola e a comunidade, contribuindo para a redução da violência e a melhoria do desempenho escolar e permitindo ao jovem o aprendizado de um ofício. Esta iniciativa prevê o desenvolvimento de atividades culturais, de lazer, de incentivo à cidadania e de geração de renda no espaço escolar aos finais de semana. Voluntários das mais diversas áreas oferecem aos jovens oficinas de tapeçaria, panificação, bijuteria, informática, capoeira, música, teatro, entre outras.

A “Escola Aberta” é fruto de parceria entre os ministérios da Educação, Trabalho e Emprego, Cultura e Esporte, e conta com o apoio da Unesco. Em 2004, foram apoiadas 154 escolas (50 no Espírito Santo, 54 em Belo Horizonte e 50 em Pernambuco), todas localizadas em regiões metropolitanas das capitais, em áreas com elevados índices de violência. Em 2005, a iniciativa foi expandida para outros estados (Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), chegando a 1.237 escolas.

17 - Transporte Escolar *(MEC)*

Em 2004, com a promulgação da Lei 10.880, de 9 de junho de 2004, o “Programa Nacional de Transporte Escolar” foi reestruturado. Além da mudança de nome, que passou a ser “Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE”, mudou também a forma de implementação e os critérios de atendimento. Antes, os recursos eram repassados aos estados, municípios e entidades da sociedade civil para a aquisição de veículos, por meio de convênios.

Com o PNATE, os repasses passaram a ser feitos automaticamente aos estados e municípios, de acordo com o número de alunos do ensino fundamental público, residentes na zona rural, que utilizam o transporte escolar, declarados no Censo Escolar do ano anterior. Os recursos repassados, que têm caráter suplementar e eram usados para a compra de veículos, a partir de 2004, passaram a ser usados na manutenção dos veículos da frota própria e na contratação de serviços terceirizados para o transporte escolar. Esta alteração da sistemática agilizou o repasse e universalizou o atendimento possibilitando que, pela primeira vez, em 2005, todos os municípios com alunos residentes em áreas rurais recebessem, de forma automática, recursos do Governo Federal para o transporte escolar. Em 2005, o PNATE atendeu cerca de 3,3 milhões de alunos, em 5.317 municípios.

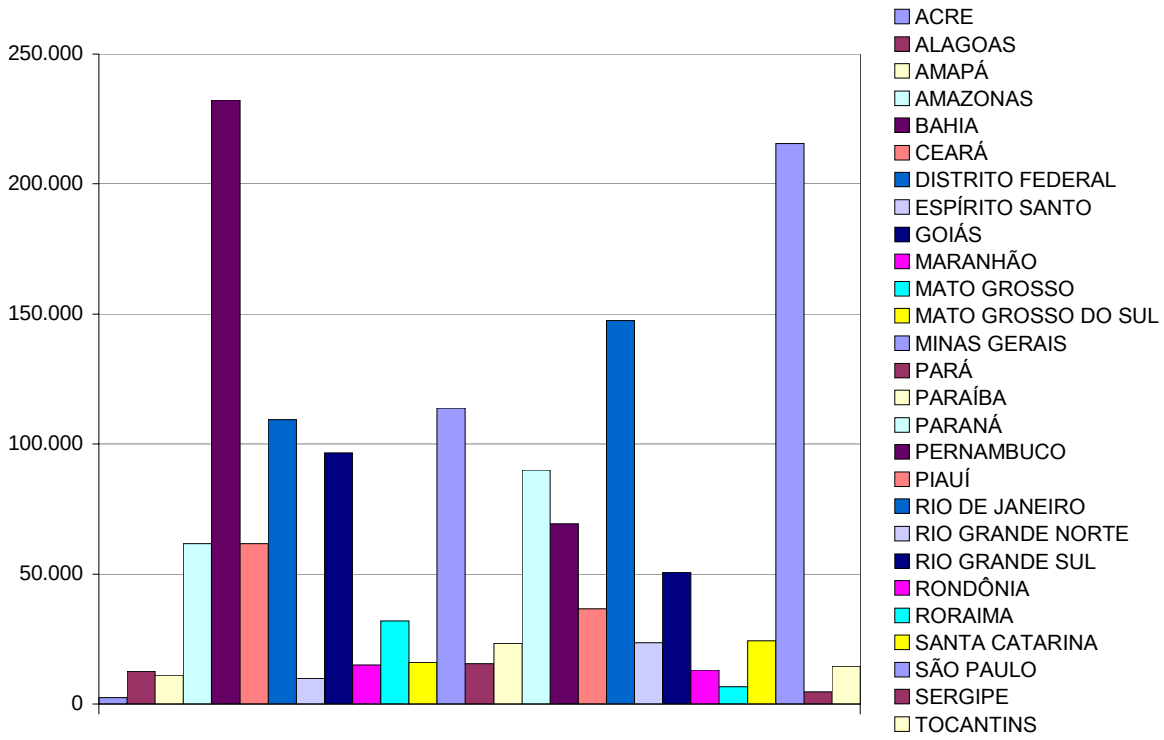
18 - Programa Segundo Tempo *(ME)*

O Programa Segundo Tempo tem por objetivo oferecer atividades esportivas no horário complementar ao da escola, colaborando para a inclusão social de alunos matriculados no ensino fundamental e médio da rede pública, principalmente em áreas de vulnerabilidade social, contribuindo para a redução da evasão escolar e do trabalho precoce.

O Programa utiliza espaços físicos ociosos e oferece reforço alimentar, reforço escolar e material esportivo, sem novos investimentos em infra-estrutura. O custo médio por criança/ mês é baixo e os recursos são transferidos a estados, municípios, unidades militares e entidades não governamentais. O Programa também conta com outros parceiros como clubes sociais e esportivos, empresários e sistema "S".

Desde 2003, foram atendidas 1.509.542 crianças e adolescentes, com a participação de 7 mil coordenadores e 17 mil estagiários. O Segundo Tempo, em 2005, atendeu 601.048 crianças e adolescentes por meio da prática desportiva, em 2.253 Núcleos de Esporte Educacional, implantados em 498 municípios em 22 Unidades da Federação. O quadro abaixo mostra o atendimento do Programa no período 2003-2005.

Crianças e adolescentes beneficiados por Unidade da Federação
2003/2005



Saúde

Radar Social		Plano Plurianual 2004-2007	
Problemas	Situação 2004	Desafios	Principais Iniciativas do Governo Federal
Elevadas Taxas de Mortalidade Infantil e Materna	▪ Mortalidade Infantil: Taxa nacional de 22,5 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas em 2004, porém, chegando na Região Nordeste a 33,9 por mil. ▪ Mortalidade Materna: Taxa nacional estimada de 75,4 óbitos para cada cem mil crianças nascidas vivas em 2004.	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades. *Desafio 3* Promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.	**1** - Programas de Saneamento *(MS/MCid)* **2** - Saúde da Criança *(MS)* **3** - Saúde da Família *(MS)* **4** - Humanização do Pré-natal e Nascimento *(MS)* **5** - Comitês de Mortalidade Materna *(MS)*
Elevadas Taxas de Mortalidade por Doenças Não-Transmissíveis	▪ Doenças do aparelho circulatório representaram 31,8% das causas de mortalidade em 2004. ▪ As neoplasias representaram 15,7% das causas de mortalidade em 2004.	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades. *Desafio 3* Promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.	**6** - Prevenção e Detecção Precoce das Doenças Não-Transmissíveis *(MS)* **7** - Assistência Farmacêutica *(MS)* **8** - Centros de Alta Complexidade em Oncologia - Cacons *(MS)* **9** - Atenção Hospitalar *(MS)* **10** - Qualificação da Atenção em Saúde – Qualisus *(MS)*
Elevadas Taxas de Mortalidade por Causas Externas (transporte, violência e suicídio)	▪ Taxa nacional de 69,9 óbitos para cada 100 mil habitantes – 15,7% do total de óbitos. Na região Centro-Oeste esta taxa alcança 79,9 e no Norte é de 56,4.	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades *Desafio 3* Promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social.	**11** - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu *(MS)*

Radar Social:

Problema:

ELEVADAS TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA

Situação 2004:

- **Mortalidade Infantil: Taxa nacional de 22,5 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas em 2004, porém, chegando na Região Nordeste a 33,9 por mil.**
- **Mortalidade Materna: Taxa nacional estimada de 75,4 óbitos para cada cem mil crianças nascidas vivas em 2004.**

Iniciativas do Governo Federal:

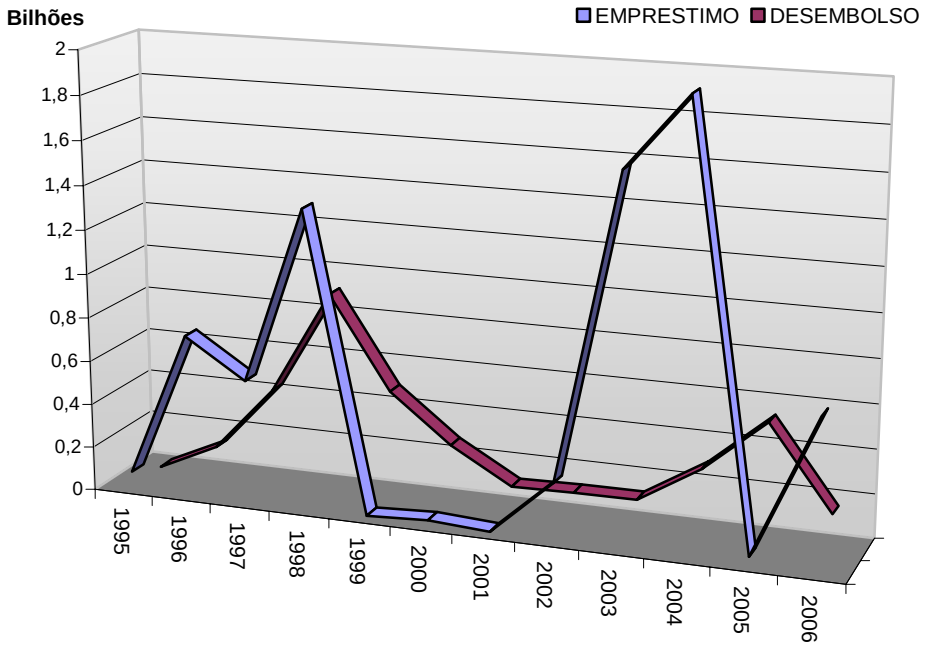
1 - Programas de Saneamento *(MS - MCid)*

No âmbito da saúde, a área de saneamento é orientada fundamentalmente para prevenir e controlar agravos, contribuindo para a qualidade de vida e saúde da população, sendo fator primordial para a melhoria dos indicadores de saúde, especialmente das taxas de mortalidade infantil.

Em municípios com até 30 mil habitantes, entre 2004 e 2005, foram empenhados recursos com vistas a beneficiar 338 mil famílias com a implantação, ampliação ou melhoria do sistema de abastecimento de água e 101 mil famílias com o sistema de esgotamento sanitário, ambos visando à prevenção e ao controle de agravos, com algumas obras em execução. No último ano, foram concluídas 26 obras de melhorias habitacionais para o controle da doença de chagas, beneficiando 1.158 famílias. Grupos específicos têm sido atendidos com a implementação de projetos especiais, com especial destaque às comunidades quilombolas e indígenas.

Já os financiamentos em saneamento ambiental, suspensos desde 1998, foram retomados nos últimos três anos. O gráfico abaixo mostra a evolução dos valores contratados e desembolsos de recursos onerosos, desde 1995.

FGTS: Contratação e Desembolso para Saneamento- 1995 - 2006 (até março)



As novas contratações da União, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no último triênio, chegaram a R$ 4 bilhões, que somados aos R$ 3,6 bilhões do orçamento da União, totalizam R$ 7,7 bilhões.

Apenas em 2005, foi comprometido um montante da ordem de R$ 2,0 bilhões do orçamento da União na área de saneamento, beneficiando 1,1 milhão de famílias com serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais.

É importante destacar que o crescimento das aplicações na área de saneamento ambiental esteve associado às seguidas iniciativas do Conselho Monetário Nacional de flexibilização do limite contratável para o setor por entes públicos, o que potencializou as operações de financiamento aos governos municipais e estaduais, concessionárias e empresas públicas a partir de operações com recursos do FGTS e do FAT.

Dentre as iniciativas implementadas, vale destacar: o Programa PAT - Prosanear, que investiu, em 2005, R$ 32,8 milhões em planos de desenvolvimento e projetos de saneamento integrados, visando à recuperação ambiental de áreas degradadas ocupadas por população de baixa renda, em cidades com mais de 75 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas, beneficiando cerca de 8 mil famílias; o trabalho desenvolvido em aldeias indígenas, com o registro de diminuição da mortalidade infantil, tendo sido investido, em 2005, R$ 18,5 milhões, proporcionando o atendimento de cerca de 280 mil índios. Também foram investidos R$ 7,3 milhões em 19 comunidades remanescentes de quilombolas, beneficiando 2,2 mil famílias com serviços de abastecimento de água e destino adequado de dejetos.

Destaca-se ainda o Programa de Saneamento Rural no Estado do Piauí, viabilizado por meio do Convênio Nº 010/2000 firmado entre o Ministério da Saúde e o Governo daquele estado. O Programa tem por objetivo apoiar os esforços da Política Nacional de Saúde para melhorar a Equidade, Eficiência e Eficácia da Assistência Básica por meio de Implementação de Sistemas de Abastecimento de Água e de Sistemas de Esgotamento Sanitário, na região centro-sul do Estado do Piauí.

O convênio, em 04 (quatro) anos de execução, concluiu 13 (treze) obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, beneficiando 13 localidades, 1.843 domicílios, atingindo 9.035 pessoas. Em todas as localidades, a população já tem água tratada à disposição, pagando a conta de consumo.

Quanto ao marco regulatório do setor, foi encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei 5.296/05 que institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento – PNS, construído mediante consultas públicas e seminários envolvendo diversos setores governamentais e da sociedade.

2 - Saúde da Criança *(MS)*

Na área da saúde da criança merece destaque: o fornecimento de 3,5 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança; a distribuição de 50 mil Manuais de Vigilância do Óbito Infantil; a implantação de 4 novos Bancos de Leite, totalizando 186 unidades e 35 postos de coleta; e o credenciamento de 21 novos Hospitais Amigos da Criança, alcançando assim 328 unidades.

Além disso, permanecem sendo desenvolvidas ações no âmbito da rede SUS que visam: 1. a promoção do nascimento saudável, com destaque, no exame do "pezinho", para a inclusão do teste de anemia falciforme, doença que acomete principalmente a população negra; 2. o acompanhamento do recém-nascido de risco; 3. o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e da imunização das crianças; 4. a promoção do aleitamento materno e alimentação saudável, com atenção aos distúrbios nutricionais e anemias carenciais; 5. a abordagem de doenças respiratórias e infecciosas e; 6. a manutenção de altas coberturas vacinais em todos os municípios, além da incorporação de novas vacinas.

Em relação às campanhas de vacinação, dados consolidados do "Programa Nacional de Imunização" indicam que 16,3 milhões de crianças menores de cinco anos de idade tomaram a vacina contra a poliomielite na primeira etapa, o que representa uma cobertura de 94,6%. A segunda etapa, realizada no dia 20 de agosto de 2005, alcançou uma cobertura de 95,37% e mobilizou cerca de 330 mil pessoas, entre servidores públicos e voluntários, em mais de 100 mil postos de vacinação. Cabe destacar que, em 2006, o elenco de vacinas do calendário básico foi ampliado com a inclusão da vacina contra o rotavírus (responsável por 30% dos casos de diarréia infantil no Brasil).

3 - Saúde da Família *(MS)*

O "Programa Saúde da Família – PSF" tem por objetivo dar prioridade às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, reorganizando a prática assistencial e centrando a atenção na família, percebida a partir de seu ambiente físico e social. A estratégia de saúde da família vem sendo implementada como eixo estruturante da atenção básica em saúde.

Até 2005, a implantação do PSF registra um crescimento acentuado, tanto da cobertura populacional quanto do número de equipes, atuando também como instrumento de promoção da equidade na atenção básica à saúde. Segundo o Sistema de Informações da Atenção Básica (SIAB), nas áreas cobertas pelo programa, foi registrada uma tendência de crescimento do aleitamento materno e de redução da desnutrição em crianças menores de 1 ano. Cabe mencionar que foram ampliados em 50% os recursos destinados à

implementação de Equipes de Saúde da Família nos municípios com comunidades remanescentes dos quilombos, beneficiando inicialmente 315 municípios.

No último ano, foram formadas 3.332 novas Equipes de Saúde da Família (ESF), 15.369 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e 3.652 Equipes de Saúde Bucal (ESB). A cobertura populacional das ESF passou de 30,4%, em 2002, para 44,4%, em dezembro de 2005, alcançando 78,6 milhões de brasileiros. Atualmente, estão em atuação 24.564 ESF e 208.104 ACS. Em 94% dos municípios brasileiros há ACS e em 90% ESF em atuação. O Quadro abaixo apresenta a situação atual do PSF, por tipo de equipe, número de municípios alcançados e população coberta.

equipes	implantadas	municípios	população (milhões)
Saúde da Família	24.564	4.900	78,6
Agentes Comunitários de Saúde	208.094	5.200	103,5
Saúde Bucal	12.602	3.900	61,8

Quanto à saúde bucal, no âmbito do PSF, passou de uma cobertura populacional de 17,5%, em 2002, para 34,9%, em 2005, alcançando 62 milhões de brasileiros. Em 2005, foram implantados 336 Centros de Especialidades Odontológicas e realizados 1,3 milhão de procedimentos especializados.

4 - Humanização do Pré-natal e Nascimento *(MS)*

O “Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento” busca concentrar esforços no sentido de reduzir as altas taxas de morbi-mortalidade materna e perinatal, adotando medidas que: assegurem a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto, puerpério e neonatal; ampliem as ações de atenção à gestante, com investimentos nas redes estaduais de assistência à gestação de alto risco e incremento no custeio de procedimentos específicos. Neste sentido, inserem os reajustes dos valores relativos a 12 procedimentos de parto, em torno de 10%, no âmbito dos repasses aos entes federados do Sistema Único de Saúde.

Para 2006, serão prioritárias as seguintes ações:

- qualificação de 100% dos profissionais que atuam em urgências e emergências obstétricas e neonatais das 400 maternidades prioritárias definidas pelo “Programa de Expansão e Consolidação do Saúde da Família e do Pacto de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal”;
- expansão do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento para 100% dos municípios e;
- capacitação de 100% das equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) na atenção às urgências obstétricas e neonatais.

5 - Comitês de Mortalidade Materna *(MS)*

Os Comitês de Mortalidade Materna consistem na principal estratégia para monitoramento e investigação das causas de mortalidade da mulher em período gestacional. O objetivo dos comitês é reunir informações que permitam o desenvolvimento de políticas preventivas e a melhor estruturação no atendimento ambulatorial e hospitalar.

Atualmente, existem comitês em 80% das capitais brasileiras. Resultado deste trabalho é o registro mais alto de casos de mortalidade materna, que não deve ser atribuído a uma piora na situação de saúde da mulher, mas à maior precisão em relação às notificações.

Radar Social:

Problema:

ELEVADAS TAXAS DE MORTALIDADE POR DOENÇAS NÃO - TRANSMISSÍVEIS

Situação 2004:

- **Doenças do aparelho circulatório representaram 31,8% das causas de mortalidade.**
- **As neoplasias representaram 15,7% das causas de mortalidade em 2004.**

Iniciativas do Governo Federal:

6 - Prevenção e Detecção Precoce das Doenças Não-Transmissíveis *(MS)*

O Governo Federal, por meio das unidades de saúde e das Equipes de Saúde da Família, apoia ações de prevenção, assistência e controle das doenças não-transmissíveis, com ênfase na hipertensão arterial (HA) e no *diabetes mellitus* (DM), com vistas à redução da incidência de morbimortalidade decorrente dessas causas.

Em 2005, foram apoiadas 14.800 unidades de saúde em ações de prevenção e detecção precoce das doenças não-transmissíveis. Foram capacitados 4 mil profissionais de saúde na rede básica para atendimento aos portadores de HA e DM.

O Programa de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer visa à prevenção de doenças na população, por meio de ações que estimulem a adoção de comportamentos e estilos de vida saudáveis e que contribuam para a redução da incidência e mortalidade por câncer e doenças tabaco-relacionadas no país.

Em 2005 houve ratificação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco pelo Congresso Nacional, tratado internacional, no qual os países concordam em empreender políticas de controle do tabaco, e o estabelecimento da Portaria Nº 2.084/GM que incorporou os medicamentos utilizados no apoio à abordagem do fumante no Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 08 de dezembro de 2005 institui-se a Política Nacional de Atenção Oncológica, por meio da Portaria GM/MS nº 2439, onde o câncer passa a ser enfrentado na ótica da Rede de Atenção Oncológica, contemplando a promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos, a ser implantada em todas as unidades da federação, respeitadas as competências das três esferas de gestão.

7 - Assistência Farmacêutica *(MS)*

A Assistência Farmacêutica tem por objetivo precípuo promover o acesso da população a medicamentos. Nos últimos três anos, o Governo Federal praticamente dobrou os investimentos nesta área. Em 2005, dentre as iniciativas implementadas, cabe destacar:

- cobertura total da população brasileira com medicamentos para atenção básica à saúde, fornecendo incentivo financeiro a todos os 5.564 municípios habilitados. O incentivo é um valor *per capita* atualizado anualmente, de acordo com informação populacional do IBGE, e compõe um fundo tripartite (União, estados e municípios) para o custeio de um elenco mínimo obrigatório de medicamentos que deve estar disponível em todas as unidades de saúde – a chamada Farmácia Básica;
- reajuste deste incentivo da assistência farmacêutica básica em 65%;
- aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde de medicamentos que compõem o módulo da Assistência Farmacêutica Básica – Hipertensão e Diabetes, Asma e Rinite, Controle do Tabagismo, Alimentação e Nutrição, Insulina e Saúde da Mulher –, que são distribuídos as Secretarias de Saúde dos estados, municípios e Distrito Federal; no caso dos grupos de Hipertensão/Diabetes e Asma/Rinite, os estados, municípios e distrito federal podem optar por receber incentivo financeiro para aquisição dos medicamentos desses grupos, em vez de receber o medicamento, sendo garantido tratamento para 100% dos portadores de

hipertensão arterial e *diabetes melitus*;

- produção de 4 bilhões de unidades farmacêuticas;
- aquisição de fábrica de medicamentos – inaugurada em 2005 –, que permitirá quintuplicar a produção e diversificar os produtos;
- implantação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), cuja lei de criação foi sancionada em dezembro de 2004. Após o início do funcionamento da Hemobrás, que deverá fracionar de 400-500 mil litros de plasma/ano, o Brasil tornar-se-á auto-sustentável na produção de hemoderivados, em um prazo de 5 anos. Atualmente, o Brasil investe cerca de US$ 100 milhões por ano na importação de hemoderivados;
- assinatura de acordo para transferência de tecnologia de produção de alfainterferona 2b recombinante e eritropoetina, necessário ao tratamento das hepatites e de portadores de insuficiência renal crônica;
- 356.000 pacientes atendidos com medicação de alto custo, número cerca de 67% maior que o de 2004.

Outra iniciativa que compõe a Assistência Farmacêutica é o projeto Farmácia Popular, que tem por objetivo ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, beneficiando principalmente as pessoas com dificuldade para realizar o tratamento, devido ao alto custo destes produtos.

Até o final de 2005, foram implantadas 78 Farmácias Populares, em 50 municípios de 20 estados. As farmácias oferecem 95 itens de medicamentos com preços até 90% menores que os de mercado.

8 - Centros de Alta Complexidade em Oncologia - Cacons *(MS)*

Os Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON são unidades hospitalares públicas ou filantrópicas, cadastradas pelo Ministério da Saúde, que dispõem de recursos humanos e tecnológicos necessários à assistência integral do paciente de câncer. São responsáveis pela confirmação diagnóstica dos pacientes, estadiamento, assistência ambulatorial e hospitalar, atendimento das emergências oncológicas e cuidados paliativos.

Em 2005, as ações relativas à expansão da atenção oncológica tiveram investimentos de aproximadamente R$ 18 milhões em equipamentos e obras, além dos gastos com capacitação de recursos humanos e oferta de consultoria técnica, no processo de implantação dos CACONs no Acre, Alagoas, Distrito Federal e Pará.

9 - Atenção Hospitalar *(MS)*

No âmbito do Sistema Único de Saúde, o Governo Federal estabelece diretrizes e procedimentos relativos à atenção hospitalar e ambulatorial, no sentido de facilitar o acesso da população a esses serviços, valorizando a humanização do atendimento e a redução das desigualdades regionais. A manutenção e o reforço da rede hospitalar é fundamental para atender aos desafios impostos pelo tratamento de várias doenças, pelo atendimento a acidentados e vítimas de violência e pela realização de cirurgias de alta complexidade.

Em 2005, a União repassou R$ 16,2 bilhões a estados e municípios para o financiamento da assistência de média e alta complexidade, que custearam aproximadamente 1 bilhão de procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade no SUS e de 11,8 milhões de internações. Merece destaque a Política Nacional para Hospitais de Pequeno Porte, que preconiza que os mesmos deixem de receber recursos financeiros somente após a prestação de contas de cada serviço realizado e passem a contar com um orçamento global, ampliando assim sua capacidade de planejamento e gestão. Como contrapartida, os hospitais devem cumprir uma série de metas ligadas à humanização do atendimento e a integração com as políticas prioritárias do SUS. De um total de 1.431 hospitais de pequeno porte, 154 já integram essa nova Política Nacional, sendo 64 no Ceará, 66 no Paraná e 24 em Tocantins.

Cabe ainda mencionar a área de transplantes. Em 2005, foram realizados aproximadamente 16,8 mil transplantes de órgãos e tecidos, o que representa um aumento de 33% em relação a 2002. Recursos do SUS financiam 95% dos transplantes de órgãos sólidos realizados no Brasil. Ressalta-se o aumento do número de procedimentos ambulatoriais referentes ao acompanhamento de pacientes transplantados: de 169,7 mil, em 2002, para 258,5 mil, em 2005.

10 - Qualificação da Atenção em Saúde - QualiSUS *(MS)*

O QualiSUS, que começou a ser implementado em 2004, é um conjunto de iniciativas que visa proporcionar maior conforto para o usuário do sistema de saúde, com acolhimento respeitoso, realização de triagem classificatória de risco para priorizar o atendimento por gravidade e não por ordem de chegada, organização da urgência por ambientes (de acordo com o grau de risco), maior atenção dos profissionais de saúde e priorização dos leitos hospitalares para a urgência. Os hospitais atendidos recebem recursos para a compra de equipamentos novos, e para ampliação, construção ou reforma de unidades de saúde. Essa política é resultado de parcerias entre as três esferas de gestão do SUS.

Além da melhoria do atendimento das emergências médicas, o QualiSUS também atua em outras frentes:

- adequação das unidades de atenção básica para garantia da primeira atenção qualificada e resolutiva para as pequenas e médias urgências;
- implantação de política de humanização do atendimento no SUS; e,
- criação de centrais de regulação de leitos e de consultas para distribuir pacientes entre hospitais e unidades de atenção básica.

O QualiSUS começou a ser implementado nas 26 capitais do país e no Distrito Federal. Até o final de 2005, foram assinados 91 convênios, tendo 142 unidades beneficiadas, entre Hospitais e unidades de atendimento pré-hospitalar fixo. Em 2006, o Governo Federal deverá concluir as obras em andamento, e iniciar novas obras de adequação das unidades às diretrizes propostas pelo QualiSUS.

Radar Social:

Problema:

ELEVADAS TAXAS DE MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS (transporte, violência e suicídios)

Situação 2004:

- **Taxa nacional de 69,9 óbitos para cada 100 mil habitantes - 15,7% do total de óbitos.**
- **Na região Centro-Oeste esta taxa alcança 79,9 e no Norte é de 56,4.**

Iniciativas do Governo Federal:

11 - Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - Samu *(MS)*

O Serviço de Atendimento Móvel às Urgências – SAMU 192 é o serviço de atendimento pré-hospitalar do SUS. Está estruturado para prestar assistência às pessoas em situações de urgência, seja por causas clínicas (como infartos do coração ou derrames cerebrais), traumáticas (como fraturas ou ferimentos decorrentes de acidentes) ou psiquiátricas (como no caso de doenças mentais ou uso de drogas).

O SAMU 192 destina-se a melhorar o nível de resposta do sistema de saúde nesses casos e está permitindo a organização e racionalização da rede pública, visto que, na Central de Regulação deste Serviço, o médico atende a chamada de socorro e tem autonomia para fazer a triagem do atendimento, decidindo o encaminhamento do paciente segundo informações de vagas em leitos de emergências nos hospitais.

A estrutura física do SAMU requer, além dos profissionais de saúde e dos veículos, Centrais de Regulação Médica das Urgências, com fácil acesso ao público, por via telefônica (192),

em sistema gratuito, e o envolvimento de outros profissionais não oriundos da área de saúde, como telefonistas, rádio-operadores e condutores de veículos de urgência.

No aspecto do transporte das vítimas, o SAMU atende à população com dois tipos de veículos, diferenciados segundo a complexidade dos equipamentos e a capacidade de atender determinadas urgências.

Até o final de 2005, a rede nacional já contava com 88 SAMU 192 e 1.108 ambulâncias, beneficiando cerca de 77,4 milhões de pessoas em 478 municípios.

Vale ainda destacar que o Governo Federal garantiu o custeio de 50% das equipes de profissionais dos 88 SAMU. Atualmente, estão trabalhando nos serviços implantados em 24 estados cerca de 13 mil servidores. Também foram feitos investimentos de cerca de R$ 10 milhões para a adequação de áreas físicas das 88 Centrais de Regulação Médicas do SAMU.

Moradia

Radar Social		Plano Plurianual 2004-2007	
Problemas	Situação 2004	Problemas	Principais Iniciativas do Governo Federal
Escassez da Oferta e Elevado Preço da Habitação	▪ 14,8 milhões de brasileiros (9,8% da população) moram em residências superlotadas - mais de três pessoas por dormitório. (Houve queda de 6% entre 2001 e 2004) ▪ 5,3 milhões de pessoas que residem em domicílios alugados comprometem excessivamente sua renda familiar com aluguel (mais de 30% da renda familiar). (Queda de 11,3% entre 2001 e 2004)	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades. *Desafio 6* Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente.	**1** – Criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social **2** - Desoneração tributária e modernização do setor habitacional **3** - Ampliação dos recursos destinados ao mercado imobiliário (Resolução CMN 3.177/04) **4** - Investimentos para aquisição, construção, reforma ou conclusão de unidades habitacionais e lotes urbanizados *(MCid/CAIXA)*
Irregularidade Fundiária e Elevada Informalidade	▪ Segundo a PNAD, são 7,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com irregularidade fundiária nas áreas urbanas, representado 4,8% da população. (Em 2001, eram 5,7% da população).	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades. *Desafio 6* Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente.	**5** - Programa de Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários *(MCid)* **6** – Regulamentação da utilização de imóveis federais para fins de regularização fundiária
Escassez de Serviços de Saneamento	▪ No Brasil, 28,7% da população urbana (43,4 milhões de pessoas) não têm acesso simultâneo aos serviços de água, esgoto e coleta de lixo.	*Megaobjetivo I* Inclusão Social e Redução das Desigualdades. *Desafio 6* Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente.	**7 -** Programas de Saneamento (*MS/MCid)*

Radar Social:

Problema:

ESCASSEZ DA OFERTA e ELEVADO PREÇO DA HABITAÇÃO

Situação 2004:

- **14,8 milhões de brasileiros (9,8% da população) moram em residências superlotadas (mais de três pessoas por dormitório).**
- **5,3 milhões de pessoas que residem em domicílios alugados comprometem excessivamente sua renda familiar com aluguel (mais de 30% da renda familiar).**
- **Entre 2001 e 2004, houve queda de 6% no absoluto de pessoas que sofrem de adensamento excessivo.**

Iniciativas do Governo Federal:

1 - Criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

Visando articular as ações e os recursos para habitação nos três níveis de governo e direcioná-los para o atendimento das famílias de baixa renda, foi sancionada a Lei 11.124, de 16 de junho de 2005, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, oriunda de iniciativa popular que tramitava há 13 anos no Congresso Nacional.

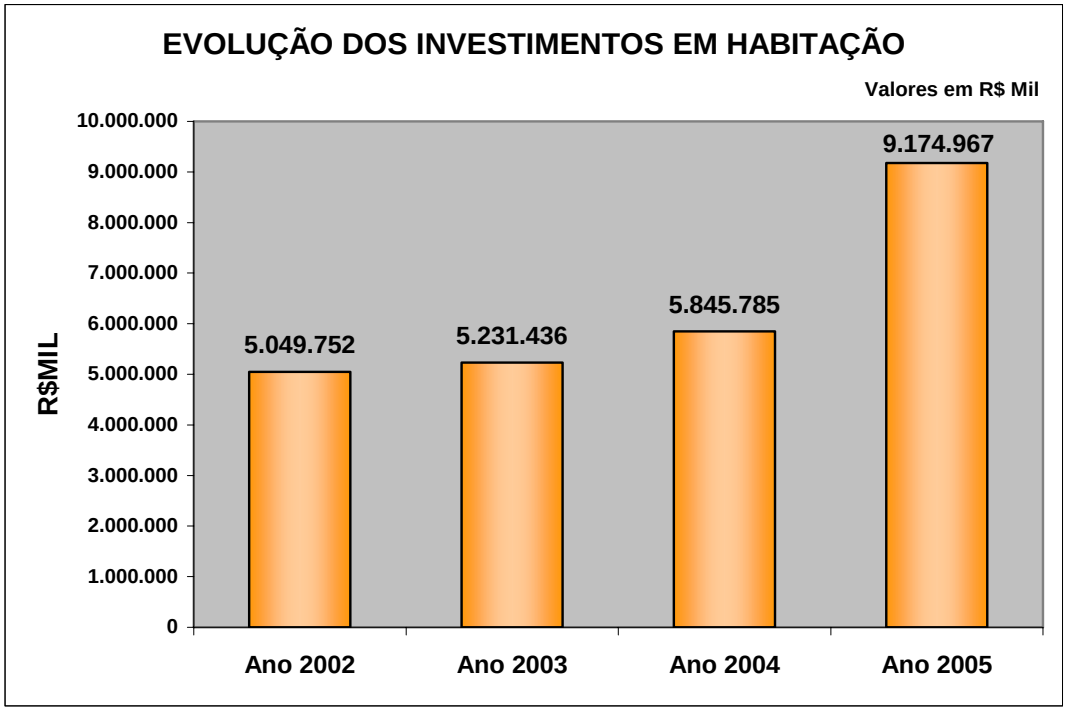
A criação do SNHIS representa um avanço institucional para o setor e fortalece o planejamento e a organização das políticas e prioridades de investimentos habitacionais voltados à parcela da população de menor poder aquisitivo.

Atendendo às diretrizes estabelecidas pelo SNHIS para a aplicação dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, o Conselho Curador do Fundo revisou os

critérios de concessão de subsídios aos programas habitacionais, direcionando-os para o atendimento de famílias com renda até 5 salários mínimos. Passou-se a considerar a diversidade dos custos de produção e aquisição de imóveis, de acordo com o porte e localização dos municípios, com vistas a potencializar as parcerias com esses entes e os estados e ampliar o acesso à moradia aos cidadãos de menor renda.

No exercício de 2005, foram alocados R$ 1 bilhão em subsídios com recursos do FGTS, dos quais 50% foram destinados a famílias com renda até três salários mínimos, faixa responsável por mais de 80% do déficit habitacional do país.

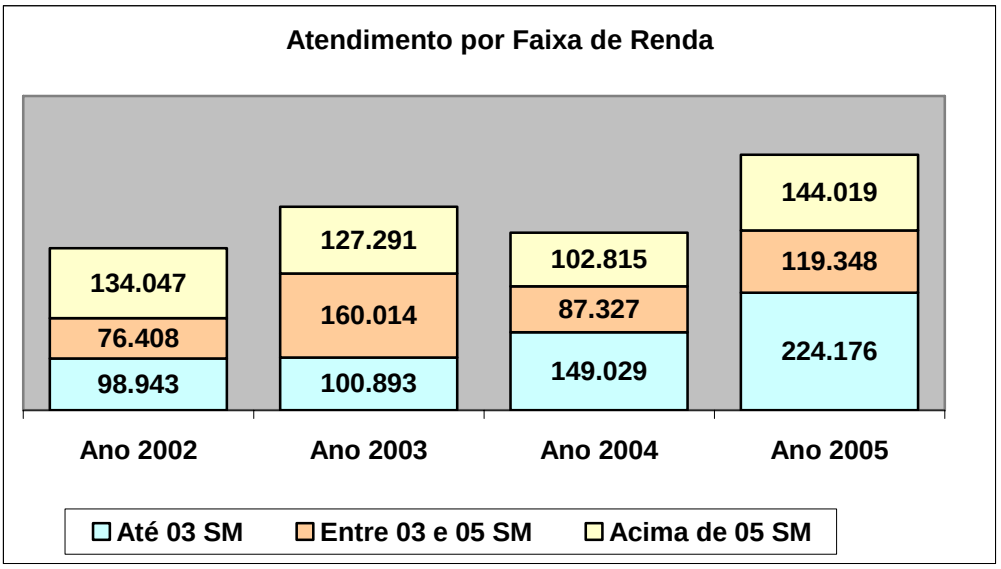
Somados aos recursos captados em caderneta de poupança, impulsionados por resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN, que alcançaram R$ 4,2 bilhões, e a diversos outros programas habitacionais do Governo Federal, o total dos investimentos em habitação atingiu R$ 9,1 bilhões, em 2005, conforme mostra o gráfico abaixo.



Fontes de Recursos: **FGTS, FAR, FDS, OGU, FAT, CAIXA**
Fonte de Informação: MCidades e Relatório CEF
Informações atualizadas até 31dez05

Além do crescimento do volume investido, destaca-se o seu direcionamento em favor das classes de menor renda, com crescimento do número de famílias atendidas nos segmentos com renda familiar até 5 salários mínimos. Em 2002, foram atendidas 175 mil famílias, o que correspondia a 57% do total de beneficiados, ao passo que, em 2005, alcançou-se 70% de

atendimentos nessa faixa de renda, equivalente a 343 mil famílias, como demonstrado no gráfico a seguir.



Fontes de Recursos: **FGTS, FAR, FDS, OGU, FAT, CAIXA**
Fonte de Informação: MCidades e Relatório CEF
Informações atualizadas até 31dez05

2 - Desoneração tributária e modernização do setor habitacional

Em 2005, foi sancionada a Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, que, além de buscar ampliar a eficiência da economia como um todo, beneficiou diretamente o setor habitacional. Por meio desta lei, foram aprovadas várias medidas de desoneração tributária voltadas à melhoria do funcionamento do mercado imobiliário, como, por exemplo, a redução do imposto incidente na troca de imóveis residenciais e a instituição de um regime especial de tributação para as incorporações que adotarem o regime de patrimônio de afetação. É o caso também da desoneração tributária de instrumentos de captação voltados ao financiamento habitacional.

Outra medida importante no campo da desoneração tributária foi a redução de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre itens da cesta básica da construção civil. No caso de alíquotas superiores a 10% houve redução para 5%, enquanto naqueles de alíquotas de 5% passou a haver isenção total. A desoneração recaiu sobre vários materiais de construção, como tubos e conexões de PVC, argamassa, esquadrias metálicas e de

madeira, azulejos, cerâmica esmaltada, louças sanitárias, torneiras e registros, caixas d'água, tintas e vidros, reduzindo os custos de aquisição e reforma da casa própria.

Além disso, visando aumentar a eficiência do sistema de crédito e desenvolver novos instrumentos de intermediação financeira, a Lei 11.196/06 trouxe outras medidas importantes, a exemplo da regulamentação dos mecanismos destinados à securitização dos créditos imobiliários, o que permite a criação de condições para o desenvolvimento de novas fontes de financiamento, além das fontes tradicionais do Sistema Financeiro da Habitação.

Todas estas medidas contribuem para a habitação de mercado, instituindo mecanismos de segurança e incentivos para os financiamentos imobiliários e compradores de imóveis. Somada às alterações no direcionamento dos recursos captados em caderneta de poupança, adotadas pelo CMN, a oferta de crédito pelos agentes financeiros para a classe média foi impulsionada, possibilitando contratações da ordem de R$ 4,2 bilhões (62% a mais que o mesmo período de 2004), com 49.820 atendimentos, estimulando o setor da construção civil, a geração de empregos e o aumento no número de atendimentos.

- Finalmente, cabe ainda mencionar a Lei do Mercado Imobiliário, Lei 10.931/04, que foi sancionada com o objetivo de impulsionar a oferta de crédito pelos agentes financeiros e dar mais segurança jurídica para os adquirentes da casa própria, garantindo a preservação do valor pago pelo comprador do imóvel mesmo na hipótese de falência da construtora. Dentre as medidas introduzidas nesta Lei, cabe destacar:

- permissão para segregação do acervo de cada incorporação imobiliária, mediante a constituição do Patrimônio de Afetação;

- alteração do Código Civil na parte de Condomínio, Propriedade Fiduciária e Hipoteca;

- estabelecimento de requisitos para demandas sobre Contratos de Comercialização de Imóveis;

- tratamento da Atualização Monetária dos Contratos de Comercialização de Imóveis;

- criação da Cédula de Crédito Imobiliário - CCI;

- instituição da Letra de Crédito Imobiliário - LCI;

- alteração da Lei de Registros Públicos, permitindo a Retificação de Registros mediante procedimento administrativo.

3 - Ampliação dos recursos destinados ao mercado imobiliário

A Resolução nº 3.177 do Conselho Monetário Nacional, publicada em março de 2004, dobrou a taxa de redução do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS usado para fins de cumprimento do direcionamento dos recursos captados em caderneta de poupança e destinados a aplicação em operações de crédito imobiliário, permitindo a injeção no mercado imobiliário de até R$ 12 bilhões a cada ano, durante 2005 e 2006. A Resolução retrata o esforço do Governo Federal em estimular o setor da construção civil, mobilizar agentes financeiros, ampliar o financiamento habitacional e gerar mais empregos.

4 - Investimentos para aquisição, construção, reforma ou conclusão de unidades habitacionais e lotes urbanizados *(MCid - CAIXA)*

Historicamente, as fontes de financiamento da Política Habitacional no Brasil não aportaram recursos suficientes para o atendimento de parcela significativa da demanda constituída pela população com renda familiar até 5 salários mínimos, extrato onde se concentra o déficit habitacional. Utilizando diversas fontes de recursos, o Governo Federal vem direcionando seus investimentos para o atendimento prioritário deste público, visando ampliar o acesso à terra urbanizada e à moradia digna e promover melhorias na qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural.

O Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal investem em provimento habitacional executando diversas fontes de recursos por meio de linhas de ação, dentre as quais cabe destacar:

4.1 - Carta de Crédito Associativo e Carta de Crédito Individual

Utilizando recursos do FGTS, a Carta de Crédito Associativo e a Carta de Crédito Individual financiam aquisições de unidades habitacionais ou lotes urbanizados, bem como a

construção, conclusão, ampliação, reforma e melhoria de unidades habitacionais e aquisições de materiais de construção.

Em sua modalidade individual, a Carta de Crédito concede financiamento a pessoas físicas não-agrupadas e, na modalidade associativa, financia pessoas físicas agrupadas em condomínios ou por sindicatos, cooperativas, associações, companhias de habitação e órgãos assemelhados, voltados à produção habitacional.

Entre 2003 e 2005, foram beneficiadas aproximadamente 776 mil famílias com financiamentos habitacionais, com investimentos de R$ 16,7 bilhões nas duas modalidades.

4.2 - Programa de Subsídio Habitacional - PSH

A ação de subsídio à habitação de interesse social objetiva tornar a moradia acessível aos segmentos populacionais de baixa renda ao complementar a capacidade financeira de pessoas físicas cuja renda familiar mensal não ultrapasse três salários mínimos, cobrindo, nas operações de financiamento ou parcelamento habitacional, a diferença entre sua capacidade de pagamento e o valor necessário à aquisição ou à produção do imóvel. Assim, é realizado processo de oferta pública de recursos (leilão) para instituições financeiras que contratam as propostas de empreendimento habitacional, firmando contratos de operação de crédito individual com cada uma das famílias beneficiadas pelo programa.

No triênio 2003-2005, foi empreendido pelo PSH um montante de R$ 1,29 bilhão em subsídios em benefício de 131.681 famílias, com uma perspectiva de geração de 56.749 empregos.

4.3 - Programa de Arrendamento Residencial - PAR

A ação realizada pelo Programa de Arrendamento Residencial – PAR é destinada às famílias com renda mensal até seis salários mínimos, moradoras das capitais, regiões metropolitanas e municípios com população urbana superior a cem mil habitantes.

São diretrizes do PAR o fomento à oferta de unidades habitacionais e à melhoria das condições do estoque de imóveis existentes, a promoção da melhoria da qualidade de vida

das famílias beneficiadas, a intervenção em áreas objeto de planos diretores, a criação de novos postos de trabalho diretos e indiretos e o aproveitamento de imóveis públicos ociosos em áreas de interesse habitacional.

O PAR é uma operação de aquisição de empreendimentos novos, a serem construídos, em construção ou a recuperar, e suas unidades habitacionais são destinadas à moradia das famílias beneficiadas, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra do imóvel.

Os contratos de arrendamento são firmados pelo prazo de 15 anos e, neste período, os arrendatários efetuam o pagamento de taxas de arrendamento mensal, que funcionam como uma espécie de aluguel.

O PAR, que antes se concentrava nas faixas de cinco a seis salários mínimos, passou a direcionar 50% dos recursos para as famílias que ganham até quatro salários mínimos, por intermédio da implementação de projetos com especificações técnicas simplificadas e da taxa de arrendamento calculada com base em 0,5% do valor do imóvel objeto do arrendado.

Entre 2003 e 2005, no âmbito do PAR foram apoiados 778 empreendimentos que beneficiaram 126.702 famílias.

4.4 - Pró-Moradia

Por meio do Pró-Moradia, desenvolvido pela CAIXA e Ministério das Cidades, o Governo Federal apóia o Poder Público no desenvolvimento de ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, adotando alternativas habitacionais. O programa é implementado por meio da concessão de financiamentos com recursos do FGTS aos estados, Distrito Federal, municípios ou empresas estatais não dependentes.

Os financiamentos se destinam à urbanização de áreas, aquisição e/ou produção de lotes urbanizados, aquisição de materiais de construção, produção de conjuntos habitacionais e desenvolvimento institucional. No período 2003-2005, o Pró-Moradia investiu R$ 404 milhões, beneficiando 71.631 famílias.

4.5 - Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional

Utilizando recursos do orçamento da União, alocados no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social a partir de sua criação, o Governo Federal apóia os entes federados para construção habitacional. Em 2005, foram destinados R$ 99,7 milhões, em benefício estimado de 12.700 famílias com renda abaixo de três salários mínimos.

4.6 - Crédito Solidário

Concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física, organizada por cooperativas ou por associações com fins habitacionais, visando à produção de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias existentes. É iniciativa inovadora em virtude da ausência de juros e possui grande potencial para combater o déficit habitacional de pessoas de baixa renda, ao reduzir significativamente o preço final do imóvel. Foram investidos R$ 18 milhões no triênio 2003-2005.

Radar Social:

Problema:

ELEVADA INFORMALIDADE e IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA

Situação 2004:

- **Segundo a PNAD, são 7,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com irregularidades fundiárias nas áreas urbanas, representando 4,8% da população (em 2001 eram 5,7% da população urbana com irregularidade fundiária).**

Iniciativas do Governo Federal:

5 - Programa de Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários *(MCid)*

O Programa Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários visa melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários e reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano das cidades. As áreas inadequadas à moradia podem estar localizadas em sítios urbanos, rurais, centros de cidades, periferias e estarem sujeitas a fatores de risco de vida (erosões, deslizamentos, enchentes, desmoronamentos e outros), insalubridade (lixões, favelas, cortiços, palafitas etc) ou serem impróprias para moradia (área de proteção ambiental, por exemplo).

Suas ações compreendem a urbanização integral de assentamentos precários, conjugando um espectro de ações urbanísticas e sociais necessárias para transformar a área e alcançar condições dignas de moradia. Ademais, apóia projetos de regularização fundiária sustentável, implementa projetos de saneamento ambiental e contribui para prevenir a

ocorrência de desastres e para reduzir os riscos associados a escorregamento de encostas, erosão e enxurradas em assentamentos precários.

Entre 2004 e 2005, aproximadamente 172 mil famílias obtiveram financiamentos para melhorar suas casas.

Uma das principais ações do Programa é o Papel Passado, que tem por objetivo apoiar estados, municípios, entidades sem fins lucrativos e o Distrito Federal na implementação de iniciativas de regularização fundiária sustentável para a população de baixa renda residente em assentamentos precários irregulares, situados, prioritariamente, em áreas de domínio público. Criado em 2003, o Papel Passado visa conferir títulos gratuitos de uso ou propriedade às famílias, garantindo a segurança da posse e permitindo o acesso ao crédito.

O conjunto das iniciativas e parcerias do Papel Passado viabilizou o início dos processos de regularização fundiária em 220 municípios de 26 estados, envolvendo 1.394 áreas, com estimativa de beneficiar mais de 1 (um) milhão de famílias.

Desde 2003, 221.506 famílias obtiveram a titulação da área e 404 mil famílias estão em estágio avançado de regularização, em áreas já aforadas, desapropriadas, com dominialidade municipal ou estadual definida ou em fase final de negociação.

6 - Regulamentação da utilização de imóveis federais para fins de regularização fundiária

No intuito de acelerar a regularização fundiária de áreas de propriedade da União, foi publicada, em 27 de abril de 2006, a Medida Provisória nº 292. A medida reduz a burocracia nos trâmites para o reconhecimento da posse de imóveis ocupados por famílias de baixa renda e facilita a transferência de imóveis ociosos da União para projetos habitacionais de interesse social.

Por intermédio da MP 292, imóveis da União poderão ser vendidos para os beneficiários de programas de regularização fundiária, no caso de imóveis ocupados, ou de produção habitacional, quando se trata de área em desuso. Outro benefício é a utilização dos instrumentos de Concessão de Direito Real de Uso e Concessão de Uso Especial para fins de Moradia em imóveis da União, inclusive terrenos da Marinha. Ademais, há a

determinação de que tais instrumentos de reconhecimento de posse sejam aceitos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) como garantia para a obtenção de financiamento para a construção de casas e melhorias habitacionais. Finalmente, destaca-se o dispositivo que prevê a possibilidade da União retomar imóveis de sua propriedade que se encontram emprestados sem o cumprimento da função de destino, transferindo-os para moradia popular.

Radar Social:

Problema:

ESCASSEZ DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO

Situação 2004:

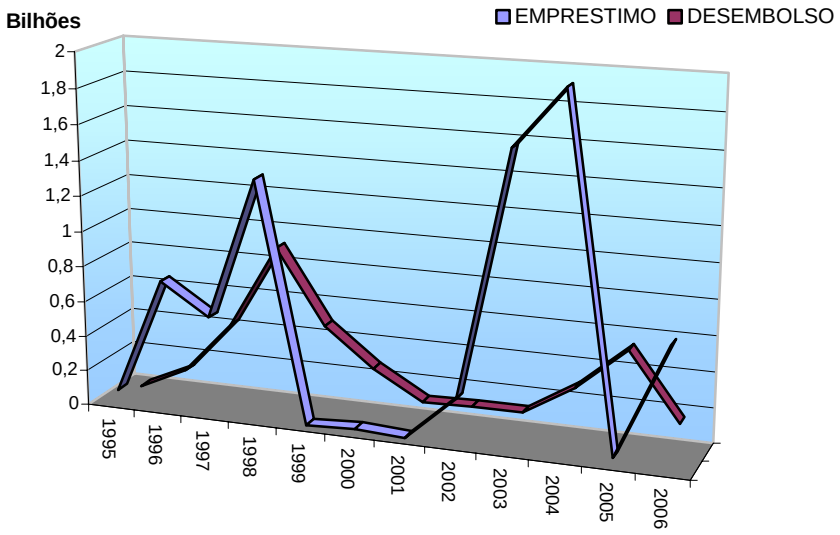
- **No Brasil, 28,7% da população urbana (43,4 milhões de pessoas) não têm acesso simultâneo aos serviços de água, esgoto e coleta de lixo.**

Iniciativas do Governo Federal:

7 - Programas de Saneamento *(MS - MCid)*

Os financiamentos em saneamento ambiental, suspensos desde 1998, foram retomados nos últimos três anos. O gráfico abaixo mostra a evolução dos valores contratados e desembolsados de recursos onerosos, desde 1995.

FGTS: Contratação e Desembolso para Saneamento- 1995 - 2006 (até março)



As novas contratações da União, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no último triênio, chegaram a R$ 4 bilhões, que somados aos R$ 3,6 bilhões do orçamento da União, totalizam R$ 7,7 bilhões.

Apenas em 2005, foi comprometido um montante da ordem de R$ 2,0 bilhões do orçamento da União na área de saneamento, beneficiando 1,1 milhão de famílias com serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais.

É importante destacar que o crescimento das aplicações na área de saneamento ambiental esteve associado às seguidas iniciativas do Conselho Monetário Nacional de flexibilização do limite contratável para o setor por entes públicos, o que potencializou as operações de financiamento aos governos municipais e estaduais, concessionárias e empresas públicas a partir de operações com recursos do FGTS e do FAT.

Dentre as iniciativas implementadas, vale destacar: o Programa PAT-Prosanear, que investiu, em 2005, R$ 32,8 milhões em planos de desenvolvimento e projetos de saneamento integrados, visando à recuperação ambiental de áreas degradadas ocupadas por população de baixa renda, em cidades com mais de 75 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas, beneficiando cerca de 8 mil famílias; o trabalho desenvolvido em aldeias indígenas, com o registro de diminuição da mortalidade infantil, tendo sido investido, em 2005, R$ 18,5 milhões, proporcionando o atendimento de cerca de 280 mil índios. Também foram investidos R$ 7,3 milhões em 19 comunidades remanescentes de quilombolas, beneficiando 2,2 mil famílias com serviços de abastecimento de água e destino adequado de dejetos.

Quanto ao marco regulatório do setor, foi encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei 5.296/05 que institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento – PNS, construído mediante consultas públicas e seminários envolvendo diversos setores governamentais e da sociedade.

No âmbito da saúde, a área de saneamento é orientada fundamentalmente para prevenir e controlar agravos, contribuindo para a qualidade de vida e saúde da população, sendo fator primordial para a melhoria dos indicadores de saúde, especialmente das taxas de mortalidade infantil.

Em municípios com até 30 mil habitantes, entre 2004 e 2005, 338 mil famílias foram beneficiadas com a implantação, ampliação ou melhoria do sistema de abastecimento de água e 101 mil famílias com o sistema de esgotamento sanitário, ambos visando sempre à prevenção e ao controle de agravos. No último ano, foram concluídas 26 obras de melhorias habitacionais para o controle da doença de chagas, beneficiando 1.158 famílias.

Segurança

Radar Social		Plano Plurianual 2004-2007	
Problemas	Situação 2004	Desafios	Principais Iniciativas do Governo Federal
Alta Taxa de Homicídios e Elevadas Taxas de Vitimização	▪ Taxa de 26,7 vítimas de homicídio por 100 mil habitantes, em 2004 (em 1980, era 11,4). ▪ 35% dos entrevistados em pesquisa Ilanud / FIA / GSI de 2002 foram vítimas de algum tipo de crime em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória, nos 12 meses anteriores à pesquisa. ▪ Sensação de insegurança atinge 57% dos entrevistados segundo esta pesquisa	*Megaobjetivo III* Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. *Desafio 25* Garantir a segurança pública com implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.	**1** - Campanha Nacional do Desarmamento *(MJ)* **2** - Implantação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP *(MJ)* **2.1** Força Nacional de Segurança Pública **3** – Apoio a Serviços de Atendimento Jurídico-Social a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte *(SEDH)* **4** - Programas de Apoio à Prevenção e Atendimento a Vítimas de Grupos Vulneráveis *(SEDH)* **5 –** Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher *(SEPM)*
Crime Organizado	▪ Embora seja difícil medir a correlação de homicídios com o crime organizado, há consenso de que ela é significativa com alto número de assassinatos de policiais, jovens e usuários de drogas; o aliciamento de crianças e adolescentes, a dominação de áreas das cidades e a corrupção de policiais, advogados e políticos.	*Megaobjetivo III* Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. *Desafio 25* Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.	**6** - Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas *(SEDH-MJ)* **7** – Ações de Combate a Criminalidade *(MJ)* **8** - Combate a Lavagem de Dinheiro *(MJ)* **9 -** Combate à Pirataria *(MJ)*
Crise do Sistema de Segurança e Justiça Criminal	▪ De 1985 a 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 1.349 vítimas em 1.003 ocorrências de assassinatos no campo. Deste total, só havia sido julgados, até meados desta década, 75 casos. ▪ De 1991 a 1998, no Estado de São Paulo, o tempo médio entre a ocorrência do homicídio que foi punido e o início da execução da pena foi de quase quatro anos (1.492 dias). ▪ De 1995 a 2005, a Ouvidoria da Polícia de São Paulo recebeu 3.346 denúncias de homicídios cometidos por policiais, quase um por dia.	*Megaobjetivo III* Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. *Desafio 25* Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.	**10 -** Reforma do Judiciário **11 -** Modernização do Sistema Penitenciário Nacional (*MJ)* **12 -** Assistência Jurídica Integral e Gratuita *(MJ)* **13 -** Pintando a Liberdade *(ME)*

Radar Social:

Problema:

ALTA TAXA DE HOMICÍDIOS e ELEVADAS TAXAS DE VITIMIZAÇÃO

Situação 2004:

- **Taxa de 26,7 vítimas de homicídio por 100 mil habitantes em 2004 (em 1980, era de 11,4).**

Iniciativas do Governo Federal:

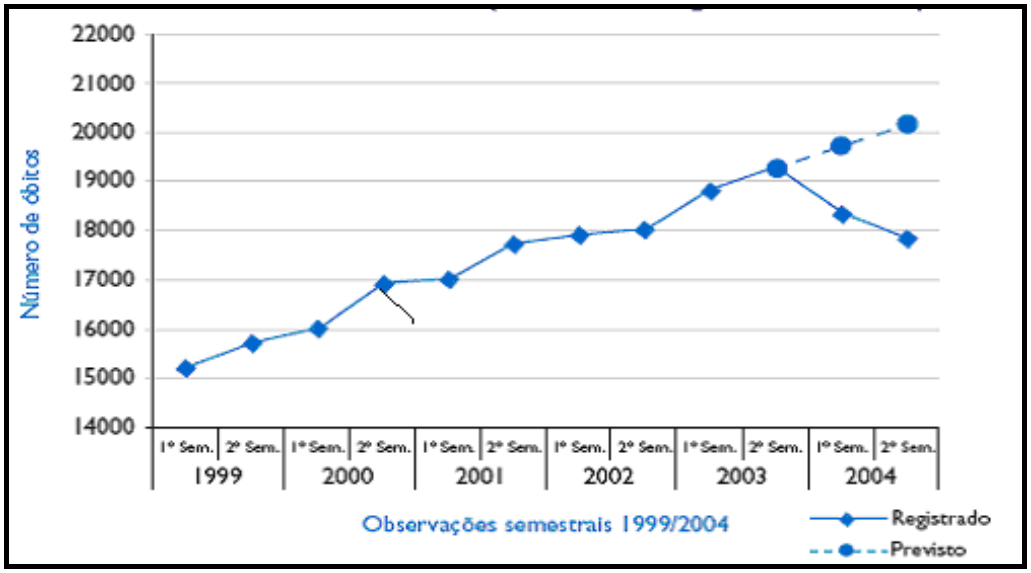
1 - Campanha Nacional do Desarmamento *(MJ)*

A Campanha Nacional do Desarmamento foi um esforço de mobilização do Estado e da sociedade brasileira para a entrega voluntária de armas pela população em troca de uma indenização de até R$ 300,00. Coordenada pela Polícia Federal, com apoio do Exército, das polícias estaduais e de entidades da sociedade civil, a Campanha teve início em julho de 2004 com a perspectiva de recolher 80 mil armas, até 23 de dezembro. Como os resultados obtidos superaram as metas, o prazo foi estendido até 23 de outubro de 2005.

Durante a Campanha, foram recolhidas cerca de 464 mil armas, mediante o pagamento de R$ 46 milhões em indenizações, superando a meta inicial em 475%. Estudo realizado pelo Ministério da Saúde, divulgado em agosto de 2005, demonstrou que a mortalidade por arma de fogo decresceu 8,2% em relação a 2004 - primeiro ano, desde 1992, a apresentar decréscimo.

Pesquisa publicada pela UNESCO também traz indicações de que a estratégia de desarmamento (Estatuto e Campanha) contribuiu para a queda de 8,2% no número de

óbitos, conforme mostra o gráfico abaixo, revertendo a tendência de crescimento anual de 7,2%.



Fonte: Relatório "Vidas Poupadas" – UNESCO/2005

2 - Implantação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP *(MJ)*

O Sistema Único de Segurança Pública - SUSP tem por objetivo apoiar a modernização e promover a integração entre os diversos órgãos (federais, estaduais e municipais) responsáveis pela segurança pública e justiça criminal no país. A implementação do SUSP, portanto, visa promover a integração entre os entes federados, permitindo que a segurança pública desenvolva uma padronização nacional de políticas e procedimentos.

Por esse Sistema, o financiamento dos projetos estaduais e municipais com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública passa a seguir critérios específicos, com prioridade para o atendimento às demandas da sociedade e para o impacto na criminalidade.

O SUSP atua em seis frentes prioritárias: implantação de infra-estrutura física; reaparelhamento; formação profissional; gestão do conhecimento; prevenção; e repressão qualificada.

Dentre os avanços alcançados pelo SUSP, cabe destacar:

- consolidação de 14 Ouvidorias de Polícia, órgãos autônomos e independentes, com suporte legislativo (lei estadual ou decreto), ouvidor nomeado, que conta com uma infra-estrutura mínima para o recebimento de denúncias e encaminhamento dos processos;

- apoio a 39 projetos de reaparelhamento das instituições, em 2005;

- realização de investimentos diretos em meios tecnológicos de alto valor agregado, a exemplo da implantação de laboratórios de DNA em 9 estados;

- aquisição de equipamentos e viaturas de forma direta pelo Governo Federal, distribuindo, em 2005, 1.343 veículos;

- implementação da Matriz Curricular Nacional, que tem como princípios os direitos humanos e a cidadania, a formação e a capacitação continuada, a construção democrática de saberes renovados, a integração, a interdisciplinariedade, a articulação, continuidade e regularidade, e finalmente a qualidade; foi absorvida pelas Academias de Polícia de 17 estados;

- investimentos para a operação do Sistema Nacional de Integração de Informações em Justiça e Segurança Pública – INFOSEG, que conta com a adesão das 27 Unidades Federadas. A Rede Infoseg possui informações sobre inquéritos policiais, processos judiciais e mandados de prisão, dados cadastrais e imagens (CPF, CNPJ, CNH e foto), dados de veículos e proprietários, condutores e multas, e dados de armas do Departamento de Polícia Federal - DPF e do Exército. Em 2005, o número de acessos ao sistema foi de aproximadamente 10 milhões, crescimento de cerca de 150% em relação a 2004;

- adequação dos portos e terminais brasileiros às normas internacionais de segurança do comércio marítimo, com 80% dos portos e terminais, totalmente ou parcialmente, adaptados à nova normatização mundial contra o terrorismo.

2.1 - Força Nacional de Segurança Pública *(MJ)*

A Força Nacional de Segurança Pública é uma das formas de integração dos órgãos de

segurança pública preconizada pelo SUSP. Não se trata de um novo órgão policial, mas da organização de um grupo de elite inspirado na atuação das forças de paz da ONU. O principal objetivo da criação da Força Nacional foi a estruturação de um processo de fixação da doutrina nacional para os policiais militares estaduais, e de padronização de procedimentos e de equipamentos no emprego da força legal das polícias militares.

O controle da Força Nacional é exercido pelo Governo Federal, e sua atuação, quando acionada, acontece em situações de calamidade, casos de crise aguda nos estados e em eventos que exijam reforço na segurança, desde que requisitado pelos governos estaduais, respeitando o principio da não-intervenção.

A primeira atuação da Força Nacional ocorreu em dezembro de 2004, em Vitória (ES), quando o governo do estado detectou a urgência de reforço na área de segurança pública e solicitou o apoio de 150 profissionais. O grupo é composto por policiais militares e bombeiros – homens e mulheres – dos estados e do Distrito Federal. Até 2005, a Força Nacional treinou 4.989 profissionais.

É importante registrar que para a segurança dos Jogos Pan-Americanos de 2007 foi elaborado um plano que contempla, concomitantemente, ações preventivas (associadas às de inteligência) e de segurança pública propriamente ditas, além de atividades com caráter comunitário para envolver as populações que vivem no entorno do evento. Em 2006, a Força Nacional receberá treinamentos específicos para a segurança do Pan.

3 - Apoio a Serviços de Atendimento Jurídico-Social a crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte *(SEDH)*

Tendo em vista o crescimento da violência envolvendo crianças e adolescentes, principalmente no que se refere à mortalidade por causas externas, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH criou a ação “Apoio a Serviços de Atendimento Jurídico-Social a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte”, que tem como objetivo a preservação da vida das crianças e adolescentes ameaçados de morte, garantindo, na medida do possível, os vínculos familiares e afetivos, bem como a inserção social segura.

Atualmente, o Serviço está em funcionamento em quatro unidades da federação (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) e em processo de implementação no Estado de Pernambuco

Outra iniciativa relevante na área foi o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei que institui a proteção especial e cria o Programa Federal de Proteção. No ano de 2005, o Programa protegeu 200 crianças e adolescentes e suas famílias, bem como redirecionou o atendimento de outros 100 que procuraram proteção, mas cujas situações relacionavam-se a risco social e não de morte.

4 - Programas de Apoio e Atendimento a Crianças e Adolescentes *(SEDH)*

A defesa dos direitos das crianças e adolescentes vem sendo realizada pelo Governo Federal por meio de vários programas, cuja implementação acontece em parceria com outras esferas governamentais e entidades da sociedade civil. Merecem destaque os programas Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei; Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional.

O Programa Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei busca fortalecer o sistema de atendimento socioeducativo, a partir da ampliação e do aperfeiçoamento dos serviços voltados para o cumprimento de medidas não-privativas de liberdade e da humanização do atendimento nas Unidades de Internação. Em 2005, numa parceria entre a SEDH e o CONANDA, foi concluída a organização do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Projeto de Lei de execução das medidas socioeducativas. Além disso, deu-se continuidade aos processos de reordenamento das instituições responsáveis pela execução dessas medidas, por meio da construção e reforma de unidades em 16 estados e no Distrito Federal, possibilitando a criação de 380 novas vagas para o atendimento de adolescentes com medida socioeducativa de internação. Buscou-se também ampliar o atendimento socioeducativo em meio aberto (liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade) por meio da implantação de 78 (setenta e oito) pólos descentralizados de atendimento socioeducativo em meio aberto e do apoio a projetos que permitirão o atendimento de aproximadamente 5.000 adolescentes. Ainda,

buscando aprimorar a qualidade do atendimento, investiu-se na capacitação direta de 2.355 (dois mil, trezentos e cinqüenta e cinco) educadores, técnicos e dirigentes.

O Programa Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes visa a integração entre os três eixos da Política de Garantia de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente (prevenção, atendimento e defesa) utilizando-se de uma metodologia de combate em redes. A SEDH coordena a Comissão Intersetorial para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, criada em 2003, com o objetivo de articular políticas públicas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Em 2005, foi concluída a Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, que identificou cerca de 930 municípios e localidades em que ocorre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Durante o ano de 2005, deu-se início à expansão do "Programa Ações Integradas Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro – PAIR", que tem por finalidade a criação e/ou o fortalecimento das redes locais através de ações integradas, possibilitando a articulação e a integração dos serviços, associada à participação social na construção dos processos. Sua metodologia vem sendo implementada nos municípios listados na Matriz supracitada. No ano de 2006 o PAIR será expandido para 12 estados e 44 municípios. Ainda em 2005, o Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (100) realizou uma média de 890 atendimentos/dia, sendo 18 classificados como denúncia. Hoje a média de atendimento humano do Disque é de 2.500 por dia, com uma média de 60 denúncias, que são encaminhadas aos órgãos de defesa e responsabilização dos estados. O avanço verificado tem relação direta com a divulgação do Disque 100 por meio de diversas Campanhas Nacionais de Mobilização.

O Programa Proteção à Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional busca reduzir a vulnerabilidade das crianças e adolescentes, sendo mecanismos estratégicos para sua execução: o desenvolvimento, implantação e gerenciamento de um banco de dados específico; o apoio ao funcionamento das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção dos Estados e do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras; a viabilização dos complexos procedimentos que envolvem o intercâmbio internacional de informações e documentos; e a publicação de material específico. No âmbito desse Programa, as principais realizações, em 2005, foram:

- no tratamento do tema do seqüestro internacional de crianças e adolescentes, 43 casos de seqüestros foram encerrados, incluindo retorno aos seus respectivos países de 14 crianças e adolescentes, e mediação em outros 7 casos;
- no tema da adoção internacional os principais resultados foram:
    a) publicação do Decreto 5.971, de 18 de julho de 2005, que estabelece garantias para a adoção internacional de crianças brasileiras, incluindo a concessão da cidadania estrangeira que deverá ser exigência obrigatória para atuação de organismos estrangeiros de adoção internacional no Brasil;
    b) aprovação, em reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, em junho de 2005, da Resolução 08/2004 sobre uniformização de procedimentos em adoção internacional;
    c) compilação da primeira estatística sobre adoção internacional no Brasil pela Autoridade Central: 396 crianças em 2003 e 482 crianças em 2004. A partir da Resolução 08/2004, as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção, constituídas nos Tribunais de Justiça Estaduais, enviarão à Autoridade Central Administrativa Federal relação anual de adotantes até o mês de abril de cada ano.

A Promoção do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária inclui três linhas de trabalho desenvolvidas pela SEDH: I-Coordenação, juntamente com o MDS, da Comissão Intersetorial criada pelo decreto de 19/10/2004 com a finalidade de proposição de diretrizes e de um Plano Nacional para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; II- Desenvolvimento de sistema informatizado para cadastro nacional de crianças e adolescentes passíveis de adoção e pessoas pretendentes à adoção (SIPIA_INFOADOTE). O sistema está instalado em seis (6) estados da Federação e disponível para a utilização pelos Tribunais de Justiça de todo o País; III- Implementação e consolidação da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

5 - Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher *(SEPM)*

Em 2003, foi instituída a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que sistematizou ações nas esferas federal, estaduais e municipais e compreende as dimensões de prevenção, atenção e proteção às mulheres em situação de violência e do combate à impunidade dos agressores. Os principais resultados alcançados foram:

- implantação e/ou reaparelhamento de 35 Centros de Referência ou de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Destaca-se o projeto modelo, em desenvolvimento desde 2004, do Centro de Referência da Maré, no Rio de Janeiro, o qual será um centro de pesquisa e capacitação na área de violência de gênero;
- implantação de 10 novos serviços de Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), e reaparelhamento de 50 DEAMs por meio da entrega de viaturas;
- criação ou reaparelhamento de 50 Casas Abrigo para mulheres em situação de risco de vida;
- implantação de 10 Defensorias Públicas ou núcleos de atendimento à mulher em situação de violência;
- atendimento de 635 casos de violência pela Ouvidoria da SPM, com um grau de resolução de 89%;
- criação da Central de Atendimento à Mulher- LIGUE 180, com a finalidade de receber denúncias, orientar e encaminhar os casos de violência contra a mulher. A partir de março de 2006, a Central de Atendimento passou a funcionar em regime de 24 horas.

Radar Social:

Problema:

CRIME ORGANIZADO

Situação 2004:

- **Embora seja difícil medir a correlação de homicídios com o crime organizado, há consenso de que ela é significativa com alto número de assassinatos de policiais, jovens e usuários de drogas; o aliciamento de crianças e adolescentes; a dominação de áreas das cidades e a corrupção de policiais, advogados e políticos.**

Iniciativas do Governo Federal:

6 - Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas *(SEDH - MJ)*

O Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e a Testemunhas existente no Brasil tem por finalidade, numa atuação complementar à competência constitucional dos órgãos de segurança pública, conceder assistência e proteção a testemunhas, vítimas e seus familiares que se encontrem em situação de risco em função de sua colaboração com investigação ou processo criminal. Cada estado que detém um "Programa de Proteção a Testemunhas" dispõe também de uma legislação específica.

Atualmente, o Sistema é composto pelos Serviços Estaduais de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita); por Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CACV); pelo Programa Federal de Proteção a Testemunhas; e pelo Serviço de Proteção ao Depoente Especial – SPDE:

- Os Serviços Estaduais de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita ou Protege) têm como propósito, além da proteção à vida, promover a reinserção

social dos beneficiários em uma nova comunidade, distante do local onde ocorreram as ameaças. Os beneficiários não permanecem sob proteção policial, mas sob o acompanhamento da equipe do serviço e de entidades da sociedade civil que integram uma rede solidária de proteção. As equipes de serviço ou equipes técnicas que acompanham os beneficiários são constituídas por psicólogos, assistentes sociais, advogados e outros profissionais de apoio e no caso do PROTEGE no Rio Grande do Sul a equipe de serviço conta, ainda, com uma célula de segurança formada por policiais. Em 2005, foi possível assegurar a manutenção de 17 Provitas nos Estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina. Cerca de 700 pessoas foram efetivamente protegidas por esse serviço, que possui capacidade de atendimento de 750 pessoas simultaneamente.

- Os Centros de Apoio a Vítimas de Crimes atuam de forma complementar aos serviços de proteção, pois se destinam às vítimas que não são consideradas legalmente como testemunhas de inquérito ou processo criminal. Seu objetivo é conceder amparo jurídico, social e psicológico a pessoas vitimizadas, buscando primordialmente sua reestruturação moral, psíquica e social. Atualmente, há 14 Centros instalados em 12 estados (AL, BA, ES, GO, MG, PA, PB, PE, RS, RJ, SP e SC). Cada unidade dispõe, em média, de capacidade para atender até 250 pessoas por ano, o que significa uma disponibilidade total de atender até 3.500 pessoas a cada ano.

- O “Programa Federal de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas”, regulamentado pelo Decreto 3.518/2000, visa assegurar a execução do programa nos estados em que os serviços de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas ainda não estejam instalados. Em 2005, 27 testemunhas e 39 familiares foram atendidas.

- O Serviço de Proteção ao Depoente Especial – SPDE, regulado pelo Decreto 3.518/2000, cuja execução cabe à Polícia Federal , visa a proteção do réu detido ou preso que testemunhe em inquérito ou processo judicial de pessoas que tenham sido excluídas dos Programas Estaduais ou do Programa Federal em razão de reiteradas quebras de normas de segurança e a garantia de pouso provisório, quando é necessária proteção em caráter emergencial, a pessoa que corra risco pessoal e

colabore na produção de prova, enquanto aguarda eventual ingresso no "Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas". O SPDE também tem a atribuição de conceder escolta, em situações em que a proteção policial ostensiva é necessária. Em 2005, 30 depoentes especiais e 51 familiares foram atendidos.

7 - Ações de Combate à Criminalidade *(MJ)*

Dentre as medidas voltadas para o combate a criminalidade, cabe destacar o fortalecimento da Polícia Federal – PF e da Polícia Rodoviária Federal – PRF. Nesse sentido, ressalta-se a recomposição do quantitativo de recursos humanos, com o ingresso, por meio de concurso público, de 841 novos servidores para as carreiras de agente de polícia, delegado, perito, escrivão e papiloscopista da PF e de 1.100 policiais rodoviários federais, em 2005. Destaca-se também o crescimento dos investimentos na qualificação dos policiais e na aquisição de equipamentos para o novo Instituto Nacional de Criminalística - INC e Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal – DPF. Tais investimentos em tecnologia atendem tanto a PF e a PRF, quanto o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.

O fortalecimento institucional da PF aliado à cooperação do Ministério Público Federal, do Poder Judiciário e da Polícia Rodoviária Federal, vem garantindo maior efetividade às operações deflagradas, desarticulando redes ligadas ao tráfico de drogas e esquemas de fraudes, inclusive dentro da administração pública.

Dentre as operações realizadas em 2005, vale destacar as 27 operações especiais de combate à corrupção, com a prisão de 695 pessoas, dentre as quais 229 servidores públicos federais, estaduais e municipais, além de políticos e empresários, acusados de crimes que vão da falsificação de documentos relativos à propriedade de terras na operação TERRA NOSTRA, passando pela Operação GUABIRU, que prendeu 8 prefeitos e 4 ex-prefeitos envolvidos com o desvio de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, até a prisão de policiais federais envolvidos com o desvio de cheques apreendidos durante a operação.

Destaca-se ainda a operação ANJO DA GUARDA, que apreendeu acervo com cerca de 100 mil fotos sobre pedofilia, e a operação CURUPIRA, com mais de 100 prisões, que desmontou esquema de fraude e corrupção no IBAMA - MT.

No tocante ao tráfico de armas e drogas, a PF realizou 9 operações especiais, além de outras de menor porte, que resultaram em 168,4 toneladas de drogas apreendidas. Dentre as operações realizadas, destacam-se a operação MOLUSCAS, que apreendeu cerca de 6 toneladas de maconha no Paraná, e a operação PESCADOR, que apreendeu cerca de 3 toneladas de cocaína nos estados do Pará e Amazonas. As operações GATILHO e CHUMBO GROSSO, entre fevereiro e novembro de 2005, apreenderam 847 armas de diversos tipos e munições de diversos calibres.

8 - Combate a Lavagem de Dinheiro *(MJ)*

O Combate à Lavagem de Dinheiro visa a realização de ações integradas com o objetivo de combater o crime organizado e recuperar o patrimônio gerado com recursos ilícitos.

O sucesso no combate à lavagem de dinheiro depende de uma ampla articulação entre instituições governamentais, das quais cabe destacar: Ministério da Justiça, Banco Central do Brasil, Casa Civil da Presidência da República, Controladoria-Geral da União, Conselho da Justiça Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF/Ministério da Fazenda) e Ministério Público Federal. Cada uma dessas instituições desempenha certas atividades em busca de metas definidas pela Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro - ENCLA.

9 - Combate à Pirataria *(MJ)*

A pirataria está diretamente relacionada a máfias internacionais que também atuam no tráfico de drogas, armas e munições. Os produtos piratas podem, inclusive, colocar em risco a vida e a saúde da população, uma vez que as organizações criminosas têm atuado na falsificação, dentre outros produtos, de remédios, preservativos, equipamentos cirúrgicos, peças de automóveis e brinquedos.

A produção em larga escala, vinculada ao crime organizado, normalmente ocorre no exterior e entra ilegalmente no mercado interno, fazendo com que o Brasil seja prejudicado com

evasão fiscal, desestímulo à produção intelectual, queda nos investimentos, fortalecimento do crime organizado e desrespeito aos direitos do consumidor.

A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Secretaria da Receita Federal têm realizado operações exitosas, como as Operações Comboio Nacional, Hidra, Cataratas e Plata. A Operação Cataratas, por exemplo, representou uma redução em 80% do contrabando na região de Foz do Iguaçu. Em 2005, foram realizadas 1.200 prisões relacionadas a este tipo de crime.

Radar Social:

Problema:

CRISE DO SISTEMA DE SEGURANÇA e JUSTIÇA CRIMINAL

Situação 2004:

- De 1985 a 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 1.349 vítimas em 1.003 ocorrências de assassinatos no campo. Deste total, só havia sido julgados, até meados desta década, 75 casos.
- De 1991 a 1998, no Estado de São Paulo, o tempo médio entre a ocorrência do homicídio que foi punido e o início da execução da pena foi de quase quatro anos (1.492 dias).
- De 1995 a 2005, a Ouvidoria da Polícia de São Paulo recebeu 3.346 denúncias de homicídios cometidos por policiais, quase um por dia.

Iniciativas do Governo Federal:

10 - Reforma do Judiciário

A Reforma do Judiciário, que tem por objetivo democratizar o acesso e reduzir a morosidade, foi aprovada com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de dezembro de 2004, e incluiu pontos importantes como: a criação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público; a adoção da súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, determinando que não se aceite apelação de sentença que estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal; a autonomia das defensorias públicas; a possibilidade de federalização dos crimes contra os direitos humanos; a "quarentena" de três anos para que juizes e desembargadores exerçam advocacia nos tribunais de origem; a unificação dos critérios

para ingresso nas carreiras da Magistratura e Ministério Público; e a redução das férias forenses.

No âmbito da reforma infraconstitucional do Poder Judiciário, em 2005, foi sancionada a Lei 11.232/05, que altera o processo de execução civil unindo em uma só ação as fases de conhecimento, liquidação e execução. Isso irá conferir mais racionalidade e agilidade à tramitação de ações de cobrança, responsáveis por grande parte do congestionamento de processos nos tribunais. Também em 2005, foi sancionada a Lei nº 11.187/05, segundo a qual os agravos (recursos apresentados pelas partes em litígio no meio do processo com o objetivo de contestar a validade de decisões que resolvem questões incidentais e resguardar o direito ao seu reexame) só serão julgados no momento da apelação, salvo em casos de possível lesão irreparável.

A súmula impeditiva de recursos, Lei 11.276/05, prevê que o juiz de primeira instância não aceitará apelação se sua sentença estiver em conformidade com matéria sumulada pelo Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça. Trata-se de uma aspiração antiga dos operadores do direito, pois ao mesmo tempo em que preserva o princípio do livre convencimento do juiz, ataca a atividade protelatória para discussões já pacificadas nos tribunais.

11 - Modernização do Sistema Penitenciário Nacional *(MJ)*

A modernização do sistema penal nacional visa tanto melhorar a qualidade na prestação dos serviços penais com formação, capacitação e valorização dos operadores da Execução Penal, quanto a criação de novas vagas em penitenciárias estaduais e federais, passando pela integração da gestão do conhecimento, promoção de políticas públicas dentro das penitenciárias, e acompanhamento na aplicação das penas alternativas.

No biênio 2003/2004, foram repassados recursos aos estados para a criação de 9.229 novas vagas no sistema penitenciário.

Em 2005, no âmbito da Ação “Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais”, por meio de contratos de repasse firmados entre a Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária do Departamento Penitenciário Nacional/MJ, e os estados, foram

contratadas 3.478 novas vagas nos sistemas penitenciários locais, que serão disponibilizadas nos próximos anos.

Em relação ao Plano Nacional de Saúde nas Penitenciárias, foi ampliado o número de equipes nos estados qualificados em 2004 (Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro) e qualificados 5 novos estados em 2005 (Bahia, Goiás, Rondônia, São Paulo e Tocantins), totalizando 116 equipes de saúde em 105 unidades prisionais.

Cabe ainda mencionar a adesão de todas as Unidades da Federação ao Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN que se trata de um sistema de coleta de dados, com acesso via Internet, alimentado pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, com informações estratégicas sobre os estabelecimentos penais e a população prisional.

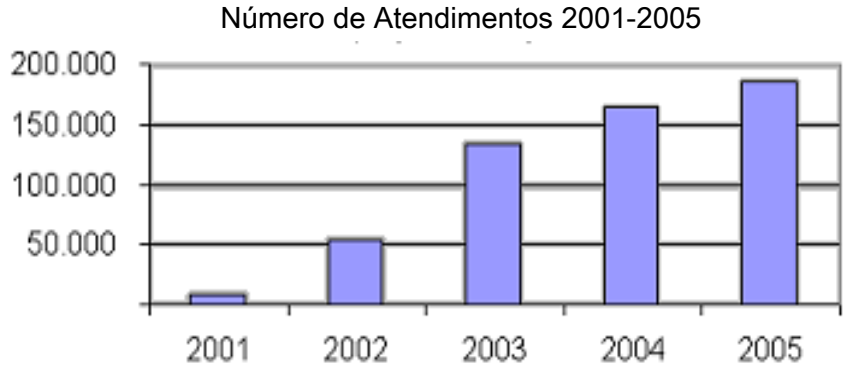
É importante ainda a atuação do Governo Federal, em atenção ao determinado na Lei de Execução Penal, na implementação do sistema penitenciário federal, com o intuito de abrigar os líderes de grupos criminosos e, assim, desmobilizar a atuação do crime organizado. O sistema será constituído por cinco estabelecimentos de segurança máxima, totalizando 12,6 mil m² de área construída e 1.000 celas individuais, abrangendo cada uma das regiões do país, nas seguintes localidades:

- Município de Campo Grande - Mato Grosso do Sul. As obras foram iniciadas em outubro de 2004, no valor de R$ 17.042.812,00, e a previsão é de entrega até julho de 2006.
- Município de Catanduvas - Paraná. Iniciada em dezembro de 2004, no valor de R$ 16.949.000,00, a obra deve ser entregue no segundo semestre de 2006.
- Município de Mossoró - Rio Grande do Norte. As obras foram iniciadas em outubro, sendo o valor contratado de R$ 16.708.000,00. O prazo para entrega das obras é dezembro de 2006.
- Município de Porto Velho - Rondônia. As obras deverão ser finalizadas em fevereiro de 2007.
- Quinta Penitenciária Federal - será localizada na região Sudeste. Está em fase de definição a localidade em que a penitenciária será instalada.

Para o efetivo funcionamento das penitenciárias federais, foi realizado concurso público para o preenchimento de 400 vagas de Agente Penitenciário Federal. Os 200 primeiros agentes foram empossados em 16 de março de 2006 e deverão ser lotados no presídio de Catanduvas, os outros 200 deverão atuar no presídio de Campo Grande. Os estabelecimentos penais federais, ao tutelar os presos de maior periculosidade, contribuirão para o bom andamento da execução penal nas Unidades da Federação e para oferecer maior segurança à sociedade civil.

12 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita *(MJ)*

Para garantia do acesso à justiça integral e gratuita, por meio da Defensoria Pública Geral da União, ampliou-se a abrangência dos atendimentos para 20 Unidades Federadas, com crescimento no atendimento ao público de 54.261 atendimentos, em 2002, para 227.119 em 2005, como mostra o gráfico abaixo.



Também merece destaque o Projeto Defensoria Pública Itinerante, que permite a prestação de assistência jurídica gratuita à população que vive em localidades longínquas onde não existem núcleos instalados. O Projeto já foi implementado em municípios dos estados do Rio Grande do Sul, Alagoas e Tocantins.

13 - Pintando a Liberdade *(ME)*

As ações Pintando a Liberdade e Pintando a Esperança oferecem oportunidades de trabalho e geração de renda, respectivamente, aos internos do sistema penitenciário e aos adolescentes em privação de liberdade, proporcionando redução da pena em um dia para

três dias trabalhados, mediante a produção de materiais esportivos. A partir de 2004, passou-se também a contemplar comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Em 2005, foram beneficiadas com diminuição da pena e geração de renda 12.700 pessoas envolvidas diretamente nas atividades de produção contínua de material esportivo em 77 núcleos de produção, a grande maioria em instituições carcerárias e unidades de internação de adolescentes privados de liberdade.

Foram produzidos em 2005, 1.213.310 itens de materiais esportivos (bolas, agasalhos, bolsas, redes, raquetes, mesas e outros). Destes, foram distribuídos 940.392 itens para 3.832 entidades em todas as Unidades da Federação, beneficiando 5.357.087 pessoas.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Esplanada dos Ministérios - Bloco "K", 3º andar
Brasília/DF CEP: 70.040-906

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo